

ANNAES

DA

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO AMAZONAS

DO

BIENNIO DE 1866 A 1867



MANÁOS

— 6 —

TYP. DO « AMAZONAS » DE JOSÉ
CARNEIRO DOS SANTOS À PRAÇA 28 DE SETEMBRO.

1881.

ANNAES DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO AMAZONAS

DOS

ANNOS DE 1866 E 1867.

SESSÃO PREPARATORIA DE 3 DE SETEMBRO
DE 1866.

Presidência do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 11 horas da manhã, reunidos no Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, os Srs. deputados eleitos, Dr. Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, José Coelho de Miranda Leão, José Raymundo Façanha Filho, Clementino José Pereira Guimarães, Agostinho Rodrigues de Sousa, Estulano Alves Carneiro, João Marcellino Taveira Pão Brazil, José Justiniano Braule Pinto e João Ignacio Rodrigues do Carmo, foi na fôrma do disposto no art. 2.º do Regimento, aclamado Presidente o Sr. Dr. Leovigildo Coelho, e Secretarios os Srs. Miranda Leão e Façanha Filho, que tomaram seus respectivos logares.

O Sr. Presidente convidou os Srs. deputados a depositarem sobre a mesa seus diplomas, o que feito, procedeu-se á eleição das Comissões para, na fôrma do art. 4.º do mesmo Regimento, examinarem os ditos diplomas, e correndo o escrutinio, obtiveram votos para a primeira Comissão os Srs. Agostinho 6, Clementino 5, Braule Pinto 5, Estulano 5, Pão Brazil 2, Freitas Guimarães 1, João Ignacio 1 e Innocencio 1.

Achando-se empatada a votação dos membros da Comissão de verificação de Poderes, o Sr. Presidente desempatou á sorte, e ficou a Commistão composta da seguinte fôrma: Agostinho, Braule e Estulano.

Compareceram depois da 1.ª votação os Srs. Freitas Guimarães e Innocencio.

Em seguida o Sr. Presidente convidou os Srs. deputados para votarem por escrutinio, afim de elegerem a segunda Comissão que devia reconhecer os diplomas dos membros da primeira, e correndo a votação obtiveram votos os Srs. Innocencio 9, Freitas Guimarães 8, Rodrigues do Carmo 7, Pão Brazil 5, Clementino 3 e Agostinho 1.

A segunda Comissão ficou composta dos Srs. Innocencio, Freitas Guimarães e João Ignacio.

Recebendo as Comissões os respectivos diplomas, retiraram-se para a sala competente, e depois de ultimados os seus trabalhos vol-

taram á das sessões com os seguintes pareceres:

«A primeira commissão de Poderes tendo escrupulosamente examinado as actas dos collegios eleitoraes da capital, Parintins, Teffé e Barcellos na eleição a que se procedeu em 9 de Fevereiro d'este anno para membros da Assembléa Legislativa no biennio corrente de 1866-1867, e achando-se conforme com ellas, e nos seus devidos termos as duas actas da apuração geral feita pela camara municipal da capital, e os diplomas dos membros presentes, que lhe foram enviados pela mesa provisoria, é de parecer:

1.º Que sejam reconhecidos membros da Assembléa Legislativa Provincial os cidadãos seguintes: João José de Freitas Guimarães, Dr. Guilherme Amazonas de Sá, Dr. Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, José Coelho de Miranda Leão, Juvencio Alves da Silva, João Ignacio Rodrigues do Carmo, Clementino José Pereira Guimarães, José Bernardo Michilles, Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Dr. Francisco de Paula Soares, D. Antonio de Macedo Costa, João Marcellino Taveira Pão Brazil, Innocencio Eustaquio Ferreira d'Araujo, Manuel Justiniano de Seixas, José Raymundo Façanha Filho e Dr. Luiz Martins da Silva Coutinho, que obtiveram maioria de votos nos referidos collegios.

2.º Que seja annullada por inconstitucional a eleição de Antonio Honorio Ferreira, attenta a sua *improbidade* notoria e provada judicialmente e pela imprensa; o que feito se proceda a nova eleição para preenchimento d'essa vaga.

Sala das Comissões da Assembléa Legislativa do Amazonas, 3 de Setembro de 1866.
—*Agostinho Rodrigues de Sousa.*—*José Justiniano Braule Pinto.*—*Estulano Alves Carneiro*, com restricção.»

O Sr. Presidente pôz á votação o parecer da primeira Comissão, dividindo-o em duas partes, sendo approvada a 1.ª e regeitada a 2.ª por 2 votos.

Os Srs. deputados Freitas Guimarães e Braule Pinto pediram que se declarasse na acta que elles tinham votado a favor da 2.ª parte.

O Sr. Innocencio, na qualidade de relator

da segunda Comissão de Poderes, leu o seguinte parecer:

«A segunda Comissão de Poderes, tendo examinado com attenção os diplomas dos Srs. deputados Agostinho Rodrigues de Sousa, Estulano Alvès Carneiro e José Justiniano Braule Pinto, os achou de conformidade com a acta da apuração, pelo que é de parecer que sejam elles considerados deputados.»

Sala das Sessões, 3 de Setembro de 1866.
—*Innocencio Eustaquio Ferreira d'Araujo*.—*João José de Freitas Guimarães*.—*João Ignacio Rodrigues do Carmo*.»

O Sr. Presidente levantou a sessão ao meio dia, dando para ordem do dia seguinte, a eleição definitiva da mesa, e mais providencias a tomar, segundo o Regimento.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSÃO PREPARATORIA DE 4 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 11 horas da manhã, reunidos no Paço da Assembléa os Srs. deputados Leovigildo Coelho, José Coelho de Miranda Leão, José Raymundo Façanha Filho, Clementino José Pereira Guimarães, Agostinho Rodrigues de Sousa, Estulano Alves Carneiro, João Marcellino Taveira Pao Brazil, José Justiniano Braule Pinto, João Ignacio Rodrigues do Carmo, João José de Freitas Guimarães e Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo, foi aberta a sessão.

Não estando prompta a acta da sessão antecedente, o Sr. Presidente convidou os Srs. deputados a procederem á eleição dos membros da mesa definitiva, e correndo o escrutinio obtiveram votos: para Presidente os Srs. Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho 8, Agostinho Rodrigues de Sousa 2, e Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo 1; para Vice-Presidente obtiveram votos os Srs. Clementino Guimarães 6, Freitas Guimarães 5. Para Secretarios foram votados os Srs. Miranda Leão 8, Façanha Filho 6, Freitas Guimarães 4, Braule Pinto 3, Pao Brazil 1.

Foram declarados Presidente o Sr. Leovigildo Coelho, Vice-Presidente o Sr. Clementino Guimarães, Secretarios os Srs. Miranda Leão e Façanha Filho.

Achando-se confeccionada a acta, o Sr. Presidente a pôz em discussão, depois de ser lida, e foi approvada com as emendas do Sr. deputado Braule Pinto.

O Sr. Presidente eleito declarou que a missa votiva do Espirito Santo teria logar no dia

5, ás 9 horas da manhã, na igreja de N. S. dos Remedios, e ordenou que pela Secretaria se fizessem as communicações de que trata o art. 10 do Regimento interno.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE ABERTURA EM 5 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do estylo, presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, Agostinho, Estulano, Pao Brazil, Braule Pinto, Rodrigues do Carmo, Freitas Guimarães e Innocencio, foi aberta a sessão.

O Sr. Presidente deferiu juramento ao Sr. deputado Rodrigues de Sousa.

Fez-se a leitura da acta da sessão antecedente, e posta em discussão foi approvada.

O Sr. 1.º Secretario fez a leitura de dous officios do Secretario do Governo, o 1.º communicando que S. Exc.ª o Sr. Vice-Presidente da Provincia marcava para a uma hora da tarde a abertura da Assembléa, e o 2.º accusando achar-se sciente da formação da mesa.

O Sr. Presidente nomeou uma deputação, composta dos Srs. Innocencio, Estulano, Pao Brazil, Clementino e Agostinho para a recepção do Exm.º Sr. Vice-Presidente da provincia.

A' uma hora compareceu S. Exc.ª, que foi introduzido com as formalidades do estylo; fez a sua Falla e retirou-se com as mesmas formalidades.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte a nomeação de commissões.

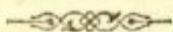
Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 6 dias do mez de Setembro de 1866, no Paço da Assembléa, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Agostinho, Pao Brazil, faltando sem causa os Srs. Guilherme Amazonas, Juvencio, Rodrigues do Carmo, Honorio, Clementino, Michilhes, Gustavo, Soares, Estulano, D. Antonio, Padre Seixas e Coutinho.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim*

Leovigildo de Sousa Coelho, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.



SESSÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do estylo, achando-se presentes os Srs. deputados *Leovigildo Coelho*, *Miranda Leão*, *Façanha Filho*, *Clementino*, *Freitas Guimarães*, *João Ignacio*, *Pão Brazil*, *Braule Pinto*, *Innocencio*, *Agostinho* e *Estulano*, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Achando-se na ante-sala os Srs. deputados *José Bernardes Michilles* e *Manuel Justiniano de Seixas*, o Sr. Presidente nomeou uma comissão, composta dos Srs. *Pão Brazil*, *Agostinho* e *Estulano*, para os introduzir, feito o que prestaram juramento e tomaram assento.

Procedeu-se à eleição das comissões permanentes de que trata o Regimento, e correndo o escrutínio obtiveram votos:

Para a Comissão de Poderes, os Srs. *Agostinho* 11, *Clementino* 11, *João Ignacio* 7, *Guimarães* 4, *Pão Brazil* 2, *Braule Pinto* 2, *Innocencio* 1, *Michilles* 1 e *Estulano* 1. Foram declarados membros os Srs. *Agostinho*, *Clementino* e *João Ignacio*.

Para a de Fazenda Provincial, os Srs. *Braule Pinto* 10, *Agostinho* 8, *Freitas Guimarães* 8, *Michilles* 6, *Clementino* 2, *Rodrigues do Carmo* 2, *Innocencio* 1, *Estulano* 1 e *Pão Brazil* 1. Ficaram membros da Comissão os Srs. *Braule Pinto*, *Guimarães* e *Agostinho*.

Para a de Agricultura, os Srs. *Pão Brazil* 10, *João Ignacio* 8, *Michilles* 4, *Agostinho* 4, *Padre Seixas* 4, *Estulano* 4, *Braule Pinto* 2, *Innocencio* 2 e *Clementino* 1. Havendo empate na votação dos Srs. *Agostinho*, *Michilles*, *Padre Seixas* e *Estulano*, o Sr. Presidente desempatou á sorte, ficando a Comissão composta dos Srs. *Pão Brazil*, *Rodrigues do Carmo* e *Michilles*.

Para a de Propostas e Representações das Camaras, os Srs. *Estulano* 8, *Michilles* 5, *Padre Seixas* 6, *João Ignacio* 5, *Guimarães* 4, *Agostinho* 3, *Braule Pinto* 3, *Clementino* 2, *Pão Brazil* 2 e *Innocencio* 1. Houve ainda empate na votação dos Srs. *João Ignacio* e *Michilles*, e o Sr. Presidente desempatou-a por sorte, ficando a Comissão composta dos Srs. *Estulano*, *Padre Seixas* e *Michilles*.

Para a de Catechese dos Indios, os Srs. *Padre Seixas* 11, *Innocencio* 5, *João Ignacio* 4, *Agostinho* 3, *Braule Pinto* 3, *Guimarães* 3, *Clementino* 3, *Pão Brazil* 2, *Estulano* 2, *Michilles*, *Dr. Amazonas* e *D. Antonio* 1 cada um.

Ficaram reconhecidos membros os Srs. *Padre Seixas*, *Innocencio* e *Rodrigues do Carmo*.

Para a de Instrução Publica, os Srs. *Agostinho* 9, *Braule Pinto* 8, *Padre Seixas* 6, *Clementino* 6, *Guimarães* 3, *Rodrigues do Carmo* 2, *Michilles* 2, *Estulano* 2 e *Pão Brazil* 1. Empatando a votação dos Srs. *Padre Seixas* e *Clementino*, o Sr. Presidente decidiu á sorte, e ficou a Comissão composta dos Srs. *Agostinho*, *Braule Pinto* e *Padre Seixas*.

Para a das Obras Publicas, os Srs. *Pão Brazil* 8, *Michilles* 7, *João Ignacio* 5, *Braule Pinto* 4, *Agostinho* 3, *Estulano* 3, *Padre Seixas* 2, *Clementino* 4, *Coutinho*, *Amazonas* e *Dr. Soares*, 1 cada um. Foram declarados membros os Srs. *Pão Brazil*, *Michilles* e *João Ignacio*.

Para a de Negocios Ecclesiasticos, os Srs. *Padre Seixas* 9, *D. Antonio* 7, *Agostinho* 4, *Dr. Soares* 3, *Clementino* 3, *Pão Brazil* 3, *Braule Pinto*, *Estulano*, *Michilles*, *Innocencio* e *Rodrigues do Carmo* 2 cada um. Ficam reconhecidos membros os Srs. *Padre Seixas*, *D. Antonio* e *Agostinho*.

Para a de Força Provincial, os Srs. *Innocencio* 8, *Guimarães* 5, *Pão Brazil* 5, *Estulano* 5, *Michilles* 3, *Agostinho* 2, *Braule Pinto* 2, *Rodrigues do Carmo*, *Soares*, *Leovigildo*, *Miranda Leão*, *Façanha Filho* e *Clementino* 1 cada um. Foram declarados, depois do desempate feito pelo Sr. Presidente á sorte, membros da Comissão os Srs. *Innocencio*, *Guimarães* e *Pão Brazil*.

Para a de Redacção, os Srs. *Agostinho* 11, *Clementino* 8, *Braule Pinto* 5, *Michilles* 4, *Padre Seixas* 3, *Guimarães* 2, *Coutinho*, *Estulano* e *Innocencio* 1 cada um. Ficou a Comissão composta dos Srs. *Agostinho*, *Clementino* e *Braule Pinto*.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando a seguinte ordem do dia:

1.ª Parte:—Requerimentos e indicações.

2.ª Parte:—O que occorrer.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.



SESSÃO DE 11 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, compareceram os Srs. deputados *Leovigildo Coelho*, *Miranda Leão*, *Façanha Filho*, *Freitas Guimarães*, *Agostinho*, *Padre Seixas*, *Michilles*, *Estulano*, *Rodrigues do Carmo*, *Braule Pinto* e *Pão Brazil*, faltando com causa os Srs. *D. Antonio*, *Gustavo*, *Soares* e *Coutinho*, e sem ella

os Srs. Amazonas, Clementino, Innocencio, Juvencio e Honório.

O Sr. Presidente abriu a sessão.

Lida a acta do dia antecedente, foi approvada.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. deputado Agostinho apresentou á mesa um requerimento, pedindo a nomeação de uma comissão, composta de tres membros, para dar o seu parecer sobre os contractos feitos pela Presidencia e Camaras Municipaes com diversos particulares para a factura de obras publicas; e sendo posto em discussão, foi approvado, marcando o Sr. Presidente a eleição d'essa comissão para a 2.^a parte da ordem do dia.

O Sr. Padre Seixas requereu que se pedisse á Presidencia os relatorios e orçamentos das Camaras Municipaes, concernentes ao passado e futuro anno financeiro; e que, recebidos esses documentos, fossem remettidos á Comissão para continuar os seus trabalhos.

Sendo posto em discussão, o Sr. Michilles pediu a palavra, offerecendo o seguinte additivo:

«Depois da palavra — relatorios — diga-se balanços.»

Sendo posto a votos, foi approvado conjuntamente com a emenda.

O Sr. Braule leu, e mandou á mesa, um requerimento, pedindo que fossem entregues á Comissão de Fazenda os balanços, orçamentos e relatorios das repartições provinciaes, o qual foi retirado pelo seu autor depois de algumas reflexões feitas pelo Sr. deputado Agostinho.

O Sr. Padre Seixas apresentou um requerimento, pedindo que se exigissem da Presidencia informações a respeito das obras publicas, o qual sendo posto a votos foi retirado pelo seu autor, depois de algumas observações do Sr. deputado Agostinho.

O Sr. Agostinho pediu a palavra; e orando a respeito da proposta de Amorim & Irmãos, mandou á mesa um requerimento n'este sentido:

«Que se mandasse o requerimento e proposta d'aquelles negociantes á Comissão de Agricultura, Commercio e Artes.»

O Sr. Braule Pinto fez algumas observações a respeito, retirando o Sr. Agostinho o seu requerimento.

O Sr. Agostinho apresentou o seguinte projecto, que tomou o n. 1:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

Art. 1.^o O subsidio dos membros da Assembléa Legislativa d'esta provincia no biennio

legislativo de 1868-1869 será de cinco mil réis diarios.

Art. 2.^o A ajuda de custo para indemnisação das despesas de viagem aos membros que residem fóra da capital continua a ser regulada pelo art. 2.^o da lei n. 108 de 11 de Maio de 1861.

Art. 3.^o Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 11 de Setembro de 1866.—O deputado, *Agostinho Rodrigues de Sousa*.

O Sr. Presidente mandou apresentar á Comissão de Agricultura, Commercio e Artes o requerimento e proposta de Amorim & Irmãos, sobre a navegação de diversos rios d'esta provincia.

SEGUNDA PARTE.

Procedeu-se á votação dos membros que deviam formar a Comissão, requerida pelo Sr. Agostinho, ácerca de dar seu parecer sobre os contractos feitos pela Presidencia e Camaras Municipaes; e recolhendo-se 11 listas foram votados os Srs.: Clementino 9, Estulano 8, João Ignacio e Michilles 4, Freitas Guimarães 3, Agostinho 3 e Braule Pinto 2. Havendo empate o Sr. Presidente decidiu á sorte, e ficou a Comissão composta dos Srs. Clementino, Estulano e Michilles.

Por nada mais haver a tratar-se o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos e indicações.

2.^a Parte:—2.^a leitura do projecto n. 1; nomeação de uma Comissão para examinar as razões da Presidencia, que negou a sancção do projecto de 4 de Setembro de 1865.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario.

Aos 12 dias do mez de Setembro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, Estulano, Braule Pinto, Páo Brazil, Padre Seixas, Michilles e João Ignacio; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo, Soares e Innocencio, e sem ella os Srs. Freitas Guimarães, Agostinho, Honório, Amazonas, Coutinho e Juvencio.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario

SESSÃO DE 13 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, Freitas Guimarães, João Ignacio, Agostinho, Michilles, Estulano, Pão Brazil, Padre Seixas e Braule Pinto; faltando com causa os Srs. Innocencio, D Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Amazonas, Coutinho, Honorio e Juvencio.

Abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente foi approvada.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.^o Secretario leu tres officios da Presidencia de 12 do corrente, participando o respectivo Secretario, de ordem de S. Exc.^a, que foram remettidos os documentos pedidos por esta Assembléa; outro dando parte que mandou pagar pela Administração da Fazenda a folha que acompanhou o officio do Sr. 1.^o Secretario, e um outro declarando haver o Sr. Presidente ficado inteirado de terem prestado juramento os Srs. Michilles e Padre Seixas.

Foi lido tambem um officio do Sr. deputado Innocencio, pedindo ao Sr. Presidente que se sirva solicitar d'esta Assembléa a sua dispensa, visto não lhe ser possivel continuar a tomar parte nos trabalhos da mesma, sem manifesto prejuizo do serviço militar, exercendo o mesmo os cargos de Ajudante de Ordens e Secretario interino do Commando das Armas d'esta provincia.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. deputado Freitas Guimarães apresentou um requerimento pedindo exoneração do logar que occupava de um dos membros da Commissão de Fazenda, e posto a votos, foi approvado.

O Sr. Clementino, orando, pediu que se nomeasse uma commissão de 5 membros para, na fórma do Regimento, apreciar as razões da Presidencia sobre a não sancção do projecto de desapropriação, passado n'esta casa em 1860; e posto á votação foi approvado.

O Sr. Michilles requereu que a mesa contractasse a impressão dos trabalhos d'esta Assembléa, ficando todavia pendente da approvação da mesma Assembléa.

O Sr. Clementino pediu a palavra, e mandou, sobre este objecto, a seguinte emenda:

«Elimine-se as palavras:—Sendo afinal submettida á approvação d'esta Assembléa—que deverão ser substituidas pelas seguintes: dan-

do em seguida parte á Assembléa de se achar realisado o respectivo contracto.»

O Sr. Agostinho, fallando sobre o assumpto em questão, pediu que fosse tomada a sobre-emenda seguinte:

«Depois da palavra — mesa — diga-se: não sendo o prazo da duração do contracto maior de um mez »

O Sr. Presidente, pondo á votação tanto o requerimento como as emendas, foram approvadas, depois de algumas reflexões do Sr. Michilles.

SEGUNDA PARTE.

Segunda leitura do projecto n. 1 ácerca do subsidio e ajuda de custo aos Srs. deputados.

O Sr. Presidente consultou a Assembléa se aquelle projecto encerrava objecto de deliberação, e sendo posto á votação foi approvado.

O Sr. Presidente convidou os Srs. deputados a elegerem a Commissão de 5 membros para dar o seu parecer a respeito das razões apresentadas pela Presidencia para não sancionar o projecto da Lei de 4 de Setembro de 1865; e, correndo a votação, obtiveram votos os Srs. João Ignacio 8, Estulano 7, Michilles 7, Clementino 6, Agostinho 6, Pão Brazil 5, Freitas Guimarães 4, Braule Pinto 4 e Padre Seixas 3, ficando a Commissão composta dos Srs. João Ignacio, Michilles, Estulano, Clementino e Agostinho.

O Sr. Padre Seixas retirou-se por incommodado.

Procedeu-se depois á nomeação de um membro para substituir o Sr. Freitas Guimarães, e correndo o escrutinio, obtiveram votos os Srs. Michilles 5, Clementino 5, apparecendo na urna uma lista em branco; e havendo empate, o Sr. Presidente, na fórma do Regimento, desempatou á sorte, recahindo a favor do Sr. Clementino,

Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—3.^a leitura do projecto n. 1; nomeação de uma commissão de 5 membros para rev. r as razões per que deixou a Presidencia de sancionar o projecto de desapropriação de 1860; e parecer sobre a dispensa do Sr. deputado Innocencio.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario.

Aos 14 dias do mez de Setembro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial, compareceram os Srs. Dr. Leovigildo Coelho,

Façaanha Filho, Freitas Guimarães, Rodrigues do Carmo, Padre Seixas, Clementino, Pão Brazil, Michilles, Estulano e Agostinho, faltando com causa os Srs. Innocencio, D. Antonio, Dr. Gustavo e Dr. Soares, e sem ella os Srs. Dr. Amazonas, Honorio, Leão, Coutinho, Juvencio e Braule Pinto.

Por falta de numero não houve sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*João Leovigildo de Souza Coelho*, Presidente.—*José Raymundo Façaanha Filho*, 2.º Secretario, servindo no impedimento do 1.º—*João José de Freitas Guimarães*, 2.º Secretario interino.

SESSÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façaanha Filho, Clementino, Freitas Guimarães, Agostinho, Michilles, Estulano, Braule Pinto, Pão Brazil e Padre Seixas, faltando com causa os Srs. Innocencio, D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Amazonas, Coutinho, Honorio, Juvencio e João Ignacio.

Abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente é approvada, depois de algumas observações apresentadas pelos Srs. deputados Agostinho, Clementino e Padre Seixas.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu um requerimento de Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, proprietario da olaria movida a vapor, sita no igarapé da Cachoeira, pedindo que se lhe complete o auxilio que por esta Assembléa se lhe concedeu de 2:000\$000 réis por emprestimo sem juros, que com os primeiros 5:000\$000 réis se obriga a pagar em material do seu dito estabelecimento, fornecendo os tijolos de alvenaria que fizer para a provincia, deixando uma pequena parte de seu valor para lhe ser paga em dinheiro, afim de poder occorrer ás despesas do mesmo estabelecimento. O requerimento foi enviado á Commissão de Agricultura, Commercio e Artes.

Leu o Sr. 1.º Secretario mais tres requerimentos, sendo um de José Clarindo Ferreira Martins, pedindo uma pensão afim de que seu filho Antonio de Lacerda Martins possa estudar no collegio de S. Sulpicio, na Europa; outro do mestre Raymundo José de Sousa, pedindo a indemnisação da quantia de 5:200\$000 réis porque contractou a obra da cadeia d'esta capital, assim como da de 2:749\$940 réis que gastou demais além da importancia por que contractou a dita obra; e outro de Victorino Manuel de Lima, escrivão da repartição

de obras publicas, pedindo o pagamento da quantia de 100\$000 réis, differença entre a de 500\$000 réis que lhe foi designada no art. 1.º, § 22 da Lei Provincial n. 144 de 4 de Agosto do anno passado, e a de 400\$000 réis que em Setembro do mesmo anno lhe foi arbitrada pela Presidencia. Foram estes requerimentos enviados ás Commissões de Instrução Publica, Especial e Obras Publicas.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Michilles pediu a palavra para apresentar o parecer da commissão ácerca do officio e proposta dos negociantes Amorim & Irmãos, sobre a navegação de diversos rios d'esta provincia.

O Sr. Clementino, pedindo tambem a palavra, fallou a respeito, e o Sr. Presidente marcou a hora em que o parecer devia ser apresentado.

O Sr. Clementino ainda orou no mesmo sentido, fazendo certas reflexões.

O Sr. Agostinho mandou um requerimento pedindo que sendo membro de seis commissões permanentes, se lhe dispensasse da Commissão de Redacção.

O Sr. Clementino, pedindo a palavra enviou á mesa uma emenda ao requerimento do Sr. Agostinho, que em vez da Commissão de Redacção fosse elle dispensado da Commissão Ecclesiastica.

O Sr. Agostinho continuou a orar a respeito; e postos a votação foram approvados o requerimento e a emenda apresentados.

O Sr. Michilles leu o officio e proposta de Amorim & Irmãos, e mandou á mesa com o seguinte parecer:

«A Commissão de Agricultura, Commercio e Obras Publicas, a quem foi presente o requerimento e proposta do commerciante Alexandre Paulo de Britto Amorim, o qual se propõe a encorporar uma companhia de navegação a vapor para os rios Madeira, Purús e Negro d'esta provincia, tendo com imparcial solicitude estudado as vantagens e conveniente desenvolvimento que essa empreza poderá imprimir no futuro progresso d'esta provincia, reconheceu ao mesmo tempo que os mingua-dos recursos de que ella dispõe, e os pesados impostos que ora sobrecarregam os generos de producção, não comportam, sem grande e insupportavel gravame, uma contribuição aproximadamente correspondente á terça parte dos impostos já decretados, e cujo augmento indica o requerente como condição essencial para inaugurar a empreza a que se propõe.

«A Commissão intimamente convencida das vantagens incalculaveis que deve a Provincia

auferir com a realisação d'essa empresa, e encarando a falta de meios como unico obstaculo para ser ella levada a effeito, lembra que poderá ser removida esta difficuldade com os recursos do Thesouro Geral, recorrendo esta Assembléa ao Goveano Central afim de impetrar o seu auxilio a favor da louvavel intenção do peticionario Alexandre Paulo de Britto Amorim.

«Para este fim entende a Commissão que bastará autorisar a mesa a eucaminhar á presença do Governo Imperial o requerimento e proposta de que se trata, solicitando do mesmo Governo a favor d'esta empresa a applicação da verba destinada no orçamento geral para a navegação do rio Madeira.

«Para ao mesmo tempo animar esta Assembléa com os poucos meios de que pôde dispor a provincia, concorrendo para a consecução d'essa idéa de progresso e civilisação, tem a Commissão a honra de offerecer á consideração d'esta Casa o seguinte projecto n. 2:

«A Assembléa Legislativa do Amazonas resolve:

«Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorizado a auxiliar a Companhia de navegação a vapor para os rios Madeira, Purús e Negro, com a contribuição do juro de 6 % ao anno sobre o capital por ella realiado.

«Art. 2.º O pagamento dos juros mencionados, só terá logar em proporção que forem sendo feitas as chamadas, e em vista da conta das entradas; ficando porém suspenso o pagamento dos juros se no prazo convencionado com o Governo Imperial não tiver a companhia dado principio á navegação contractada.

«Art. 3.º Em compensação d'este auxilio poderá a Presidencia convencionar com a companhia sobre a concessão de favores provinciaes, tendo em vista as condições estipuladas entre o Governo Geral e a companhia, bem como a protecção devida a essa empresa.

«Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

«S. R.—Sala das commissões, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, 15 de Setembro de 1866.—*José Bernardo Michilles.*—*João Marcellino Taveira Pão Brazil.*—*João Ignacio Rodrigues do Carmo.*»

SEGUNDA PARTE.

O Sr. Presidente mandou proceder á votação dos 5 membros que deviam formar a commissão que tinha de dar o seu parecer a respeito das razões por que deixou a Presidencia de sancionar o projecto de desapropriação, e recolhendo-se 11 listas, sendo uma em branco obtiveram votos os Srs. Clementino 9, Estulano 7, Braule Pinto 6, Padre Seixas, Pão Brazil e Michilles 5 cada um; e havendo em-

pate entre os 3 ultimos, o Sr. Presidente decidiu á sorte, recabindo esta em favor dos Srs. Pão Brazil e Padre Seixas.

O Sr. Presidente mandou proceder á votação de um membro que na Commissão Ecclesiastica devia substituir o Sr. Agostinho, e recolhendo-se 11 listas, sendo uma em branco, foram votados os Srs. Estulano 4, Clementino 2, Freitas Guimarães 2, Michilles 1 e Braule 1, sendo por esta fórma eleito o Sr. Estulano.

O Sr. Presidente pôz em discussão o officio do Sr. deputado Innocencio, e reconhecendo-se já não haver numero legal de Srs. deputados, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de commissões.

2.ª Parte:—Discussão do projecto n. 1; discussão do parecer da Commissão de Agricultura; e discussão do officio do Sr. deputado Innocencio.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 17 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, João Ignacio, Agostinho, Michilles, Estulano, Pão Brazil, Padre Seixas, Braule Pinto e Freitas Guimarães, faltando com causa os Srs. Innocencio, D. Antonio, Gustavo, Soares, e sem ella os Srs. Amazonas, Coutinho, Honorio e Juvencio.

Abre-se a sessão e lida a acta da antecedente foi approvada.

Não houve expediente.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Michilles enviou á mesa um requerimento, afim de que se peça á Presidencia os balanços das camaras da capital e Serpa, concernentes á sua receita e despeza no proximo passado anno financeiro de 1865 a 1866, e bem assim os balanços das camaras de Silves e Barcellos no mesmo anno, e seus orçamentos para o corrente exercicio; e que recebidos esses documentos lhe fossem enviados.

O Sr. Braule Pinto fez algumas observações a respeito do requerimento do Sr. Michilles.

O Sr. Michilles ainda orou no mesmo sentido, e o Sr. Braule Pinto enviou á mesa a seguinte emenda:

«Em logar de balanços, diga-se — demonstração do que tiver arrecadado e dispendido

nos semestres de 65 á 66 com a denominação da sua natureza.»

O Sr. Presidente pôz a votos tanto o requerimento como a emenda, sendo aquelle approvado e esta regeitada.

O Sr. Clementino, orando, pediu ao Sr. Presidente que marcasse dia e hora para ser apresentado o relatório da Comissão especial sobre contractos celebrados pela Presidencia e Camaras Municipaes com diversos particulares; e o Sr. Presidente designou o dia de amanhã na 1.^a parte da ordem do dia.

SEGUNDA PARTE.

Primeira discussão do projecto n. 1.

O Sr. Clementino, pedindo a palavra, fez, de conformidade com o Regimento, algumas observações a respeito, e posto á votação foi approvado, passando para a 2.^a discussão.

O Sr. 1.^o Secretario leu o parecer da Comissão encarregada de dar a sua opinião acerca da proposta do negociante Alexandre Paulo de Britto Amorim, concernente á navegação dos rios Madeira, Purús e Negro.

O Sr. Clementino, orando, reflexionou a respeito d'este parecer, e o Sr. Presidente decidiu que passasse para a 3.^a leitura.

O Sr. Presidente pôz á votação o officio do Sr. deputado Innocencio, pedindo á Assembléa que fosse dispensado de tomar parte nos trabalhos da mesma, como um dos seus membros, e o Sr. Agostinho, pedindo a palavra pela ordem, fallou a respeito.

O Sr. Presidente pôz em discussão aquelle officio e foi regeitado.

Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de comissões.

2.^a Parte:—3.^a leitura do parecer da Comissão de Agricultura, Commercio e Artes.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario.

Aos 18 dias do mez de Setembro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, Pão Brazil, Estulano, Michilles, Agostinho, Braule Pinto e Padre Seixas, faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella, os Srs. Juvenicio, Honório, Amazonas, Coutinho, João Ignacio Rodrigues do Carmo, Freitas Guimarães e Innocencio.

Por falta de numero legal o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Padre Seixas, Michilles, Estulano, Rodrigues do Carmo, Braule Pinto, Pão Brazil, Agostinho e Clementino, faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, e sem ella, os Srs. Innocencio, Honório, Coutinho, Juvenicio e Amazonas.

Aberta a sessão e lida a acta da antecedente, foi approvada depois da emenda que apresentou o Sr. Michilles, que em lugar de proposta de Amorim & Irmãos se escrevesse de Alexandre Paulo de Britto Amorim.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.^o Secretario leu dcus officios do Secretario do Governo, um remettendo por copia, de ordem do mesmo Exm.^o Sr. para ser presente á Assembléa, afim de ser tomado na consideração que merecer, o additamento do contracto assignado pelo mestre pedreiro Raymundo José de Sousa, para o accrescimento das obras da cadéa publica d'esta capital; e outro enviando tambem por copia, para ser presente á mesma Assembléa, o contracto celebrado pela Presidencia com Leonardo Antonio Malcher para a abertura de uma estrada, que partirá do cemiterio publico d'esta cidade até encontrar a dos Remedios, assim como o resto d'esta á partir d'aquelle ponto até á rua de Manãos. O primeiro foi enviado á Comissão especial e o segundo a archivar-se.

O Sr. 1.^o Secretario leu um outro officio do Inspector da Thesouraria de Fazenda d'esta Provincia, em que diz que, não tendo aquella repartição conhecimento de acto algum relativo a occupação do edificio em que funciona a Assembléa Legislativa Provincial, se deve levar semelhante negocio á consideração da mesma Assembléa, afim de que seja resolvido o pagamento dos respectivos alugueis desde a data em que teve começo a occupação do dito predio, precedendo porém ajuste ou contracto. O Sr. Presidente mandou enviar o officio á Comissão de Fazenda.

O Sr. Presidente communicou á Assembléa que a mesa já havia contractado com o director da typographia *Catechista* a impressão dos trabalhos da mesma Assembléa, durante um mez, pela quantia de 250\$000 réis.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. deputado Façanha Filho apresentou o seguinte projecto, que tomou o n. 3:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

«Art. Umco. A abertura da Assembléa Legislativa d'esta provincia será d'ora em diante no dia 25 de Março de cada anno. Revogam-se as disposições em contrario.

S. R.—Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 19 de Setembro de 1866. —Os deputados, *Façanha Filho.* — *Miranda Leão.*—*Estulano Alves Carneiro.*»

O Sr. Estulano apresentou este outro, que tomou o n. 4:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

«Art. Unico. Ficam derogadas as leis n. 73 de 10 de Dezembro de 1857, e 146 de 10 de Agosto de 1865, que elevou á cathegoria de Villa a freguezia de Borba, e a Freguezia a povoação de S. Joaquim de Alvaraens.

«Revogadas as disposições em contrario.

«S. R.—Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 19 de Setembro de 1866. —*Estulano Alves Carneiro.*—*João Marcellino Taveira Pão Brazil.*—*Clementino José Pereira Guimarães.*»

O Sr. Clementino apresentou o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

«Art. 1.º Ficam approvados o contractos celebrados pelo Presidente da provincia em 23 de Março d'este anno, com João Francisco Fernandes, para a feitura de um caes na praça da Imperatriz e aterro d'esta; e com João Marcellino Taveira Pão Brazil, para desapropriação de um terreno na mesma praça, por utilidade provincial, em 31 do dito mez e anno.

«Art. 2.º No plano porém das obras contractadas na praça da Imperatriz, descriptas pelo engenheiro das obras publicas e annexas ao respectivo contracto, mandará também o Presidente da provincia additar a feitura de uma rampa junto ao caes e em logar conveniente, contractando com o mesmo empresario o acrescimo d'esta obra.

«Art. 3.º Para realisar os pagamentos promettidos no contracto celebrado com o empresario do caes e aterro da praça da Imperatriz, é autorisado o Presidente da provincia a dispendir no corrente exercicio até á quantia de 18:000\$000 réis.

«Art. 4.º Também fica autorisada a Presidencia a mandar pagar ao contractante João Marcellino Taveira Pão Brazil, a quantia de 350\$000 réis, valor porque cedeu em favor

da provincia o terreno de sua propriedade acima referido.

«Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

«Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 19 de Setembro de 1866.—*Clementino José Pereira Guimarães.*—*Estulano Alves Carneiro.* — *João Ignacio Rodrigues do Carmo.*»

Tomou o n. 5.

O mesmo Sr. deputado leu o seguinte parecer:

«A Commissão especialmente nomeada por esta Assembléa para examinar as razões pelas quaes deixou o Presidente da provincia de sancionar em 1862 o projecto de lei de desapropriação por utilidade provincial e municipal, que subiu á sua presença em 13 de Junho do mesmo anno, acha que taes razões são procedentes.

«O projecto resente-se, não ha duvida, como nota o Presidente, de falta de formulas protectoras do direito de propriedade, ao mesmo tempo que não prevê certas hypotheses que se podem dar, e que, trazendo embarços a consecução do fim da lei, deixa baldo de providencias que removam taes embarços sempre que elles appareçam.

«E' pois a Commissão de parecer que o referido projecto não entre mais em discussão.

«Sala das commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 19 de Setembro de 1866. — *Clementino José Pereira Guimarães.* — *Estulano Alves Carneiro.* — *João Marcellino Taveira Pão Brazil.*—*Manuel Justiniano de Seixas.* — *José Justiniano Braule Pinto.*»

O Sr. Freitas Guimarães, orando, enviou depois um requerimento á mesa, pedindo que por intermedio da Presidencia solicitasse da Thesouraria de Fazenda: 1.º Qual a quantia designada pelo Governo Imperial para occorrer ás despesas com o professor Agassiz n'esta provincia; 2.º quanto se despendeu com essa verba; 3.º administração da quantia despendida com declaração dos objectos comprados e a quem pagos.

O Sr. Presidente pôz o requerimento á votação e foi approvado.

O Sr. Presidente apresentou á Casa uma carta do Coronel Filippe Joaquim Batalha, para ser tomada na consideração que merecer, na qual trata a respeito das facturações da manteiga de ovos de tartaruga e de pirarucu n'esta provincia.

O Sr. Agostinho pediu que se lesse a carta, o que foi satisfeito.

SEGUNDA PARTE.

O Sr. 1.º Secretario fez a leitura do pare

Agassiz

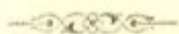
cer da commissão ácerca da proposta de Alexandre Paulo de Brito Amorim, sobre a navegação dos rios de que trata, e consultou, se tendo de imprimir-se o projecto respectivo se deveria tambem ser o parecer, e o Sr. Presidente decidiu que sómente fosse a imprimir-se o projecto.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de comissões

2.^a Parte:—Discussão do parecer apresentado pela Comissão especial para rever as razões da Presidencia no projecto de desapropriações; 2.^a leitura do parecer apresentado pela Comissão especial para rever os contractos; e 2.^a dos projectos ns. 3 e 4.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secreário.



SESSÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, Freitas Guimarães, Agostinho, Michilles, Estulano, Pão Brazil, Padre Seixas, Braule Pinto e João Ignacio; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Innocencio, Amazonas, Coutinho, Honorio e Juvencio.

Abre-se a sessão, e lida a acta da aatecedente 6 approvada, depois de pequenas observações do Sr. Michilles.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.^o Secretario leu tres officios do Secretario do Governo, um a que, de ordem de S. Exc.^a o Sr. Presidente, acompanhou por copia, para ser presente á Assembléa, afim de ser tomado na consideração que merecer, o contracto que em 13 do corrente celebrou a Camara Municipal d'esta capital com João Francisco Fernandes para o calçamento da rua Brazileira; outro respondendo ao officio que foi dirigido a S. Ex.^a, acompanhado da copia do contracto celebrado pelos membros da mesa da Assembléa com o director da typographia *Catechista*; e declarando que S. Ex.^a já ordenára á Fazenda Provincial o pagamento da 1.^a prestação ao referido director, na forma do contracto; e outro communicando que, não tendo sido enviados á Presidencia os balanços e orçamentos de que trata o officio n. 5 de 19 do corrente dirigido ao mesmo Exm.^o Sr.,

ordenou-se ás respectivas camaras a sua remessa, sendo enviados á Assembléa logo que sejam recebidos.

O Sr. Presidente mandou enviar o primeiro d'estes officios á Comissão especial encarregada de rever os contractos, e os dois ultimos á archivar-se.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Padre Seixas apresentou o seguinte projecto, que tomou o n.^o 6 e teve a primeira leitura:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

«Art. Unico. O Reitor do Seminario Episcopal desta cidade, perceberá seos vencimentos mediante attestado da autoridade Ecclesiastica, que prove sua residencia. e cumprimento de seus deveres.

«S. R.—Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 20 de Setembro de 1866. —O Deputado, *Seixas*.»

SEGUNDA PARTE.

O Sr. 1.^o Secretario faz a 2.^a leitura do parecer da Comissão especial sobre o contracto celebrado pela Presidencia com João Francisco Fernandes, e desapropriação do terreno pertencente a João Marcellino Taveira Pão Brazil; e lendo segunda vez o projecto n.^o 3, o Sr. Braule requereu a dispensa da 3.^a leitura e dos intresticios do mesmo projecto: O Sr. Presidente pondo a votos o requerimento do Sr. Braule, foi approvado.

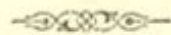
O Sr. 1.^o Secretario fez depois a 2.^a leitura do projecto n. 4, e lendo igualmente o parecer da commissão encarregada de rever as razões porque deixou a Presidencia de sancionar o projecto de desapropriação, foi este posto em discussão e approvado.

Por nada mais haver a tratar-se o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de comissões.

2.^a Parte:—3.^a leitura do parecer da Comissão especial de rever os contractos e do projecto n. 3; 2.^a discussão do projecto n. 1.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario.



SESSÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coe-

lho, Miranda Leão, Façanha Filho, Agostinho, Michilles, Estulano, Pão Brazil, Padre Seixas, Braule Pinto, Freitas Guimarães e Rodrigues do Carmo; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Clementino, Innocencio, Honorio, Coutinho, Juvenio e Amazonas.

O Sr. Presidente abriu a sessão.

Lida a acta do dia antecedente, foi approvada.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu um requerimento de Martiniano Ferreira dos Anjos, porteiro da Assembléa d'esta provincia, pedindo dous mezes de licença com todos os seus vencimentos para tratar de sua saude onde lhe convier; outro de Quintino Vieira de Aguiar, administrador das Obras Publicas da Provincia, pedindo que pela Administração da Fazenda Provincial se lhe pague a quantia de 200\$000 réis, que por ordem da Presidencia lhe fôra diminuida de seu ordenado, visto que tendo a Assembléa decretado no § 22 do art. 1.º da Lei n.º 144 de 4 de Agosto de 1865, e em outras de orçamento de annos anteriores, o ordenado de 800\$000 réis annuaes, fôra por portaria da Presidencia de 11 de Setembro do anno proximo passado annullada esta disposição de lei, marcando-lhe uma gratificação de 600\$000 réis; e outro de D. Libania Theodora Rodrigues Ferreira, professora publica do ensino primario do sexo feminino d'esta capital, recorrendo á Assembléa do despacho da Presidencia, que indeferiu uma sua petição em que pedia que se lhe mandasse pagar a gratificação de 500\$000 réis, em lugar da de 200\$000 réis, como actualmente recebe, julgando-se com direito aos vencimentos de 1:000\$000 réis, em virtude do disposto no art. 2.º da lei n.º 129 de 27 de Julho de 1865 e § 13 do art. 1.º da Lei n.º 144 de 4 de Agosto do mesmo anno, em vista de cujas disposições e do Regulamento n.º 16 d'aquella mesma data é paga a professora do bairro dos Remedios.

O Sr. Presidente mandou enviar estes requerimentos ás commissões de Policia, Obras Publicas e Instrucção Publica.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Agostinho, tratando do officio do Inspector da Thesouraria da Fazenda ácerca do pagamento dos alugueis do predio em que funciona a Assembléa, pediu ao Sr. Presidente que designasse dia e hora em que deveria apresentar o parecer da Commissão a respeito; e o Sr. Presidente designou a proxima sessão na 1.ª parte da ordem do dia.

O mesmo Sr. Agostinho leu e enviou á mesa o seguinte projecto, que tomou n.º 7 e teve a 1.ª leitura:

«A Assembléa Legislativa Provincial decreta.

TITULO I

Da despesa provincial.

Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorisado a despender, no corrente exercicio de 1866-1867, com os serviços abaixo declarados, a quantia de reis.

Corpo Legislativo.

§ 1.º Subsidio aos membros da Assembléa e ajuda de custo para as despesas de viagem 6:500\$000

§ 2.º Vencimentos dos empregados da Secretaria..... 2:000\$000

§ 3.º Expediente e publicação dos trabalhos..... 1:000\$000

9:500\$000

Secretaria do Governo.

§ 4.º Vencimentos dos empregados, exclusive a gratificação de official de gabinete, que fica supprimida..... 7:400\$000

§ 5.º Expediente, impressão de leis, regulamentos e relatorios..... 2:500\$000

§ 6.º Subsidio ao jornal que publicar os actos officiaes 1:000\$000

10:900\$000

Instrucção Publica.

§ 7.º Gratificação ao Director e ao Amanuense, sendo reis 600\$000 para aquelle e reis 400\$000 para este.... 1:000\$000

§ 8.º Vencimentos dos professores do ensino secundario.. 7:200\$000

§ 9.º Prestação do Seminario Episcopal..... 2:880\$000

§ 10. Gratificação ao Reitor do Seminario..... 400\$000

§ 11. Subsidio a 5 meninos desta provincia que estudam na Europa sciencias Ecclesiasticas..... 2:500\$000

§ 12. Subsidio para ensino, sustento e vestuario de duas filhas do fallecido tenente-coronel Manuel Thomaz Pinto, e para seo regresso até o fim de Dezembro d'este anno..... 800\$000

§ 13 Vencimentos dos professores e professoras do ensino primario na forma da tabella annexa á lei n.º 143.. 17:200\$000

§ 14. Expediente da Directoria, utensis e materiaes para as escolas..... 600\$000

32:580\$000

Culto Publico.

§ 13. Congrua do vigario geral..... 800\$000

Ao Coadjutor da freguezia da capital..... 400\$000

Gratificação ao sacristão idem 120\$000

§ 16. Com a festa da semana santa..... 400\$000

Somma..... 1:790\$000 52:980\$000

<i>Transporte....</i>	1:720\$000	52:980\$000
§ 17. Guisamentos e alfaias para as matrizes.....	600\$000	
		2:320\$000
<i>Saude Publica.</i>		
§ 18. Com o tratamento de presos pobres e pessoas indigentes		1:000\$000
<i>Obras Publicas.</i>		
§ 19. Pessoal da repartição, a saber:		
Ordenado ao director.....	1:200\$000	
Ao administrador.....	800\$000	
Ao escrivão.....	500\$000	
§ 20. Com diversas obras, a saber:		
Matriz da capital.....	10:000\$000	
Com os reparos das igrejas do interior.....	2:000\$000	
Com os reparos da igreja de N. S. dos Remedios.....	1:000\$000	
Com a construção de um cáes na praça da Imperatriz e aterro do mesmo.....	18:000\$000	
Com a indemnisação a João Marcellino Taveira Pão Brazil, com a desapropriação de um terreno na me-ma praça....	350\$000	
Com a obra da cadeia da capital.....	7:000\$000	
Com a construção de cadeias no interior da provincia.	3:000\$000	
		43:850\$000
<i>Administração da Fazenda Provincial.</i>		
§ 21 Vencimentos dos empregados.....	12:600\$000	
§ 22. Expediente e compra de livros.....	800\$000	
§ 23. Comissão a collectores e escrivães.....	\$	
§ 24. Idem de 10 % aos empregados da Recebedoria do Pará pela arrecadação dos direitos pertencentes a esta provincia	\$	
§ 25. Vencimentos dos empregados aposentados.....	1:845\$927	
		15:245\$927
<i>Estabelecimento dos Educandos.</i>		
§ 26. Vencimentos dos empregados, ficando desde já desannexado o lugar de professor do de escrivão, tendo aquelle e ordenado de 800\$000 e este de 700\$000.....	3:800\$000	
§ 27. Costeio do estabelecimento e jornaes aos mestres das officinas.....	20:000\$000	
§ 28. Obras do estabelecimento.....	3:000\$000	
		26:800\$800
<i>Diversas Despezas.</i>		
§ 29. Gratificação ao carcereiro da capital.....	240\$000	
§ 30. Exercícios findos...	600\$000	
§ 31. Com a condução de presos de justiça.....	500\$000	
§ 32. Reposições e restituições	\$	
§ 33. Eventuaes.....	2:000\$000	
		3:340\$000
<i>Navegação a vapor nos rios, Madeira, Purús e Negro:</i>		
§ 34. Subvenção á companhia que estabelecer a navegação dos rios referidos.....	36:000\$000	
		180:535\$927

TITULO II

Da Receita Provincial.

Art. 2.º O Presidente da provincia fará arrecadar no corrente exercicio de 1866-1867 os impostos seguintes:

Exportação.

§ 1.º 15 0/0 sobre a borracha de qualquer forma que seja fabricada.

§ 2.º 5 0/0 sobre o café, maqueiras ou redes de qualquer qualidade, algodão e azeite vegetal.

§ 3.º 10 0/0 sobre todo e qualquer genero que se exportar para fóra da provincia.

§ 4.º 100\$000 por cada escravo que sahir para fóra da provincia sem ser em companhia de seus senhores.

Interior.

§ 5.º Decima dos predios urbanos. As isempções consignadas no Regulamento provincial n.º 6 de 9 de Fevereiro de 1857 continuam em vigor.

§ 6.º 25 0/0 sobre o consumo de aguardente ou outra qualquer bebida espirituosa fabricada no paiz.

§ 7.º Imposto sobre lojas, armazens, tabernas e quitandas, a saber:

Sendo até..... 1:000\$000 10\$000

De mais de..... 1:000\$000 20\$000

De mais de..... 2:000\$000 30\$000

§ 8.º Imposto sobre armazens de grosso trato 40\$000.

§ 9.º 40\$000 por cada casa de bilhar ou de outro qualquer jogo licito.

§ 10. 30\$000 por cada loja ambulante, excepto as que venderem viveres.

§ 11. 100\$000 sobre cada mascate que vender joias, sendo este imposto devido por cada caixa, lata, bahu, etc., que trouxerem na rua.

§ 12. 60\$000 por cada casa de negocio fóra dos povoados.

§ 13. 50\$000 por cada canôa de regatão.

§ 14. 1\$000 por tonellada das embarcações de regatão ou de cabotagem.

§ 15. 500 reis por cada pessoa de tripulação das mesmas.

§ 16. 20\$000 por cada açougue ou padaria na capital e cidades, e 12\$000 nas villas e freguezias.

§ 17. 10 0/0 sobre heranças e legados, com excepção dos ascendentes e descendentes.

§ 18. 6 0/0 de insinuação e doação quando esta exceder a 400\$000.

§ 19. 10 0/0 na compra e venda de escravos.

§ 20. 3 0/0 sobre fianças criminaes.

§ 21. 2\$000 por cada folha corrida não sendo para impetrar graça ou mercê.

§ 22. 5 % sobre o provimento de empregos inclusive os collectores e escrivães. Este imposto é devido somente no primeiro anno do exercicio.

§ 23. 10\$000 por cada licença para poder tirar esmolas nas cidades, villas, freguezias e povoados; exceptuam-se as irmandades que tiverem compromissos approvados.

§ 24. 5\$000 por cada portaria da Presidencia concedendo passagens nos vapores da companhia do Amazonas ou de qualquer outra; excepto as que forem concedidas a empregados publicos.

§ 25. 5\$000 por cada carro de luxo ou conducção.

§ 26. 5\$000 por cada canôa de qualquer lotação empregada na conducção de pedras, lenha, etc.

§ 27. Cobrança da divida activa.

§ 28. Rendimento de estabelecimentos provinciaes.

§ 29. Multas por infracção de leis e regulamentos.

§ 30. Productos da venda de leis, regulamentos e relatorios.

§ 31. Emolumentos de certidões etc., passadas pelas Secretarias da Assembléa, do Governo e pela Administração Provincial:

Extraordinaria.

§ 32. Premios e donativos.

§ 33. Renda não classificada e eventual.

§ 34. Reposições e restituições.

Especial.

§ 35. 3 % sobre todo e qualquer genero que se exportar, sendo este imposto destinado a subvenção a companhia de navegação a vapor nos rios Madeira, Purús e Negro, na forma do art. 4.º da lei n.º 158; e só cobrará este imposto depois de estabelecida a dita companhia e quando se faça effectiva a disposição da dita lei.

TITULO III

Disposições Geraes.

Art. 3.º Fica approvada a portaria da Presidencia da provincia n.º 110 de 2 de Julho de 1866 que mandou vigorar a lei n.º 144 de 4 de Agosto de 1865 até que fosse promulgada outra.

Art. 4.º O Presidente da provincia fica autorisado:

§ 1.º A reorganisar as repartições das Obras Publicas e da Fazenda Provincial, sem com tudo exceder o votado na presente lei.

§ 2.º A alterar o regulamento dos educandos artifices.

Art. 5.º Os fornecimentos para as repartições provinciaes, excedentes de 50\$000, serão feitos por arrematações perante a Administração da Fazenda Provincial.

Art. 6.º As decimas dos predios urbanos, somente na capital, farão d'ora em diante parte da receita municipal e será applicada especialmente no calçamento das ruas. As decimas dos predios occupados por seus proprietarios, permanentemente, terão o abatimento de 20 %.

Art. 7.º O Presidente da provincia fica tambem autorisado a despende a quantia precisa com o machinismo encomendado para José Joaquim do Sacramento, tomando as providencias precisas para acautelar os interesses da Fazenda Provincial.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

S. R.—Sala das commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 21 de Setembro de 1866.—*Agostinho Rodrigues de Sousa. José Justiniano Braule Pinto.*

O Sr. Michilles, pedindo a palavra pela ordem, fallou sobre os pareceres das commissões permanentes e disposições do Regimento n'este sentido.

O Sr. Agostinho, pedindo egualmente a palavra pela ordem, fez diversas observações no mesmo sentido.

O Sr. Presidente pôz á votação o parecer do Sr. Agostinho, e reconhecendo não haver numero legal de Srs. deputados, levantou a sessão, dando para ordem do dia a mesma que estava marcada para a sessão de 20.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 22 dias do mez de Setembro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial, compareceram os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Clementino, Padre Seixas, Estulano, Michilles, Braule Pinto e Agostinho; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares e Gustavo, e sem ella os Srs. João Ignacio, Pão Brazil, Innocencio, Juvencio, Honorio, Amazonas e Coutinho. Por falta de numero não houve sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Souza Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 24 dias do mez de Setembro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazo-

nas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, Braule Pinto, Estulano, Michilles e Padre Seixas; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Freitas Guimarães, João Ignacio, Agostinho, Pão Brazil, Juvencio, Amazonas, Honorio, Coutinho e Innocencio.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario

SESSÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Padre Seixas, Michilles, Estulano, João Ignacio, Braule Pinto, Pão Brazil e Agostinho; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Clementino, Innocencio, Honorio, Juvencio, Coutinho e Amazonas.

Abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente foi approvada.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu um officio do Secretario do Governo, remettendo de ordem de S. Exc.ª o Sr. Presidente, o contracto por copia feito pela Camara Municipal com o mestre Raymundo José de Sousa, para a construcção do muro do cemiterio publico d'esta cidade, assim como dous orçamentos para o accrescimento d'esta obra.

Leu mais um requerimento do Padre Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, reclamando contra o acto da Presidencia, que negou aos professores de ensino primario o augmento de vencimentos, concedido pelo art. 29 do Regulamento approvado pela lei n.º 143 de 4 de Agosto do anno passado; e pedindo a indemnisação a que se julga com direito.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Agostinho declarou que desistia da questão de que pretendia tratar ácerca das decisões de ordem; e se submettia á opinião do Sr. Presidente; e mandou á mesa o seguinte parecer:

«A Comissão de Fazenda, a quem foi presente o officio n. 65 de 17 do corrente, em

que o Inspector da Thesouraria de Fazenda requisita a esta Assembléa Legislativa providencias em ordem a ser pago o aluguel do pavimento do proprio nacional occupado pela Assembléa, é de parecer que não se responda ao dito officio, visto que elle não se póde dirigir directamente á esta Camara.

S. R.—Sala das commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 21 de Setembro de 1866. — *Agostinho Rodrigues de Sousa*.—*José Justiniano Braule Pinto*.»

O Sr. Michilles apresentou o seguinte projecto, que tomou o n.º 8.

«A Comissão de propostas e representações das Camaras Municipaes tendo em consideração as propostas que lhe foram enviadas versando sobre a receita e despesa das Camaras desta provincia, offerece o seguinte:

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

CAPITULO I

Despezas municipaes.

Art. 1.º As Camaras Municipaes desta provincia são autorisadas a despender no anno financeiro do 1.º de Julho de 1866 ao ultimo de Junho de 1867 as quantias que a cada uma dellas vão designadas na presente lei, a saber:

§ 1.º A Camara da cidade de Mandos.

Ordenados:

Ao Secretario.....	1:200\$000
Ao Amanuense.....	800\$000
Ao Fiscal.....	900\$000
Ao Porteiro e Continuo.....	500\$000
Ao Administrador do Cemiterio.....	600\$000
Ao Agrimensor.....	600\$000
Ao Capellão do mesmo.....	240\$000
Ao Aferidor.....	200\$000

Gratificações:

Porcentagem ao Procurador e Fiscal de fóra da cidade 12 % do que effectivamente cada um arrecadar.....

4

Despezas:

Expediente da Camara e compra de mobilia..	600\$000
Pagamento da 1.ª prestação annual ao empregario da obra do cemiterio da capital..	4:175\$142
Custas judiciaes, jury e eleições.....	1:400\$000
Luz, sustento, vestuario e curativo aos prezos pobres, inclusive medicamentos e dieta aos mesmos.....	3:900\$000
Festas do culto Divino, regosijo publico e do cemiterio.....	400\$000
Limpezas de ruas, praças e estradas.....	1:000\$000
Com a desapropriação de terrenos por utilidade municipal.....	1:350\$000
Calçamento de ruas.....	16:000\$000
Jornaes e comedorias aos coveiros do cemiterio.....	720\$000
Eventuaes.....	400\$000

§ 2.º Camara Municipal da cidade de Teffé.

Ordenados:

Ao Secretario.....	500\$000
Ao Fiscal.....	200\$000
Ao Porteiro e Continuo.....	100\$000
Ao Coveiro do Cemiterio.....	80\$000
Ao Aferidor.....	100\$000

Gratificações:	
Porcentagem ao Procurador e Fiscaes de fó- ra da cidade 12 % do que cada um arrec- adar.....	5
Festas do culto divino e regosijo publico....	200\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e cu- rativo dos presos pobres.....	500\$000
Limpeza de ruas e praças da cidade e fregue- zias, bem como dos cemiterios das mesmas..	300\$000
Aluguel da casa que serve de paço da camara	350\$000
Custas judiciais, jury, eleições e expediente da camara.....	950\$000
Com o começo da edificação de um predio pa- ra o paço da camara e cadeia	4:000\$000
Com a reparação do cemiterio e respectiva capella.....	500\$000
Eventuaes.....	100\$000
§ 3.º Camara Municipal da villa de Serpa.	
Ordenados:	
Ao Secretario.....	400\$000
Ao Fiscal	200\$000
Ao Porteiro e Continuo.....	120\$000
Ao Administrador do cemiterio.....	120\$000
Ao Aferidor	100\$000
Gratificações:	
Porcentagem ao Procurador e Fiscaes de fóra da villa 12 % do que cada um arrecadar.	5
Despezas:	
Com o reparo da casa que serve de paço da camara e cadeia.....	1:000\$000
Custas judiciais, jury, eleições e expediente da camara.....	500\$000
Festas do culto divino e regosijo publico....	500\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e cu- rativo dos presos pobres.....	150\$000
Limpeza de ruas, praças e do cemiterio....	300\$000
Com a conclusão da obra do cemiterio.....	800\$000
Com a compra de mobilia e urna.....	300\$000
Eventuaes	100\$000
§ 4.º Camara Municipal da villa de Silves.	
Ordenados:	
Ao Secretario	360\$000
Ao Fiscal	120\$000
Ao Porteiro servindo de Continuo.....	100\$000
Ao Administrador do cemiterio.....	80\$000
Ao Aferidor	60\$000
Gratificações:	
Porcentagem ao Procurador e Fiscaes de fóra da villa 12 % do que cada um arrecadar..	5
Despezas:	
Custas judiciais, jury, eleições e expediente da camara	150\$000
Festas do culto divino e regosijo publico....	100\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e cu- rativo de presos pobres.....	150\$000
Limpeza de ruas e praças.....	100\$000
Eventuaes.....	100\$000
§ 5.º Camara Municipal de Villa Bella da Imperatriz.	
Ordenados:	
Ao Secretario.....	500\$000
Ao Fiscal.....	260\$000
Ao Porteiro servindo de Continuo.....	100\$000
Ao Administrador do cemiterio.....	120\$000
Ao Capellão do mesmo.....	200\$000
Ao Aferidor	100\$000
Gratificações:	
Porcentagem ao Procurador e Fiscaes de fóra da villa 12 % do que cada um arrecadar..	5
Despezas:	
Festas do culto divino e regosijo publico. . .	200\$000
Custas judiciais, jury, eleições e expediente da camara.....	500\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e cu- rativo dos presos pobres.....	200\$000
Limpeza de ruas, praças e do cemiterio, in- clusive com mil reis para o mesmo fim na	

freguezia do Andirá.....	400\$000
Conceito da casa da camara, cadeia publica e augmento de mais uma sala no mesmo edificio.....	2:400\$000
Com a compra de mobilia.....	200\$000
Eventuaes	100\$000
§ 6.º Camara Municipal da villa da Conceição.	
Ordenados:	
Ao Secretario.....	400\$000
Ao Fiscal servindo de Administrador do ce- miterio.....	300\$000
Ao Porteiro servindo de Continuo.....	200\$000
Ao Aferidor.....	100\$000
Gratificações:	
Porcentagem ao Procurador e aos Fiscaes de fora da villa 12 % do que cada um arrecar- dar.....	5
Despezas:	
Custas judiciais, jury, eleições e expediente da camara.....	200\$000
Festas do culto divino e regosijo publico....	100\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e cu- rativo dos presos pobres.....	250\$000
Limpeza de ruas e praças.....	200\$000
Com os reparos da capella e melhoramento do cemiterio.....	1:600\$000
Continuação da casa da camara e cadeia....	1:000\$000
Com a mobilia para a sala das sessões da camara e jury.....	300\$000
Eventuaes.....	100\$000
§ 7.º Camara Municipal da villa de Barcellos.	
Ordenados:	
Ao Secretario.....	300\$000
Ao Fiscal.....	150\$000
Ao Aferidor.....	50\$000
Gratificações:	
Porcentagem ao Procurador e Fiscaes de fóra da villa 12 % do que cada um arrecadar...	5
Despezas:	
Custas judiciais, eleições e expediente.....	60\$000
Festas do culto divino e regosijo publico....	40\$000
Luz para a cadeia, sustento e vestuario dos presos pobres.....	100\$000
Eventuaes.....	50\$000

CAPITULO II

Das Rendas Municipaes.

Art. 2.º Cada uma das Camaras Municipaes desta provincia fará arrecadar no anno fi-
nanceiro de 1.º de Julho de 1866 ao ultimo
de Junho de 1867, as seguintes rendas:

§ 1.º Aferição de balanças, pezos e medi-
das na forma da tabella (A) annexa á presen-
te lei.

§ 2.º Alvarás de licenças e impostos diver-
sos conforme a tabella (B).

§ 3.º 3 % de todos os generos que se ex-
portarem para fóra da provincia.

Este imposto será deduzido do valor que
tiverem os mesmos generos nas pautas for-
necidas pela Administração da Fazenda Pro-
vincial.

§ 4.º Multas por infracções de leis e regu-
lamentos geraes e provinciaes.

§ 5.º Saldo dos annos anteriores.

§ 6.º Prestações, donativos e restituições.

§ 7.º Rendimentos dos cemiterios.

§ 8.º Idem das companhias de pescadores

que se acharem creadas na conformidade da lei n.º 84 de 4 de Outubro de 1858.

§ 9.º Divida activa.

§ 10. Decima dos predios urbanos e rusticos.

Este imposto será unicamente arrecadado pela Camara Municipal da capital, conforme dispõe o artigo 6.º da lei n.º 154 de 4 de Agosto de 1865.

CAPITULO III

Disposições Diversas.

Art. 3.º As sommas fixadas na presente lei não poderão jámais ser excedidas pelas Camaras devendo estas, quando as quantias votadas não forem sufficientes, representar com a devida anticipação ao Presidente da provincia sobre o augmento que se fizer necessario em qualquer das rubricas das despesas.

Art. 4.º A' vista da conta demonstrativa, da necessidade do augmento e das razões apresentadas pelas Camaras, o Presidente da provincia o autorisará por uma portaria fazendo sciente á Assembléa Legislativa Provincial na sua primeira reunião, de todos os augmentos que houver autorizado, durante o anno.

Art. 5.º Nem um pagamento de despeza será feito, senão por ordem das Camaras ou de seus Presidentes, quando estas não estejam reunidas, sob pena de se não levar em conta aos procuradores as quantias que despendarem, sem que preceda essa formalidade.

Art. 6.º O Presidente da provincia fará com que as sommas consignadas para as obras publicas municipaes, sejam effectivamente applicadas ás ditas obras, dando as providencias necessarias para que se effectuem por arrematação, ou por administração, não havendo arrematante, e mandando inspeccional-as, quando julgar conveniente.

Art. 7.º Os Secretarios das Camaras Municipaes deverão apresentar-lhes no principio do mez de Junho de cada anno o balanço da receita e despeza do anno findo e o orçamento para o futuro, organizado conforme as instrucções a que se refere o artigo 30 da lei Provincial n.º 116 de 20 de Outubro de 1843, sob pena de serem multados a juizo das mesmas Camaras em 25\$000 a 50\$000, se o não fizerem, alem de ficarem sujeitos ao competente processo de responsabilidade por essa falta.

Art. 8.º As Camaras Municipaes depois de examinarem e approvarem os balanços e orçamentos de que trata o artigo antecedente, deverão immediatamente remetter-os ao Presidente da provincia, acompanhados das contas do anno findo prestadas por seus procu-

radores com todos os documentos que legalizem a despeza, e nessa mesma occasião enviarão as propostas que houverem de fazer a bem de seus municipios, de modo que, até o fim de Setembro estejam na Secretaria do Governo para ser tudo presente á Assembléa Legislativa Provincial em tempo opportuno.

Art. 9.º Sempre que as Camaras Municipaes da provincia, na forma do artigo precedente, tiverem de remetter ao Governo os seus orçamentos e balanços, farão acompanhar estes trabalhos de um relatorio circunstanciado em que demonstrem: qual o estado de suas rendas e accrescimento ou diminuição d'ellas, comparativamente aos tres ultimos annos, as difficuldades e obstaculos encontrados na respectiva cobrança; e bem assim, o estado das obras que estiverem em andamento, e quaes aquellas de que mais necessitem os seus municipios. Tambem propoirão nesse mesmo relatorio a abolição dos impostos, que forem oppressivos á agricultura, industria e commercio, e devam ser extinctos ou substituidos por outros.

Art. 10. Quando os Secretarios deixarem de apresentar os balanços e orçamentos no prazo marcado, as Camaras ou os seus Presidentes, se ellas não se reunirem, nomeará interinamente pessoa que aprompte esses trabalhos com a maior brevidade possivel, arbitrando para indemnisação do nomeado uma quantia correspondente a um mez de ordenado do respectivo Secretario, o qual deixará em igual tempo de perceber os seus vencimentos.

Art. 11. Findo o mez de Setembro, o Presidente da provincia imporá repartidamente aos vereadores das Camaras, que até esse tempo não tiverem remettido os balanços e orçamentos, nem justificado a falta, a multa de 100\$000 a 150\$000.

Art. 12. Aos procuradores das Camaras, não se levará em conta despeza alguma que seja feita sem autorisação por escripto das mesmas Camaras, ou de seus Presidentes nos casos em que a estes fôr permittido dal-as.

Art. 13. As obras municipaes só serão feitas por administração quando não apparecerem empreiteiros que queiram arrematá-las com condições razoaveis.

Os contractos de arrematação, cujo valor exceder de 300\$000, não poderão ter vigor antes de serem approvados pelo Presidente da provincia.

Art. 14. As Camaras Municipaes ficam autorisadas a dar por arrematação algum ou alguns dos ramos da sua renda, quando conheçam que esse systema pode ser mais vantajoso do que a administração, comtanto, porém: 1.º que a arrematação se não faça menos de 10 % sobre o rendimento do

ultimo anno em relação a renda que se houver de arrematar, 2.º que o tempo da arrematação não exceda a um anno, e 3.º que o arrematante preste fiança idonea.

O contracto da arrematação não poderá todavia ter vigor, se exceder de 100\$000, sem que seja approvedo pelo Presidente da provincia.

Art. 15. O lançamento de todas as casas e embarcações sujeitas aos impostos da tabella (B) será feito, impreterivelmente, até o fim do mez de Abril de cada anno, pelos procuradores e fiscaes, escripturado em livro especial, numerado, aberto, rubricado e encerrado pelo Presidente da Camara, ou por um vereador por elle commissionedo, declarando-se os nomes dos collectados, a natureza dos estabelecimentos, a rua em que estiverem situados, o fundo commercial que cada um tiver em qualquer tempo do anno, e o imposto e Alvará que deverão pagar. Ao lançamento dar-se-ha toda a publicidade possível.

Art. 16. Os collectados que se sentirem lesados pelo lançamento, poderão dirigir suas reclamações á Camara ou ao seu Presidente, se ella não estiver reunida até o dia 31 de Maio, não sendo attendidas as que forem apresentadas depois desse prazo.

Art. 17. Encerrado o lançamento do anno, as casas, lojas, etc., que se abrirem, serão inscriptas em additamento a elle para pagarem os impostos a que forem sujeitas procedendo-se para esse fim aos exames convenientes.

Art. 18. Continuam em vigor os artigos 23, 25, 26, 27, 29, 30 e 33 da lei n.º 41 de 3 de Outubro de 1854.

Art. 19. A Camara Municipal da capital applicará as sobras de suas rendas na desapropriação de predios, e terrenos em utilidade municipal, submettendo a approvação da Presidencia qualquer convenção amigavel para indemnisação dos predios e terrenos que tiver de desapropriar.

Art. 20. Fica creado o lugar de aferidor para todos os municipios desta provincia.

Estes lugares são providos pelas respectivas Camaras, e por ellas instruidos esses funcionarios no desempenho dos seus deveres.

Art. 21. A presente lei regerá no exercicio financeiro de 1866 a 1867, bem como no de 1.º de Julho de 1867 ao ultimo de Junho de 1868, se para esse exercicio não tiver sido promulgada nova lei de orçamento.

Art. 22. Ficam revogados os artigos 10, 15, 16, 17, 19, 20 e 21 da lei n.º 139 do 1.º de Agosto de 1855 e mais disposições em contrario.

Sala das Commissões, 25 de Setembro de

1866.—*José Bernardo Michilles, R.—Manuel Justiniano de Seixas.—Estulano Alves Carneiro.*»

TABELLA A, A QUE SE REFERE O § 1.º DO ARTIGO 2.º DESTA LEI.

Pela aferição da cada uma medida desde o oitavo de quarta até alqueire.	200
Idem de cada uma medida de liquido desde um oitavo de quartilho até canada.....	200
Idem de cada uma medida de comprimento, covado, vara, jarda, metro...	200
Idem de balança de marco com seus pezos.....	1\$600
Idem de dita de meia quarta até uma arroba, com sens pezos.....	2\$400
Idem de dita de meia arroba até quintal, idem.....	3\$600
Idem de cada medida ou pezo avulso.	400

A aferição será feita annualmente até fim de Julho, e sempre que se tiver de fazer uzo de balanças, pezos e medidas ainda não aferidas.

Sala das Commissões, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, 25 de Setembro de 1866.—*José Bernardo Michilles, R.—Estulano Alves Carneiro.—Manuel Justiniano de Seixas.*

TABELLA B, A QUE SE REFERE O § 2.º DO ARTIGO 2.º DA PRESENTE LEI.

Alvará de licença para armazens, botequins, escriptorios de agentes de leilão, ditos de commissões e outras, casas de cambio, bilhares, casas de negocio fóra dos povoados, canôas de regatão, para tirar esmo-las, as irmandades que não tenham compromisso, foguetarias, theatros, ou outro qualquer divertimento publico não gratuito, para armar redes de lancar peixe boi, e para carro de conducção.....	8\$000
Idem de licença a cada joalheiro...	4\$000
Idem de licença para lojas, tabernas, quitandas, feitorias para fabricação de peixe ou para extracção da gomma elastica, açougues e padarias.	5\$000
Idem de licença para casas de officinas mechanicas, taboleiros, game-las, cestos, panellas e outra qual-quer cousa em que se venderem fructas e outros comestiveis....	2\$000
Imposto sobre qualquer casa de negocio fóra dos povoados, canôas de regatão e casas em que se venderem fogos de artificio.....	12\$000
Idem sobre açougues e padarias....	6\$000
Idem sobre lojas, tabernas e quitandas	8\$000
Idem sobre armazens, botequins, escriptorios de agentes de leilão, di-	

tos de commissões, e outras casas de cambio e bilhares..... 10\$000
 Idem sobre qualquer espectáculo, que não seja gratuito..... 20\$000
 Idem para tirar esmolas nas cidades, villas, freguezias e seus districtos para festividades de igrejas, ou para irmandades que não tenham compromisso approved..... 20\$000
 Idem sobre lojas ambulantes de fazendas seccas, molhados ou miudezas. 10\$000
 Idem sobre a venda de joias de ouro, prata e pedras preciosas por cada mascate 50\$000
 Idem cada carro de conducção de lixo ou que se empregue em vender água..... 15\$000

Sala das Commissões, no Paço da Assembléa Legislativa, 25 de Setembro de 1866.—*José Bernardo Michilles, R.—Estulano Alves Carneiro.—Manuel Justiniano de Seixas.*

O Sr. Braule Pinto pediu a palavra e fallou sobre o officio do Inspector da Thesouraria de Fazenda.

O Sr. 1.º Secretario leu o seguinte parecer:

«A Comissão de Policia d'esta Assembléa, attendendo ás razões que em sua petição apresenta o porteiro da mesma, Martiniano Ferreira dos Anjos, é de parecer que se lhe conceda a licença que pede, de seis mezes, com os respectivos vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, em 25 de Setembro de 1866.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, Presidente.—José Coelho de Miranda Leão, 1.º Secretario.—José Raymundo Façanha Filho, 2.º Secretario.*

O Sr. deputado Façanha Filho apresentou um requerimento pedindo que fosse nomeada uma comissão de cinco membros para felicitar a S. Ex.ª o Sr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, pelos bons serviços que tem prestado á Provincia no curto espaço de sua administração; e o Sr. Presidente pondo a votos o requerimento acima, foi approved.

O Sr. Guimarães requereu igualmente que se nomeasse uma outra comissão de tres membros para felicitar ao Sr. Dr. Antonio José Moreira, deputado por esta provincia, pelos bons serviços que tem prestado á mesma; e o Sr. Presidente pondo á votação o requerimento do Sr. Guimarães, foi approved.

O Sr. Padre Seixas leu e mandou á mesa o seguinte parecer:

«A Comissão da Instrucção Publica á quem foi presente a petição junta de José Clarindo Ferreira Martins, na qual pede subsidio para seu filho Antonio de Lacerda Ferreira Martins estudar na Europa sciencias ecclesiasticas, tomando na devida consideração o requerido, é de parecer que se indefira a dita petição, vis-

to que existem na Europa cinco meninos estudando sciencias ecclesiasticas a expensas da provincia, e não poder augmentarem-se despesas d'esta natureza.

Sala das commissões da Assembléa Provincial do Amazonas, 25 de Setembro de 1866.—*Manuel Justiniano de Seixas.—Agostinho Rodrigues de Sousa.—José Justiniano Braule Pinto.*

O Sr. Braule requereu que este parecer fosse discutido n'aquella mesma occasião; e posto a votos foi approved o seu requerimento.

O Sr. Braule apresentou uma requisição pedindo que fosse discutido o parecer da Comissão de Fazenda sobre o officio do Inspector da Thesouraria, e enviou o seu requerimento á mesa.

O Sr. Guimarães fez algumas observações acerca do mesmo officio.

O Sr. João Ignacio, pedindo a palavra, leu o seguinte parecer:

«A Comissão especial, eleita nos termos do art. 204 do Regimento da Casa, para rever e dar seu parecer a respeito das razões dadas pela Presidencia da provincia, para não sancionar o projecto de lei de 4 de Setembro do anno passado, tendo examinado apuradamente as ditas razões, com ellas se conforma; não só por ser a materia do referido projecto da exclusiva competencia do poder ecclesiastico, como porque a semelhante respeito vigora o Código de Posturas Municipaes da capital da provincia do Pará, mandado executar pela Resolução d'esta Assembléa n.º 7, de 23 de Outubro de 1852.

Sala das commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 25 de Setembro de 1866.—*João Ignacio Rodrigues do Carmo.—Agostinho Rodrigues de Sousa.—José Bernardo Michilles.—Estulano Alves Carneiro.*

O Sr. 1.º Secretario fez a leitura do orçamento provincial.

SEGUNDA PARTE.

O Sr. 1.º Secretario fez a leitura do parecer da Comissão especial, sobre os contractos, a 3.ª do projecto n.º 4, e 2.ª do projecto n.º 6; e o Sr. Presidente pondo a votos, foi approved, como objecto de deliberação.

Foi approved o projecto n.º 3 em 1.ª discussão.

O Sr. Presidente pôz em discussão o art. 1.º do projecto n.º 1, que foi approved; e posto tambem em discussão o art. 2.º do mesmo projecto, o Sr. Estulano offereceu a seguinte emenda: que em lugar de—continua a ser regulada pelo art. 2.º da lei n.º 108 de 11 de Maio de 1861 a ajuda de custo aos deputados que residem fóra da capital, se diga—será—; o que posto a votos foi approved.

Código de Posturas Municipaes

O Sr. Presidente pôz á votação o parecer da commissão ácerca da pretensão de José Clarindo Ferreira Martins, e foi approvedo.

O Sr. Guimarães enviou um requerimento á mesa, pedindo que na acta do mesmo dia se consignasse um voto de profundo pesame pela morte dos bravos d'esta provincia, que succumbiram no ultimo ataque contra os Paraguayos, especialmente o nome do distincto e corajoso Tenente Joaquim Benjamin da Silva, o que foi approvedo.

Houve discussão do parecer da Commisão de Fazenda sobre o officio do Inspector da Thesouraria, e o Sr. Guimarães, pedindo a palavra, apresenton a seguinte emenda: depois da palavra—é de parecer—diga-se: se auctori-se ao Exm.^o Presidente da provincia a contractar com a Thesouraria de Fazenda o pagamento dos respectivos alugueis, e elimine-se o resto.

O Sr. Braule pediu a palavra e fallou a semilhante respeito.

O Sr. Presidente pondo a votos a emenda do Sr. Guimarães, foi regeitada, sendo approvedo o parecer.

Pôz-se em discussão o parecer da Commisão especial sobre o projecto de Lei de 4 de Setembro; e foi approvedo.

O Sr. Presidente nomeou a Commisão que devia felicitar ao Exm.^o Sr. Presidente da Provincia, a qual ficou composta dos Srs. Braule Pinto, Façanha Filho, Padre Seixas, Pão Brazil e Estulano; e a que devia felicitar ao Dr. Moreira composta dos Srs. Freitas Guimarães, João Ignacio e Braule Pinto.

Os Srs. Pão Brazil e Façanha Filho pediram que se mencionasse na acta que elles votaram contra a felicitação ao Sr. Dr. Moreira; o que depois declarou tambem o Sr. Estulano; e o Sr. Agostinho pediu que se mencionasse que votára contra ambas as felicitações.

Nada mais ha.endo a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de comissões.

2.^a Parte:—3.^a leitura do projecto n.^o 6; discussão do parecer da Commisão de Policia; 1.^a discussão dos projectos ns. 2, 4 e 5.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão,

Façanha Filho, Freitas Guimarães, Padre Seixas, Michilles, Estulano, João Ignacio, Braule Pinto, Pão Brazil, Agostinho e Clementino, faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Innocencio, Amazonas, Coutinho, Honorio e Juvencio.

Abre-se a sessão e lida a acta da antecedente foi approveda, depois de algumas emendas apresentadas pelos Srs. Michilles e Freitas Guimarães.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.^o Secretario leu um officio do Secretario do Governo declarando, de ordem de S. Exc.^a o Sr. Presidente, em resposta ao que em 25 do corrente lhe foi dirigido, e communicando igualmente que S. Exc.^a havia designado o dia 26 do corrente, á uma hora da tarde, para receber a commissão nomeada por esta Assembléa para a sua felicitação pelos bons serviços prestados á esta provincia, no curto espaço em que a tem administrado; e outro do Dr. Antonio José Moreira accusando a recepção da communicação que lhe foi feita de haver esta Assembléa deliberado felicitá-lo por intermedio de uma commissão, e dizendo que entrega á mesma commissão escolha do dia e hora para tal fim.

Leu tambem o Sr. 1.^o Secretario um requerimento de Antonio Luiz Coelho, amanuense da Secretaria d'esta Assembléa, pedindo ser aposentado no emprego que exerce, em consequencia de não poder continuar, attentas as suas enfermidades. O Sr. Presidente mandou enviar este requerimento á Commisão de Policia. Leu mais uma proposta de João Francisco Fernandes, apresentando diversas condições sob as quaes se obriga á construir a Igreja Matriz d'esta capital, conforme o plano; menos na parte em que ella se acha alterada. Enviou-se a proposta á Commisão de Obras Publicas.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Guimarães requereu que se solicitasse da Administração Provincial, por intermedio do Exm.^o Sr. Vice-Presidente da Provincia: 1.^o em quanto montou a renda da Provincia no anno financeiro de 1864-1865 e 1.^o semestre do corrente exercicio; 2.^o qual a importancia da arrecadação do imposto, de que tratam os §§ 1, 2, 3, 4 e 5 do art. 20 da lei do orçamento vigente, relativo ao 1.^o semestre e ao exercicio de 1864-1865.

O Sr. Braule Pinto, pedindo a palavra, exigiu o requerimento do Sr. Guimarães, e fallando a respeito o Sr. Guimarães declarou que retirava a 1.^a parte, o que foi approvedo. O Sr. Presidente pôz igualmente á votação a 2.^a

775. Ingresso do Sr. Pão

m. Luiz

parte do requerimento do Sr. Guimarães, e foi também approvedo.

O Sr. Clementino pediu ao Sr. Presidente que marcasse dia e hora para apresentar os pareceres da Comissão especial que concluem por projecto dos contractos celebrados pela camara d'esta capital com o mestre Raymundo José de Sousa, sobre obras do caes da praça de Tamandaré, cemiterio publico e cadeia, com João Francisco Fernandes sobre o calçamento da rua Brasileira n'esta cidade.

O Sr. Presidente marcou a 1.^a parte da ordem do dia da sessão seguinte; e o Sr. Padre Seixas, pedindo a palavra, enviou á mesa um requerimento affirm de que tivessem immediatamente leitura estes pareceres.

O Sr. Presidente pôz á votação o requerimento do Sr. Padre Seixas, que foi approvedo; e os pareceres são os seguintes, que tomaram os ns. 9 e 10 e tiveram a 1.^a leitura:

«Foram presentes á Comissão especial de rever contractos, as convenções celebradas pela Camara Municipal desta cidade, com Raymundo José de Sousa e João Francisco Fernandes, para a construcção de um caes na praça de Tamandaré e seo aterro pela quantia de 60:000\$000, de um muro no cemiterio publico pela quantia de 20:875\$712 e o calçamento de uma parte da rua Brasileira por 16:000\$000.

Começará a comissão por observar que a Camara Municipal desta cidade, sem ter em suas finanças as avultadas sommas porque contractou taes obras, sem autorização para o fazer, sem mesmo attender para a natureza de uma d'ellas que já pelas suas largas proporções, já por abranger maiores interesses que não o de simples uzo e gozo dos habitantes do municipio, é toda provincial e não municipal, celebrasse compromissos tão onerosos compromettendo por esse modo, contra todas as regras de economia, os seus renditos presentes e futuros, e cuja applicação depende annualmente de decreto desta Assembléa.

A lei n.º 41 de 5 de Outubro de 1854, no seu art. 12, resiste a que as camaras possam contractar ainda dentro das forças de suas finanças, sem previa autorização do Presidente da provincia sempre que o valor do contracto exceder a 100\$000.

A Camara Municipal da capital não só contractou por quantia superior a esta fóra das forças de suas finanças, como deu execução aos seus contractos sem approvação do Presidente.

Estas questões, porém, hoje entende a comissão que devem ser postas á margem para somente attender-se o quanto fôr possível ao assumpto das convenções celebradas. Nisto vae não somente os brios e o credito

da Municipalidade, como a propria dignidade desta Assembléa.

Algumas das obras contractadas acham-se já em andamento, n'outras tem os empresarios empatado não poucos capitaes repousando na boa fé dos contractos, n'outras finalmente recebido dinheiros dos cofres municipaes como uma das condições do accôrdo feito.

Harmonisar pois o interesse publico com o particular é o que resta a fazer de melhor nas actuaes circumstancias, deixando que a reflexão e a calma refrêe e traga dos justos limites o ardor, aliás louvavel, com que a Camara Municipal da capital deseja dotar o municipio dos melhoramentos de que necessita.

Com estas vistas offerece a comissão o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

Art. 1.º São approvedos os Contractos celebrados pela Camara Municipal desta capital em 13 de Setembro corrente, com João Francisco Fernandes para o calçamento de uma secção da rua Brasileira, e com Raymundo José de Sousa em 24 de Abril também deste anno, para a construcção de um caes na praça de Tamandaré, aterro da mesma praça e a factura de um muro no cemiterio publico desta mesma capital com as alterações seguintes:

Art. 2.º No corrente exercicio perceberá o contractante das obras do caes de Tamandare polos cofres municipaes da capital a quantia de 8:000\$000 somente por conta da importancia porque contractou esta obra, ficando dependente do corpo legislativo a decretação de novos fundos para os pagamentos que se houverem de succeder nos exercicios futuros.

Art. 3.º A esta clausula também ficam sujeitos os demais contractos acima referidos, circunscrevendo-se a dita camara a despendar com elles no corrente exercicio a primeira prestação convencionada para cada obra.

Art. 4.º Aos lados do calçamento da rua Brasileira e como parte integrante d'elle, fará o contractante junto ás casas, passeios de lagas em esquadria com a largura de oito palmos e altura de seis pollegadas sobre o calçamento, guardando-se o mesmo nivelamento que tomar este.

Art. 5.º Promulgada que seja esta lei, a Camara Municipal da capital fará intimar os contractantes para que no prazo de oito dias declarem por escripto se adherem ás alterações nella feitas aos seus contractos.

As declarações no sentido affirmativo importam a realisação dos contractos e a sua fiel execução nas partes não alteradas, e no

caso contrario serão considerados desde logo nulos e de nenhum effecto.

Art. 6.º Fica entendido que por esta lei não se reconhece o direito ás camaras municipaes de celebrar contractos superiores ás suas finanças, e sem que para isso estejam devidamente autorizadas pelo poder competente.

Art. 7.º São revogadas quaesquer disposições em contrario.

S. R.—Sala das Commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 26 de Setembro de 1866.—*Clementino José Pereira Guimarães, R.—Estulano Alves Carneiro.—João Ignacio Rodrigues do Carmo.*»

«A Comissão especial de rever contractos, tomando na devida consideração o accôrdo feito pelo Exm. Presidente da provincia, com o mestre pedreiro Raymundo José de Sousa, para a conclusão das obras da cadeia publica desta capital, e achando que taes contractos estão no caso de serem approvados, offerece para esse fim o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

Art. Unico. Tenham a sua devida e inteira execução os contractos celebrados pelo Presidente da provincia em 3 de Abril e 18 de Julho deste anno, com Raymundo José de Sousa, para a conclusão das obras da cadeia publica desta capital, conforme o plano annexo aos mesmos contractos; ficando habilitado o mesmo Presidente a despendar com o pagamento destes serviços a quantia de 5:543\$200 que lhe serão marcados na lei do orçamento do corrente exercicio: revogadas as disposições em contrario.

S. R.—Sala das Commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 26 de Setembro de 1866.—*Clementino José Pereira Guimarães, R.—Estulano Alves Carneiro.—João Ignacio Rodrigues do Carmo.*»

O Sr. Braule mandou á mesa um requerimento pedindo que fossem dispensados da 2.ª e 3.ª leitura os pareceres que acabavam de ser apresentados pela Comissão encarregada de rever contractos, e que fossem impressos com urgencia.

O Sr. Presidente pôz a votos o requerimento do Sr. Braule, que foi approvado.

SEGUNDA PARTE.

O Sr. 1.º Secretario fez a 3.ª leitura do projecto n.º 6.

Teve logar a discussão do parecer da Comissão de Policia, sobre a licença requerida pelo porteiro d'esta Assembléa, e ninguém pedindo a palavra o Sr. Presidente pôz á votação e foi approvado.

Houve a 1.ª discussão dos projectos ns. 2, 4 e 5; não se pedindo a palavra, o Sr. Presidente pôz a votos e foram igualmente approvados.

O Sr. Braule requereu dispensa dos interstícios d'estes projectos, o qun foi tambem approvado.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de commissões

2.ª Parte:—3.ª discussão do projecto n.º 1; 2.ª dita dos projectos ns. 2, 3, 4 e 5.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, Presidente.—José Coelho de Miranda Leão, 1.º Secretario.—José Raymundo Façanha Filho, 2.º Secreário.*

SESSÃO DE 27 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Michilles, Estulano, João Ignacio, Braule Pinto, Pão Brazil, Agostinho e Clementino; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Padre Seixas, Innocencio, Honorio, Juvencio, Coutinho e Amazonas.

Abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente foi approvada.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu um requerimento de Custodio Pires Garcia, pedindo dispensa do imposto de 25 0/0 sobre a cachaça que fabricar em seu engenho, movido a vapor, estabelecido no districto d'esta capital.

O Sr. Presidente mandou enviar este requerimento á Comissão de Agricultura, Commercio e Artes.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Braule Pinto pediu a palavra e leu não só a felicitação feita ao Exm.º Sr. Vice-Presidente Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, da qual fôra encarregada por esta Assembléa a comissão composta dos Srs. Pão Brazil, Estulano, Padre Seixas, Braule Pinto e Façanha Filho, como a resposta do mesmo Exm.º Sr.

O Sr. Presidente declarou em nome da Assembléa que a resposta de S. Exc.ª era recebida com especial agrado.

SEGUNDA PARTE

O Sr. Presidente pôz em 3.^a discussão o projecto n.º 1, e ninguém pedindo a palavra pôz o mesmo projecto á votação e foi aprovado.

Foi posto também em 2.^a discussão o projecto n.º 2, e o Sr. Braule Pinto, pedindo a palavra, mandou á mesa o seguinte artigo substitutivo:

«O art. 1.º do projecto n.º 2 substitua-se pelo seguinte:

«Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorisado a contractar com Alexandre Paulo de Britto Amorim, ou com outro qualquer, a incorporação de uma companhia de navegação a vapor nos rios Madeira, Purús e Negro.»

O Sr. Presidente pondo a votos este artigo foi aprovado.

Posto igualmente em discussão o art. 2.º do referido projecto, o Sr. Clementino mandou á mesa um artigo substitutivo:

«Supprima-se o art. 2.º do projecto n.º 2, e substitua-se pelo seguinte, que tomará a numeração conveniente:

«Art. Encorporada a Companhia, seja qual fôr a procedencia dos capitaes, fica sendo brasileira; e por isso seus vapores, tripulação e escriptorios, isentos de qualquer imposto provincial.»

Foi igualmente aprovado.

Posto em discussão o art. 3.º do mesmo projecto, o Sr. Braule Pinto mandou a seguinte substituição:

«Supprima-se o art. 3.º do projecto n.º 2, e substitua-se pelo seguinte, que tomará a numeração conveniente:

«Art. A Companhia durará pelo tempo de 25 annos, e sua directoria será estabelecida n'esta capital, onde deve ser o ponto de partida dos vapores.»

O Sr. Presidente pôz á votação a substituição apresentada pelo Sr. Braule e foi aprovada.

O Sr. Estulano mandou um outro artigo additivo, para onde convier, ao projecto n.º 2:

«Art. Sobre estas bases o Presidente da provincia formulará o respectivo contracto, independente de approvação d'esta Assembléa, e os estatutos da Companhia serão feitos de accordo com ellas.»

Foi igualmente aprovado.

O Sr. Pão Brazil enviou outro artigo, também additivo, para onde convier:

«Art. O Presidente da provincia fica autorisado a auxiliar a Companhia com a subvenção annual de 36:000\$000 réis.»

O Sr. Guimarães mandou a seguinte emenda a este artigo:

«Depois da palavra—annual—diga-se réis 50:000\$000.»

O Sr. Clementino, pedindo a palavra, fallou

a respeito. O Sr. Guimarães ainda apresentou algumas razões no mesmo sentido em que havia mandado a emenda; e o Sr. Presidente, pondo á votação tanto o artigo apresentado pelo Sr. Pão Brazil como a emenda pelo Sr. Guimarães, foi aquelle approved e esta regeitada.

Posto em discussão o art. 4.º, e não se pedindo a palavra, o Sr. Presidente pôz a votos, e foi approved.

Foram postos em discussão os projectos ns. 3 e 4, e não havendo quem pedisse a palavra, o Sr. Presidente pôz á votação e foram approved.

O Sr. Braule requereu dispensa dos interstícios dos projectos ns. 2, 4 e 5; o que teve approvação.

O Sr. Presidente, em vista do art. 141 do Regimento interno, procedeo á nomeação de tres membros para examinarem, organisarem e coordenarem o projecto n.º 2; e, recolhendo se 11 listas, obtiveram votos os Srs: Braule Pinto 10, Clementino 7, Pão Brazil 5, Michilles 3, Freitas Guimarães 3, Agostinho 3, João Ignacio 1 e Estulano 1; ficando por esta forma composta a Comissão dos Srs. Braule Pinto, Clementino e Pão Brazil.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando a seguinte ordem do dia:

1.^a Parte.—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de commissões.

2.^a Parte.—3.^a discussão dos projectos ns. 3 e 4; e 2.^a dos de ns. 2 e 5.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Agostinho, Michilles, Estulano, João Ignacio, Pão Brazil, Padre Seixas, Braule Pinto, Clementino e Freitas Guimarães; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, e sem ella, os Srs. Innocencio, Honorio, Coutinho, Juvencio e Amazonas. Aberta a sessão, o Sr. Presidente declarou que por não estar prompta a acta da antecedente deixava de ser lida.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Estulano pediu a palavra e mandou á

mesa um requerimento exigindo que se peça á Presidencia 20 collecções das leis da Provincia e dos regulamentos em vigor e revogados para serem distribuidos pelos Srs. deputados.

O Sr. Presidente pôz a votos o requerimento do Sr. Estulano, que foi approvedo.

O Sr. Pão Brazil enviou uma indicação, affirm de que a mesa, em nome da Assembléa e por intermedio do Exm.^o Sr. Vice-Presidente da provincia, dirija um voto de agradecimento ao Exm.^o Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, pela moderação, justiça e imparcialidade com que administrou esta provincia.

O Sr. Presidente, em vista do art. 99 do Regimento, mandou a indicação do Sr. Pão Brazil á Comissão de Poderes e de Infracções da Constituição e das Leis.

O Sr. Michilles leu o seguinte parecer:

«Foi tomado na devida consideração, pela Comissão de Agricultura, Commercio e Artes, o requerimento de Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, pedindo a esta Assembléa, que se lhe conceda um emprestimo de dous contos de reis, além de cinco contos que já recebeo para montar uma olaria a vapor no igarapé da Cachoeira grande nas proximidades desta cidade. Para pagamento do emprestimo que pede agora o requerente, e do que já em si tem, se compromette a fornecer os materiaes fabricados no seu estabelecimento para serem empregados nas obras da provincia, mediante algum adiantamento deduzido da importancia dos materiaes que for entregando para auxiliar as despesas com a sua olaria. A comissão encarando a utilidade desse estabelecimento, considerando que não será improficua a protecção que o peticionario requer, e attendendo a necessidade indeclinavel em que se acha a provincia de proseguir no trabalho das obras em andamento para cujo fim precisará indispensavelmente dos materiaes offerecidos, é de parecer que se adopte a seguinte resolução:

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

Art. 1.^o O Presidente da provincia é autorisado a mandar fazer o emprestimo de dous contos de reis, sem juros, em prazos razoaveis, e pelos cofres da provincia a Francisco Antonio Monteiro Tapajoz.

Art. 2.^o Este emprestimo e mais o de cinco contos de reis que o mesmo Tapajoz já é devedor aos cofres provinciaes, serão cobrados em materiaes fabricados na sua olaria para serem empregados nas obras da provincia; autorisada a Presidencia á contractar o preço desses materiaes, dispensando da importancia que elles produzirem, e em proporção que forem sendo recebidos, a quantia que julgar razoavel para auxiliar as despesas

que tiver de fazer o fornecedor com o seu estabelecimento.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrario.

S. R.—Sala das Commissões, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, 28 de Setembro de 1866.—*José Bernardo Michilles, R.—João Marcellino Taveira Pão Brazil,—João Ignacio Rodrigues do Carmo.*»

O Sr. Presidente pôz a votos este parecer, que foi approvedo.

O Sr. Pão Brazil pediu ao Sr. Presidente que consultasse a Casa se a sua indicação entrava na disposição geral do art 99 do Regimento, e o Sr. Presidente, pondo em discussão a indicação do Sr. Pão Brazil, reconheceu não haver numero legal, e levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—3.^a discussão dos projectos ns. 3 e 4; 2.^a dos de ns. 2 e 5; e 2.^a leitura do parecer da Comissão de Agricultura sobre o requerimento de Francisco Antonio Monteiro Tapajoz.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, Presidente.—José Coelho de Miranda Leão, 1.^o Secretario.—José Raymundo Façanha Filho, 2.^o Secretario.*

SESSÃO DE 29 DE SETEMBRO DE 1866

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Dr. Leovigildo Coelho, Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Padre Seixas, Michilles, Estulano, João Ignacio, Braule Pinto, Pão Brazil, Clementino e Agostinho, faltando com causa os Srs. D. Antonio, Dr. Gustavo e Dr. Soares, e sem ella os Srs. Innocencio, Honorio, Juvencio, Dr. Coutinho e Dr. Amazonas.

Abre-se a sessão, e sendo lidas as actas das sessões de 27 e 28, foram approvedas depois de algumas emendas apresentadas por alguns Srs. deputados.

Não houve expediente.

ORDEN DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Presidente poz á votação a indicação apresentada pelo Sr. Pão Brazil, sobre a felicitação ao Exm.^o Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello.

Os Srs. Guimarães, Clementino e Braule Pinto fallaram a respeito.

O Sr. Michilles, orando no mesmo sentido,

leu a disposição do art. 91 do Regimento interno.

O Sr. Pão Brazil fallou no sentido da mesma indicação.

O Sr. Façanha Filho mandou á mesa a seguinte emenda á indicação do Sr. Pão Brazil:

«Supprimam-se as palavras:—e por intermedio do Exm. Sr. Vice-Presidente da provincia.»

O Sr. 1.º Secretario pedio a palavra e fez vêr que o Amanuense da Secretaria desta Assembléa, Antonio Luiz Coelho, pretendia retirar a petição em que pedia ser aposentado.

O Sr. Presidente consultou a Casa sobre a pretensão de que tratou o Sr. Secretario, e sendo approvada foi retirada a petição.

O Sr. João Ignacio pedio a palavra e leu tambem tanto a felicitação feita ao Sr. Dr. Moreira, como a sua resposta, enviando-as depois á mesa.

O Sr. Clementino retirou-se da casa.

O Sr. Braule Pinto, como membro da commissão de rever os projectos, leu o parecer da Commissão sobre o projecto n.º 2, que foi approvado.

O mesmo Sr. Braule apresentou o seguinte parecer, que ficou para entrar na ordem dos trabalhos:

* «A Commissão de Instrucção Publica a quem foram submettidas as petições de D. Libania Theodora Rodrigues Ferreira, professora publica e vitalicia do ensino primario do sexo feminino desta capital, e do Padre Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ex-professor do mesmo ensino do sexo masculino, pedindo a esta Assembléa lhes mandasse satisfazer o que de menos se lhes pagou em virtude de ordens da Presidencia, e conformando-se essas ordens da Presidencia é de parecer: que d'ora em diante sejam observadas restrictamente a tabella n.º 1, annexa ao regulamento n.º 16 de 4 de Agosto de 1865, em quanto o contrario não fôr determinado por esta Assembléa.

Sala das Comissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 29 de Setembro de 1866.—José Justiniano Braule Pinto.
—Manuel Justiniano de Seixas.

«Voto em separado pelas seguintes razões: 1.º que não é admissivel a interpretação dada pela Presidencia ao regulamento n.º 134 de 4 de Agosto de 1865, que revogando todas as disposições anteriores deu ipso facto aos professores o direito a percepção do augmento decretado no mesmo regulamento; 2.º que onde a lei não distingue não se deve distinguir, e assim não distinguindo o precitado regulamento nem reconhecendo mais de uma tabella de vencimentos não se póde fazer vigorar nem distinguir diversas tabellas e aos professores nomeados em virtude de

qualquer outra lei.—Agostinho Rodrigues de Sousa.»

SEGUNDA PARTE.

Teve segunda leitura o parecer da Commissão de Agricultura, Commercio e Artes a respeito da requisição de Francisco Antonio Monteiro Tapajoz.

Houve a 3.ª discussão dos projectos ns. 3 e 4, que sendo approvados, o Sr. Presidente mandou enviar á Commissão de Redacção.

Por falta de numero deixou de entrar em 3.ª discussão o projecto n.º 5.

Nada mais havendo á tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres das comissões.

2.ª Parte:—2.ª discussão do projecto n.º 5; 1.ª do de n.º 6, 3.ª leitura do de n.º 11 e 3.ª discussão do de n.º 2.

Para constar se lavrou esta acta.—Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, Presidente.—José Coelho de Miranda Leão, 1.º Secretario.—José Raymundo Façanha Filho, 2.º Secretario.

—*—*—*—
Ao 1.º dia do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Leão, Braule Pinto, Agostinho, Clementino, Michilles, Estulano, Pão Brazil, Padre Seixas e Façanha Filho, faltando com cauza os Srs. D. Antonio, Dr. Gustavo e Dr. Soares, e sem ella os Srs. Juvencio, Honorio Dr. Amazonas, Dr. Coutinho, Freitas Guimarães e João Ignacio.

Por falta de numero não houve sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, Presidente.—José Coelho de Miranda Leão, 1.º Secretario.—José Raymundo Façanha Filho, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Dr. Leovigildo Coelho, Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Padre Seixas, Michilles, Estulano, João Ignacio, Braule Pinto, Pão Brazil, Clementino e Agostinho, faltando com causa os Srs. D. Antonio, Dr. Gustavo e Dr. Soares, e sem ella os Srs. Innocencio, Honorio, Juvencio, Dr. Coutinho e Dr. Amazonas. Abre-se a sessão e sendo lida a acta da antecedente foi approvada.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu um officio do Se-

Pga. Libania

cretario da Presidencia, communicando de ordem do mesmo Exm.^o Sr. haver-se expedido á Administração Provincial as convenientes ordens para o pagamento do subsidio a que têm direito os Srs. deputados.

ORDEM DO DIA

PRIMEIRA PARTE

O Sr. Agostinho pediu a palavra e fez a leitura da redacção dos projectos ns 1, 3 e 4.

O Sr. Presidente poz em discussão, e não havendo quem pedisse a palavra, foi posta a votos e teve approvação.

O Sr. Estulano requereu que naquella mesma occasião entrasse em discussão a redacção dos referidos projectos.

O Sr. Presidente poz em discussão o requerimento do Sr. Estulano, que foi approvado.

O Sr. Braule Pinto pediu a palavra e mandou á mesa um requerimento afim de que fosse dispensado dos intersticios o projecto n.^o 6.

O Sr. Presidente procedeu á votação a respeito da requisição do Sr. Braule Pinto, e foi approvado o seu requerimento.

SEGUNDA PARTE.

Teve 2.^a discussão o art. 1.^o do projecto n.^o 5, que foi approvado.

O Sr. Presidente poz igualmente a votação os arts. 2.^o, 3.^o, 4.^o e 5.^o do mesmo projecto, que tambem foram approvados.

Houve a 1.^a discussão do projecto n.^o 6, que da mesma forma foi approvado.

Teve 3.^a leitura o projecto n.^o 11.

O Sr. Presidente poz em 2.^a discussão o projecto n.^o 2, e o Sr. deputado Façanha Filho, pedindo a palavra, enviou á mesa a seguinte emenda:

«Em lugar de 36:000\$000 de subvenção annual, diga-se —3 % sobre os generos exportados da provincia, sendo esse imposto cobrado especial e separadamente para subvencionar a companhia.»

O Sr. 1.^o Secretario pediu tambem a palavra e mandou á mesa este additivo:

«Quando o resultado da cobrança do imposto de 3 % especiaes exceder a somma de 120:000\$000, reverterá o excedente em favor dos cofres provinciaes.»

O Sr. Freitas Guimarães, pedindo igualmente a palavra, fallou ácerca das emendas apresentadas.

O Sr. Pão Brazil requereu que depois da palavra — contracto — diga-se, que será intransferivel.

O Sr. Presidente poz a votos tanto o projecto como as emendas, e tendo sido appro-

vadas, mandou enviar á Comissão de Redacção.

Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte.—Requerimentos, indicações e pareceres das commissões.

2.^a Parte.—3.^a discussão do projecto n.^o 5 e 2.^a do de n.^o 6.

Para constar se lavrou esta acta. —*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. —*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario, —*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 3 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Padre Seixas, Michilles, Estulano, João Ignacio, Braule Pinto, Pão Brazil, Clementino e Agostinho; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Façanha Filho, Innocencio, Amazonas, Coutinho, Honorio e Juvencio.

Abre-se a sessão, não se fazendo leitura da acta por não estar sobre a mesa.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.^o Secretario leu dous officios do Secretario do Governo, um accusando a recepção da relação nominal dos Srs. deputados, e que havia expedido as convenientes ordens para serem fornecidos a esta Assembléa 20 exemplares de cada uma das collecções das leis e regulamentos promulgados desde a installação da provincia: outro communicando, de ordem de S. Exc.^a o Sr. Presidente, que se mandou pagar pela fazenda provincial a importancia das contas que vieram annexas ao officio d'esta Assembléa sob n.^o 15.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Clementino apresentou o seguinte requerimento:

«Requeiro dispensa dos intersticios do projecto n.^o 11, para ser dado para ordem do dia de amanhã.»

Posto a votos foi approvado.

SEGUNDA PARTE.

Leu-se o parecer da Comissão de Instrução Publica ácerca da petição de D. Libania Theodora Rodrigues Ferreira e Padre Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, e en-

trou logo em discussão, fallando contra a opinião da maioria o Sr. Freitas Guimarães; e o Sr. Agostinho apresentou a seguinte emenda:

«Depois da palavra—é de parecer—diga-se—que se attenda aos supplicantes—e supprima-se o restq.

O Sr. Clementino apresentou o seguinte requerimento:

«Requeiro que o parecer que se acha em discussão seja impresso para depois ser discutido, visto conter materia importante e não haver sobre ella homogeneidade na opinião dos membros da Comissão de Instrução Publica.»

Foi regeitado.

O Sr. Clementino pediu a palavra e fallou contra a opinião do Sr. Agostinho, membro da dita Comissão, e este fallou sustentando as suas idéas, e ainda pediu a palavra o Sr. Clementino. N'esse acto o Sr. Freitas Guimarães pediu a palavra pela ordem e apresentou o seguinte requerimento:

«Requeiro encerramento da discussão.»

Sendo posto a votos foi approved, fallando contra o Sr. Clementino; e o Sr. Presidente pôz em discussão a 1.^a parte do dito parecer, salva a emenda, a qual foi approved, sendo também approved a emenda do Sr. Agostinho.

O projecto e a emenda foram remettidos á Comissão de Fazenda.

Por nada mais haver a tratar-se o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—3.^a discussão dos projectos ns. 5 e 6; e 1.^a dos de ns. 7, 10 e 11.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario.



SESSÃO DE 4 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 11 horas da manhã, presentes os Srs. deputados Dr. Leovigildo Coelho, Leão, Freitas Guimarães, Agostinho, Michilles, Estulano, Pão Brazil, Clementino, Braule Pinto, Padre Seixas e João Ignacio, faltando com causa os Srs. D. Antonio, Dr. Gustavo e Dr. Soares, e sem ella os Srs. Façanha Filho, Innocencio, Honorio, Juvencio, Dr. Coutinho e Dr. Amazonio.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Não poudo ter logar a leitura da acta de 2 do corrente por não estar sobre a mesa.

Leu-se a acta da sessão de 3, e o Sr. Cle-

mentino reclamou contra a redacção da mesma por entender que nella se omittia opinião dos Srs. deputados; o que é expressamente prohibido pelo Regimento interno.

O Sr. Presidente declarou que entendia que a acta não continha tal, e que, por isso ia consultar á Casa a respeito; o que feito foi ella approved, como estava redigida, declarando o Sr. Clementino que votava contra, e que nesse sentido mandaria o seu voto por escripto.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Agostinho apresenta a redacção do projecto n.^o 2, que ficou sobre a mesa para ser discutida na primeira sessão.

O Sr. Freitas Guimarães apresentou o seguinte requerimento:

«Requeiro dispensa dos intersticios do projecto n.^o 9, distribuido hoje, para entrar amanhã em discussão.»

Posto a votos, foi approved.

SEGUNDA PARTE.

O Sr. Presidente declarou á Casa que o projecto n.^o 5 não podia entrar em discussão em consequencia de ser nelle interessado o Sr. Pão Brazil, e que, retirando-se elle da Casa, não podia ella funcionar por falta de numero, o que seria prejudicial aos demais trabalhos, por isso o daria para discussão na seguinte sessão.

Entrou em 3.^a discussão o projecto n.^o 6, o qual posto a votos, e sendo approved, foi á Comissão de Redacção.

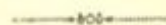
Entrou em 1.^a discussão o projecto n.^o 7, e posto a votos foi approved.

E não havendo mais nada a tratar-se, o Sr. Presidente deu para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte:—Apresentação de requerimentos, indicações e pareceres das commissões.

2.^a Parte:—Discussão da redacção do projecto n.^o 2; 3.^a discussão do projecto n.^o 5; 2.^a dita dos de ns. 7, 10 e 11 e 1.^a dita do de n.^o 9.

Levanta-se a sessão; e para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.^o Secretario



SESSÃO DE 5 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os

Srs. deputados Dr. Leovigildo Coelho, Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Padre Seixas, Michilles, Estulano, João Ignacio, Braule Pinto, Pão Brazil, Clementino e Agostinho, faltando com causa os Srs. Dr. Gustavo, D. Antonio e Dr. Soares, e sem ella os Srs. Innocencio, Honorio, Juvencio, Dr. Coutinho e Dr. Amazonas.

Abre-se a sessão, e lida a acta de 4, foi approvada.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu um officio do Secretario do Governo da provincia, em resposta ao que por esta Assembléa havia sido dirigido ao Exm. Sr. Vice-Presidente, e enviando de ordem do mesmo Exm. Sr. a demonstração dareceita dos generos de exportação do exercicio de 1864-1865, e do 1.º semestre do de 1865-1866.

O Sr. Presidente mandou enviar o referido officio a quem havia feito a requisição.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Agostinho pediu a palavra e leu a redacção dos projectos ns. 2 e 6, e o Sr. Presidente pondo a votos foi approvada.

SEGUNDA PARTE

Teve 3.ª discussão o projecto n.º 5, que posto a votos, foi approvado, e enviado á Comissão de Redacção.

Houve 2.ª discussão do projecto n.º 10 e dos artigos 1.º e 2.º do projecto n.º 11; o que posto a votos teve approvação.

O Sr. Presidente pôz também em 1.ª discussão o projecto n.º 9, e o Sr. Guimarães pedindo a palavra fallou a respeito.

O Sr. Presidente pôz a votos e foi approvado.

O Sr. Presidente pôz também em discussão o projecto n.º 7, comprehendendo a 1.ª parte do art. 1.º ao 3.º § do mesmo, e não se pedindo a palavra o Sr. Presidente pôz a votos, o que foi approvado.

Pôz o Sr. Presidente da mesma forma em discussão os §§ 4.º e 6.º do dito artigo.

O Sr. Pão Brazil pediu a palavra e mandou á mesa a seguinte emenda:

«No § 4.º do art. 1.º accrescente-se—500\$000 de gratificação ao Secretario do Governo».

O Sr. Presidente procedeu á votação sobre a emenda apresentada pelo Sr. Pão Brazil; e foi regeitada, depois de haverem alguns Srs. deputados exigido a verificação de votos.

O Sr. 1.º Secretario Leão, enviou uma outra emenda ao § 5.º do mesmo artigo:

«Em vez de 2:500\$000, diga-se, 2:000\$».

E sendo posta a votos, foi approvada.

Continuaram em discussão os §§ 7.º a 14, e o Sr. deputado Agostinho mandou a seguinte emenda ao § 7.º:

«Em vez de 600\$000, diga-se 1:200\$000.»

Foi approvada.

O Sr. deputado Façanha Filho apresentou a seguinte emenda:

«No § 8.º accrescente-se:—ficam elevados os vencimentos dos professores a 1:200\$000, sendo 800\$000 de ordenado e 400\$000 de gratificação, ficando o professor de francez obrigado a ensinar inglez, o de grammatica nacional—rhetorica e poetica; e o de philosophia—geometria.»

O Sr. Presidente pôz a votos a referida emenda, a qual foi regeitada.

O Sr. Michilles enviou uma outra emenda:

«Que em lugar de 7:200\$000, diga se, 3:200\$000.»

Posta a votos foi igualmente regeitada.

O Sr. Agostinho pediu a palavra, e depois de orar acerca das emendas apresentadas, mandou também uma sub-emenda:

«Supprima-se geometria nas obrigações do professor de philosophia.»

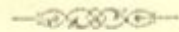
O Sr. Presidente pôz a votos a sob-emenda apresentada pelo Sr. Agostinho, e foi prejudicada.

O Sr. deputado Façanha Filho, logo depois retirou-se por incommodado, sendo substituido pelo Sr. Freitas Guimarães, que communicou ter de retirar-se também por incommodado, e o Sr. Presidente reconhecendo não haver casa, levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte.—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres das commissões.

2.ª Parte.—Discussão da redacção do projecto n.º 6; 2.ª discussão do projecto n.º 9; 3.ª dos de ns. 10 e 11 e continuação da discussão do projecto n.º 7.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão Junior*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.



SESSÃO DE 6 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Padre Seixas, Michilles, Estulano, João Ignacio, Braule Pinto, Pão Brazil e Clementino; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Agostinho, Innocencio, Honorio, Juvencio, Coutinho e Amazonas.

Abre-se a sessão.

O Sr. Presidente mandou proceder á leitura da acta de 2 do corrente, que já se achava sobre a mesa, e foi approvada; deixando de ser lida a do dia antecedente por não estar prompta.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.^o Secretario leu dous officios do Secretario do Governo, um de 3 do corrente, communicando, de ordem de S. Exc. o Sr. Vice-Presidente, que n'aquella data houve por bem sancionar, e mandar publicar como lei, as proposições enviadas pela mesa d'esta Assembléa, sendo a 1.^a designando o dia 25 de Março de cada anno para a abertura da mesma Assembléa; a 2.^a revogando as leis ns. 73 e 146 de Dezembro de 1857 e de 10 de Agosto de 1865; e a 3.^a marcando o subsidio dos membros da Assembléa Provincial, no biennio de 1868-1869; e outro de 5, dizendo que n'aquella occasião fôra ordenado a Fazenda Provincial o pagamento da quantia de 36\$600 réis a que tem direito o collaborador Romão José Negrão.

O Sr. Presidente ordenou que estes officios fossem á archivar se.

Leu mais o Sr. 1.^o Secretario um officio do Sr. deputado Innocencio, communicando não só não poder comparecer aos trabalhos d'esta Assembléa, como pedindo ser dispensado dos mesmos em consequencia de seu mau estado de saude.

O Sr. Presidente declarou que o referido officio entraria em discussão na ordem dos trabalhos da sessão seguinte.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

Nada houve.

SEGUNDA PARTE.

O Sr. Presidente pôz em discussão a redacção do projecto n.^o 6, e foi approvada.

Teve a 3.^a discussão o projecto n.^o 10 que, sendo approvado, o Sr. Presidente mandou enviar á Comissão de Redacção.

Houve tambem a 3.^a discussão do projecto n.^o 11, e o Sr. Clementino enviou a seguinte emenda ao art. 2.^o do mesmo projecto:

«Depois da palavra—recebido—diga-se—a metade—e elimine-se o que se segue até á palavra rasoavel. inclusivê, ficando o mais como está.»

Tendo approvação, foi o projecto enviado á Comissão de Redacção.

O Sr. Presidente pôz em 2.^a discussão o projecto n.^o 9.

O Sr. Freitas Guimarães, pedindo a palavra, enviou á mesa a seguinte emenda ao art. 2.^o:

«Depois das palavras—exercicios futuros—diga-se—devendo, porém, o pagamento integral da quantia ajustada estar solvido no fim de 6 annos, a contar da data do contracto.»

Teve approvação.

Pesto da mesma fôrma em discussão o art. 3.^o, tambem foi approvado.

O Sr. Presidente pôz igualmente em discussão os outros artigos 4.^o a 7.^o

O Sr. Clementino pediu a palavra e enviou a seguinte emenda ao art. 4.^o:

«Supprimam-se as palavras—em esquadri-lha—»

Foi approvado, assim como os mais artigos.

O Sr. Presidente pôz em discussão os §§ 7.^o a 14.^o do art. 1.^o do projecto n.^o 7.

O Sr. Freitas Guimarães mandou uma emenda ao § 8.^o do dito artigo:

«Em lugar de 7:200\$000 réis, diga-se réis 4:000\$000.»

Foi approvado.

O Sr. 1.^o Secretario enviou tambem uma outra emenda ao § 14.^o:

«Em vez de 600\$000 réis, diga se réis 500\$000.»

O Sr. Presidente pondo a votos a emenda apresentada pelo Sr. 1.^o Secretario, foi ella regeitada, depois de algumas observações feitas pelo Sr. Braule Pinto.

Postos em discussão os §§ 15.^o a 17.^o, não houve quem pedisse a palavra, e ficaram approvados.

Continuou a discussão sobre o § 18.^o

O Sr. Guimarães pediu que a este § se adicionasse 200\$000 réis para a propagação da vaccina n'esta provincia.

O Sr. Braule Pinto reflexionou a respeito do additivo apresentado pelo Sr. deputado Guimarães.

O Sr. Presidente pôz a votos e foi regeitada a emenda.

O Sr. Clementino mandou ao mesmo § o additivo seguinte:

«Gratificação a uma pessoa que se encarregue do tratamento dos infelizes atacados do mal de elephantiasis. 400\$000 réis.

O Sr. Guimarães mandou uma sob-emenda, que em lugar de 400\$000 réis, se dêsse réis 800\$000.

Foi approvado o additivo apresentado pelo Sr. Clementino no sentido da emenda do Sr. Guimarães.

Foram postos em discussão os §§ 19.^o e 20.^o

O Sr. deputado Façanha Filho enviou ao § 19.^o a seguinte emenda:

«Accrescente se— Expediente 200\$000 rs.»

Foi approvado.

O Sr. Guimarães mandou tambem o seguinte additivo:

«Auxilio á Camara Municipal para o calçamento da rua Brazileira, 4:000\$000 réis.»

Foi regeitado.

O Sr. Estulano remetteu á mesa a seguinte emenda ao mesmo §:

«Ao escrivão, em vez de 500\$000 réis, diga-se 600\$000 réis.»

Foi approvada a emenda.

O Sr. Façanha Filho remetteu uma emenda ao § 20.º:

«Em lugar de 18:000\$000 réis, diga se réis 12:000\$000 para a obra do cáes, e 16:000\$ para a da Matriz.»

Teve approvação.

O Sr. Padre Seixas tambem remetteu a emenda seguinte:

«No § 20.º augmente-se mais 4:000\$000 réis para os reparos das igrejas do interior.»

Foi regeitada.

O Sr. Estulano apresentou uma outra emenda:

«No § 20.º do art. 1.º, depois da rubrica—com o reparo das igrejas do interior—, augmente-se—inclisvê 1:000\$000 réis para a igreja de Tefé.»

Teve approvação.

O Sr. Michilles mandou a emenda seguinte ao mesmo §:

«Elimine-se a rubrica 3:000\$000 réis com a construcção das cadeias do interior.»

Foi approvado.

Postos em discussão os §§ 21.º a 25.º do mesmo artigo ficaram approvados.

O Sr. Presidente pôz em discussão os §§ 26.º a 28.º

O Sr. Estulano apresentou uma emenda ao primeiro d'estes:

«Em lugar de 800\$000 réis ao professor, diga-se 600\$000 réis.»

Teve approvação.

Postos em discussão os §§ 29.º á 34.º, o Sr. Padre Seixas requereu que o § 34.º fosse supprimido, o que foi approvado.

O Sr. Clementino enviou um § additivo:

«Emprestimo a Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, na fôrma da lei n.º 160, d'este anno, 2:000\$000 réis.»

Foi igualmente approvado.

O Sr. Presidente, reconhecendo depois d'estes trabalhos que já não havia numero sufficiente, levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de comissões.

2.ª Parte:—3.ª discussão do projecto n.º 9; 2.ª dita do de n.º 8; continuação da discussão do de n.º 7; e discussão do officio do deputado Ferreira de Araujo.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 8 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Agostinho, Estulano, Páo Brazil, Michilles e Braule Pinto; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo e Soares, e sem ella os Srs. Amazonas, Honorio, Juvencio, Freitas Guimarães, Clementino, João Ignacio, Innocencio, Coutinho e Padre Seixas.

Por falta de numero não houve sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 9 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Padre Seixas, Braule Pinto, Agostinho, Páo Brazil, Michilles e Estulano; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo, Soares, Innocencio, e João Ignacio, e sem ella os Srs. Amazonas, Honorio, Juvencio, Freitas Guimarães, Clementino e Coutinho.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Souza Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 10 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Dr. Leovigildo Coelho, Leão, Façanha Filho, Padre Seixas, Michilles, Estulano, João Ignacio, Braule Pinto, Páo Brazil, Clementino e Agostinho, faltando com causa os Srs. Dr. Gustavo, D. Antonio e Dr. Soares, e sem ella os Srs. Freitas Guimarães, Innocencio, Honorio, Juvencio, Dr. Coutinho e Dr. Amazonas.

Abre-se a sessão, e lidas as actas de 5 e 6 foram approvadas.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. deputado Leão apresentou o seguinte projecto, que tomou o r.º 12 e teve a 1.ª leitura:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

Art. Unico. O Presidente da provincia fica autorisado a applicar as sobras de todos os creditos concedidos na lei do orçamento provincial do corrente exercicio de 1866 a 1867, e bem assim as dos exercicios futuros á obra da nova matriz desta capital: revogam-se as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, em 8 de Outubro de 1866.—O deputado, *José Coelho de Miranda Leão*.

O Sr. deputado Michilles apresentou tambem o projecto que se segue, que tomou o n.º 13 e teve a 1.ª leitura:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorisado a contratar com João Francisco Fernandes o acabamento da obra da igreja matriz desta cidade, pela maxima quantia de duzentos e vinte tres contos de reis, pagaveis em prestações annuaes, cujo minimo será fixado em vinte e cinco contos de réis.

Art. 2.º No contracto que houver a Presidencia de celebrar com o dito Fernandes, serão attendidas as condições da proposta por elle apresentada á Assembléa Provincial, bem como as condições additivas posteriormente declaradas pelo mesmo contractante.

Art. 3.º Para pagamento das prestações annuaes, o Presidente da provincia empregará toda a importancia da verba decretada para a obra da matriz, a sobra das verbas do orçamento, quaesquer donativos, e o auxilio que, para essa obra fôr consignado pelo Governo Geral.

Art. 4.º No pagamento das referidas prestações, a Presidencia attenderá ao estado de adiantamento em que se achar a obra; ouvindo antes de qualquer adiantamento a directoria das Obras Publicas.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

S. R.—Sala das Commissões, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, 10 de Outubro de 1866.—*José Bernardo Michilles. João Marcellino Taveira Páo Brazil.—João Ignacio Rodrigues do Carmo*.

O Sr. deputado Façanha Filho apresentou este projecto, que tomou o n.º 14 e teve a 1.ª leitura:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorisado a mandar pagar aos professores do ensino primario da provincia o que se lhes dever do augmento concedido pelo art. 29 do Regulamento n.º 16 de 4 de Agosto de 1865, ficando entendido que este augmento é devido aos mesmos desde a data da promulgação do precitado Regulamento.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, 10 de Outubro de 1866.—O deputado, *Façanha*.

O Sr. deputado Estulano enviou á mesa uma indicação, afim de que fosse a mesma autorisada a contractar com uma das typographias desta capital, que mais vantagens offerecer á Fazenda Provincial, a publicação dos trabalhos desta Assembléa no segundo mez de sessão; o que posto a votos foi approvedo.

O Sr. Agostinho leu a redacção dos projectos ns. 5, 10 e 11, a qual teve approvação.

SEGUNDA PARTE.

Entrou em 3.ª discussão o projecto n. 9 que, sendo approvedo, o Sr. Presidente mandou enviar á Commissão de Redacção.

O Sr. Presidente pôz em discussão os §§ 1.º a 4.º do artigo 2.º do projecto n.º 7.

O Sr. Leão pediu a palavra e enviou a seguinte emenda ao § 1.º:

«Em vez de 15 0/0, diga-se 12 0/0; o mais como está.»

O Sr. Presidente pôz a votos a emenda apresentada pelo Sr. Leão, a qual foi approvada.

O Sr. deputado Façanha Filho mandou tambem a seguinte emenda, que teve approvação:

«Supprima-se o § 4.º do artigo 2.º.»

Postos em discussão os §§ 5 a 31 do referido artigo, o Sr. Michilles mandou a emenda seguinte:

«O § 6.º do artigo 2.º substitua-se pelo seguinte:

«§ 6.º Os armazens, tabernas, lojas, quitandas, botequins e outras quesquer casas, seja qual fôr a sua denominação, em que se venderem liquidos espirituosos pagarão uma patente regulada pelos fundos de seu negocio, a saber:—até 1:000\$000—15\$000; de 1:000\$000 a 2:000\$000—30\$000; e de 2:000\$ para mais 50\$000 »

Enviou tambem o Sr. Michilles um artigo additivo, para onde conviesse ao mesmo projecto:

«Os liquidos espirituosos que forem despachados para consummo, com destino ás estancias, sitios, feitorias, ou outros logares e estabelecimentos que não sejam indicados no § 6.º do artigo 2.º da presente lei, ficam sujeitos ao imp sto de 30 0/0 do valor que tiverem nas pautas organisadas pela Administração Provincial.

«Para arrecadação deste imposto e do que trata o § 6.º supracitado a Administração da Fazenda Provincial dará instrucções ás estações arrecadadoras »

Mandou igualmente o Sr. Michilles mais um

artigo additivo no mesmo sentido a respeito de 'liquidos espirituosos.

O Sr. Presidente pôz á votação a emenda e additivo apresentados pelo Sr. Michilles.

O Sr. Leão, pediu a palavra, e fez reflexões a respeito; depois do que foi regeitada a emenda e prejudicados os dous additivos.

O Sr. Estulano enviou á mesa a emenda seguinte, ao § 13, que foi regeitada:

«Em logar de 50\$000, diga-se 30\$000»

O Sr. deputado Façanha Filho apresentou as seguintes emendas:

«No § 9.º do artigo 2.º, em logar de 40\$, diga-se 30\$000.

No § 12, em logar de 60\$000, diga-se 30\$.

O § 24 supprima-se, e substitua-se pelo seguinte: § 24 10 0/0 deduzidos dos valores das passagens que forem concedidas nos vapores da Companhia do Amazonas, ou qualquer outra subvencionada pelo Governo, não sendo a empregados publicos.»

Postas a votos as emendas acima, foi regeitada a primeira e approvadas as duas ultimas.

O Sr. Clementino mandou igualmente a seguinte emenda, que foi approvada:

«Ao § 22 accrescente-se—e não deve ser entendido com as aposentadorias.»

O Sr. Presidente pôz em discussão os §§ 32 a 35.

O Sr. deputado Façanha Filho mandou a seguinte emenda:

«O § 33 do artigo 2.º substitua-se pelos seguintes:

§ Renda não classificada.

§ Rendimento do evento.»

Posta á votação a referida emenda, foi approvada.

O Sr. Clementino tambem mandou a seguinte emenda, que teve approvação:

«Elimine-se o § 35.»

Postos em discussão os artigos 3.º, 4.º e 5.º, foram approvados.

O Sr. Presidente pondo em discussão o artigo 6.º, o Sr. Clementino mandou esta emenda:

«Depois da palavra capital, diga-se continuarão a fazer parte da receita. Em vez de 20 0/0, diga-se 30 0/0.»

O Sr. Presidente pôz a votos a emenda apresentada pelo Sr. Clementino, cuja 1.ª parte foi approvada e regeitada a 2.ª.

Posto em discussão o artigo 7.º, foi approvado.

O Sr. Pão Brazil enviou o seguinte artigo additivo:

«Os generos de exportação pagarão os respectivos impostos na estação fiscal do districto de que tiverem de sair ou na que ficar mais proxima quando no logar não a houver, ficando os ditos generos sujeitos ao direito

em dobro pela infracção desta disposição, salvo caso de força maior, provado perante a Administração da Fazenda Provincial, com recurso para a Presidencia.»

Pondo o Sr. Presidente a votos o additivo apresentado pelo Sr. Pão Brazil, teve approvação.

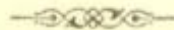
Posto em discussão o artigo 8.º, foi approvado.

O Sr. Braule Pinto declarou ao Sr. Presidente que se retirava por incommoda-lo; e o Sr. Presidente reconhecendo não haver casa levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres das commissões.

2.ª Parte:—2.ª leitura dos projectos ns. 12, 13 e 14, discussão da redacção dos projectos ns. 10, 5 e 11 e 1.ª discussão do projecto n. 8.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.



Aos 11 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Clementino, Pão Brazil, Padre Seixas, Michilles e Braule Pinto; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, e Gustavo, e sem ella, os Srs. Amazonas, Juvencio, Coutinho, Honorio, Innocencio, Estulano, Agostinho e João Ignacio.

Por falta de numero legal o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.



Aos 12 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Agostinho, Michilles, Braule Pinto, Estulano, Padre Seixas e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares e Gustavo, e sem ella os Srs. Amazonas, Juvencio, Honorio, Clementino, João Ignacio, Innocencio e Coutinho.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 13 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Padre Scixas, Michilles, Estulano, Agostinho, Clementino, Páo Brazil e Braule Pinto; faltando com causa os Srs: D. Antonio, Gustavo, João Ignacio, Innocencio e Soares, e sem ella os Srs. Honorio, Juvencio, Coutinho e Amazonas.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente declarou que por não estar prompta a acta do dia 10, deixava de ser lida.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu dous officios do Secretario do Governo da provincia, um de 7 do corrente, communicando de ordem do mesmo Exm.º Sr. que S. Exc.ª havia sancionado e mandado publicar como lei a proposição, autorisando a Presidencia a contractar a incorporação da companhia de navegação a vapor dos rios Madeira, Purús e Negro; e outro de 10 sobre a sancção da proposição ácerca do pagamento dos vencimentos do Reitor do Seminario d'esta capital.

O Sr. 1.º Secretario fez mais a leitura de um officio do deputado João Ignacio, datado de 13, declarando não poder comparecer á sessão do referido dia por se achar doente.

O Sr. Presidente mandou os tres officios á archivar-se.

ORDEN DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Agostinho leu a redacção do projecto n.º 9, que foi approvada.

Foi tambem approvada a redacção dos projectos ns. 5, 10 e 11.

Tiveram a 2.ª leitura os projectos ns. 12, 13 e 14, e o Sr. Presidente pôz a votos se eram os ditos projectos objecto de deliberação; e foi approvado.

O Sr. Presidente pôz tambem em discussão o officio do Sr. deputado Innocencio, em que pede ser dispensado de comparecer ás sessões d'esta Assembléa, em consequencia de seu mau estado de saude; e teve approvação.

Teve a 1.ª discussão, e tambem foi approvado, o projecto n.º 8.

O Sr. Presidente pôz em 3.ª discussão o projecto n.º 7.

O Sr. deputado Façanha Filho requereu permissão para retirar a emenda que anteriormente havia offerecido ao § 20 do art. 1.º do mesmo projecto; o que, posto a votos, foi regeitado.

O Sr. Freitas Guimarães enviou a emenda

seguinte ao § 19 do art. 2.º, que teve approvação:

«Em lugar de 10 0/0, diga-se 6 0/0.»

O Sr. Padre Seixas pediu a palavra, e mandou a seguinte emenda ao § 20 do art. 1.º:

«A rubrica com reparo das Matrizes diga-se: para a igreja de Tefé 1:200\$000 réis; para a de Villa Bella 1:200\$000 réis; e para a do Andirá 700\$000 réis.»

Foi approvado.

O Sr. Clementino, pedindo tambem a palavra, e fallando a respeito do § 20 do mesmo art. 1.º, enviou á mesa a seguinte emenda ao dito §:

«Restabeleça-se a 18:000\$000 réis a verba com a construcção do caes da praça da Imperatriz.»

O Sr. Presidente pôz á votação a emenda apresentada pelo Sr. Clementino, a qual foi approvada.

O Sr. Freitas Guimarães enviou um artigo additivo ás disposições geraes do citado projecto n.º 7, para tomar a numeração conveniente:

«Art. O Presidente da provincia mandará pagar a Guilherme José Moreira pela verba exercicios findos, e quando lhe fôr requerido, a quantia de 271\$460 réis de objectos fornecidos ao Promotor Publico da capital em uma viagem que fez, a bem do serviço publico, á villa de Serpa.»

O Sr. Michilles enviou um outro artigo additivo, autorisando o Presidente da provincia a mandar pagar desde já a Quintino Vieira de Aguiar, administrador das obras publicas, a differença entre a quantia de 800\$000 réis, marcada no § 21 do art. 1.º da Lei Provincial n.º 144, e a de 600\$000 réis, que foi arbitrada pela mesma Presidencia; assim como a Victorino Manuel de Lima, escrivão da mesma repartição, a differença entre a quantia de réis 500\$000 e 400\$000 réis, que lhe foi mandada pagar, sendo essas restituições a contar da data em que os ditos funcionarios deixaram de perceber os vencimentos marcados na referida Lei.

O Sr. Estulano mandou igualmente uma emenda ao art. 4.º, § 1.º:

«Depois das palavras obras publicas, diga-se: e a diminuir o pessoal da Administração da Fazenda Provincial, supprimindo, a juizo do respectivo chefe, os logares que a experiencia tiver mostrado desnecessarios, e fazendo reverter em proveito dos que ficarem os ordenados d'esses logares; e que se elimine o resto do artigo.»

O Sr. Clementino fallou sobre os additivos apresentados pelos Srs. Guimarães e Michilles.

O Sr. Michilles reflexionou no sentido em que havia apresentado o artigo.

O Sr. Guimarães ainda apresentou algumas razões no sentido em que havia fallado.

O Sr. Clementino requereu que as emendas offerecidas a respeito da restituição de vencimentos de empregados de obras publicas, e pagamento a Guilherme José Moreira, fossem remetidas com identicas reclamações, que já se acham na Casa, a uma Comissão especial para refundil-as em um só projecto, e apresental-as á consideração d'esta Assembléa, sem prejuizo da discussão da lei do orçamento.

O Sr. Presidente pôz a votos o requerimento do Sr. Clementino, que foi approvedo.

O Sr. Estulano mandou a seguinte emenda, que teve approvação:

«No § 4.º do artigo 1.º do projecto n.º 7, accrescente-se 400\$000 réis de gratificação ao Secretario do Governo.»

O Sr. Guimarães remetteu o seguinte § additivo á rubrica obras publicas, que tambem teve approvação:

«Auxilio á Camara Municipal da capital para o calçamento da rua Brasileira 4:000\$000 réis.»

O Sr. Estulano enviou esta emenda ao § 13 do art. 1.º:

«Depois da palavra—primario—accrescente-se: ficando reduzidos a 500\$000 réis annuaes os vencimentos dos professores e professoras interinas; réis 10:000\$000.»

Posto a votos foi approvedo.

O Sr. Braule mandou uma sob-emenda a que apresentára o Sr. Estulano:

«Os vencimentos dos professores e professoras interinas será—ordenado 400\$000 réis, gratificação 200\$000 réis.»

Sendo posta a votos a sob-emenda apresentada pelo Sr. Braule, teve approvação.

O Sr. Guimarães enviou a seguinte emenda ao § 26 do referido art. 1.º:

«Restabeleça-se a quantia de 800\$000 réis designada na lei do orçamento, como ordenado ao professor dos educandos.»

Foi regeitada.

O Sr. Presidente pôz em discussão todo o projecto n.º 9 com as respectivas emendas, e sendo approvedo, mandou envial-o á Comissão de Redacção.

O Sr. Presidente fez vêr que a mesa já havia dirigido ao Exm.º Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello a felicitação que, tendo sido indicada pelo Sr. Pão Brazil, fôra approveda por esta Assembléa.

Por nada mais haver a tratar-se o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte.—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de comissões.

2.ª Parte.—Nomeação de uma Comissão especial para formular o projecto requerido pelo Sr. Clementino; discussão da redacção do

projecto n.º 9; 3.ª leitura dos projectos ns. 12, 13 e 14; e 2.ª discussão do de n.º 8.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSAO DE 15 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Dr. Leovigildo Coelho, Leão, Freitas Guimarães, João Ignacio, padre Seixas, Braule Pinto, Clementino, Pão Brazil, Estulano, Michilles e Agostinho, faltando com causa os Srs. Dr. Gustavo, D. Antonio, Dr. Soares, Innocencio e Façanha Filho, e sem ella os Srs. Dr. Amazonas, Juvencio, Honorio e Dr. Continho.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Fez-se a leitura das actas de 10 e 13 do corrente, e não havendo quem sobre ellas fizesse observações, foram approvedas.

EXPEDIENTE.

Fez-se a leitura das seguintes peças officiaes:

Um officio do Secretario do Governo, participando que o Exm. Sr. Presidente da provincia havia mandado pagar a segunda prestação do contracto celebrado com o director do jor-«Catechista»: inteirada, a archivar.

Outro do mesmo Secretario, cobrindo a informação do administrador da Fazenda Provincial e respectivo procurador fiscal, sobre o requerimento em que o Dr. vaccinator da capital pede o pagamento da quantia de réis 102\$700 réis, de objectos que comprou para a propagação da vaccina, afim da Assembléa resolver o que julgar conveniente:—inteirada, foi á Comissão de Fazenda.

ORDEM DO DIA.

Nada havendo a tratar na 1.ª parte, passou-se á

SEGUNDA PARTE.

O Sr. Presidente convidou aos Srs. deputados para elegerem uma comissão de 3 membros para refundir em um só projecto a pretensão de Guilherme José Moreira, e de mais alguns empregados publicos, que fazem diversas reclamações ácerca de importancias que se julgam com direito a ellas; e correndo o escrutinio receberam-se 11 cédulas e tiveram votos os Srs. Freitas Guimarães 10, João Ignacio 9, Michilles 9, Padre Seixas 2, Braule Pinto, Estulano e Leão 1, ficando fazendo parte da referida comissão os 3 primeiros senhores.

Entra em discussão a redacção do projecto n.º 9 e não havendo que pedisse a palavra foi posta a votos e aprovada.

Fez-se a 3.ª leitura dos projectos ns. 12 e 13.

O Sr. Michilles mandou um requerimento, pedindo dispensa dos interstícios dos projectos ns. 12 e 13, afim de entrarem na ordem do dia d'amanhã.

Não havendo quem pedisse a palavra, foi posto a votos e aprovado.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 8.

Pôz-se á discussão o § 1.º do artigo 1.º.

O Sr. Clementino, pedindo a palavra, apresentou as seguintes emendas:

«Em vez de calçamento de ruas, diga-se, calçamento contractado da rua Brasileira no corrente exercício, 4:000\$000.»

«Accrescente-se mais:—com a construção do cães e aterro da praça de Tamandaré, 8:000\$000.»

«Supprima-se o resto da quantia de 16:000\$000.»

Postas a votos, foram aprovadas.

O Sr. Freitas Guimarães apresentou as seguintes emendas, que foram regeitadas:

«Ao medico 400\$000.»

«Em lugar de amanuense, diga-se—dous amanuenses, 1:600\$000.»

O Sr. Clementino apresentou as seguintes emendas ao § 3.º, que foram aprovadas:

«Com a construção de uma rampa 3:000\$.»

«Na tabella B, supprima-se o imposto sobre os carros de lixo.»

O mesmo Sr. apresentou a seguinte emenda ao § 10:

«Supprima-se a palavra—rusticos.»

O Sr. Presidente indo a consultar a casa, reconhece que não ha numero, pelo que levanta a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte.—Requerimentos, indicações e pareceres das commissões.

2.ª Parte.—Continuação da 2.ª discussão do projecto n.º 8 e 1.ª discussão dos projectos ns. 12 e 13.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*João José de Freitas Guimarães*, 2.º Secretario interino.

Aos 16 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Dr. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Freitas Guimarães, João Ignacio, Michilles, Pão Brazil e Padre Seixas, faltando com causa os Srs. D. Antonio, Dr. Gustavo, Dr. Soares, Innocencio, e Façanha Filho, e sem ella os Srs. Honório, Dr. Amazonas, Dr. Coutinho e Juvencio.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*João José de Freitas Guimarães*, 2.º Secretario.

Aos 17 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Provincial, compareceram os Srs. Leovigildo Coelho, Leão, Freitas Guimarães, Michilles, Agostinho, Estulano, Braule Pinto, Pão Brazil, Padre Seixas e Clementino, faltando com causa os Srs. D. Antonio, Dr. Soares, Dr. Gustavo, Innocencio e Façanha Filho, e sem ella os Srs. João Ignacio, Honório, Dr. Amazonas, Dr. Coutinho e Juvencio.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Souza Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*João José de Freitas Guimarães*,—2.º Secretario.

SESSAO DE 18 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Leão, Freitas Guimarães, Clementino, Braule Pinto, João Ignacio, Agostinho, Padre Seixas, Estulano, Pão Brazil e Michilles, faltando com causa os Srs. Dr. Gustavo, D. Antonio, Dr. Soares, Innocencio e Façanha Filho, e sem ella os Srs. Dr. Amazonas, Coutinho, Honório e Juvencio, o Sr. Presidente reconhece haver numero legal e por isso abre a sessão.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu um officio do Secretario do Governo, no qual communica elle de ordem de S. Exc. o Sr. Vice-Presidente que S. Exc. n'aquella data sancionou e mandou publicar como lei da provincia as proposições enviadas pela mesa desta Assembléa autorizando a Presidencia a mandar fazer o emprestimo de 2:000\$000 a Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, e approvando os contractos celebrados pela mesma Presidencia com João Francisco Fernandes, João Marcellino Taveira Pão Brazil e Raymundo José de Sousa, e os contractos celebrados pela Camara Municipal desta capital com João Francisco Fernandes e Raymundo José de Sousa: Inteirada, a archivar.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Agostinho, como relator da Comissão de Redacção, pediu a palavra e apresentou a redacção do projecto que trata do orçamento provincial, que ficou sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O Sr. deputado Freitas Guimarães, apresentou o seguinte projecto, que temo o n.º 15 e teve a 1.ª leitura:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorisado a mandar pagar aos professores do ensino primario da provincia e á professora do mesmo ensino d'esta capital, D. Libania Theodora Rodrigues Ferreira, o que se lhes dever do augmento concedido pelo art. 29 do regulamento n.º 16 de 4 de Agosto de 1865, ficando entendido que este augmento é devido aos mesmos, desde a data da promulgação do citado regulamento.

Art. 2.º Também fica autorisado a mandar pagar a Quintino Vieira de Aguiar, administrador das Obras Publicas, a differença entre a quantia de 800\$000 réis marcada no § 21 do art. 1.º da lei provincial n.º 144 de 4 de Agosto de 1865 e a de 600\$000 réis que lhe foi arbitrada pela Presidencia; e a Victorino Manuel de Lima, escrivão da mesma repartição, a differença entre a quantia de 500\$000 réis fixada no referido § da mencionada lei e a de 400\$000 réis, que lhe foi mandada pagar pela mesma Presidencia, sendo essas restituições a contar da data em que deixaram de perceber os vencimentos marcados na referida lei.

Art. 3.º Igualmente mandará pagar a Moreira & Irmão, quando o requererem, a quantia de 271\$460 réis, importancia de diversos objectos que forneceram ao promotor publico da capital, em uma viagem que fez a bem do serviço publico e por ordem da Presidencia da provincia, á villa de Serpa.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Provincial do Amazonas, em 17 de Outubro de 1866.—*João José de Freitas Guimarães.*—*José Bernardo Michilles.*—*João Ignácio Rodrigues do Carmo.*»

SEGUNDA PARTE.

Entrou em 2.ª discussão os §§ de 4.º a 10 do artigo 2.º do orçamento municipal, e o Sr. Presidente pôz a votos a emenda ao § 10 apresentada pelo Sr. Clementino na sessão antecedente, a qual foi approvada e bem assim o artigo 2.º e seus §§.

Pôz mais em discussão os artigos 3.º, 4.º e 5.º, que são approvados e pondo o artigo 6.º o Sr. Freitas Guimarães apresentou a seguinte emenda:

«Elimine-se o artigo 6.º.»

Consultada a Casa, approva ella a dita emenda, ficando assim prejudicado o artigo.

Passando-se á discussão dos artigos 7 a 12, o Sr. Leão apresenta a seguinte emenda:

«Elimine-se o artigo 12.»

A qual foi approvada e prejudicado a artigo 12 e os demais approvados.

Posto em discussão o artigo 13, foi approvado, sendo regeitado o seguinte substitutivo do Sr. Freitas Guimarães:

«Substitua-se a 2.ª parte do artigo 13 por este:—As camaras não poderão contractar obras de que não tratem seus orçamentos.»

O Sr. Michilles apresentou o seguinte additivo ao dito projecto.

«Art. A diaria para sustento dos presos pobres soccorridos pelas camaras municipaes será por ella arbitrada, com attenção aos preços dos generos alimenticios em seus respectivos municipios.»

Posto em discussão, pediu a palavra o Sr. Freitas Guimarães e apresentou a seguinte emenda:

«Depois da palavra municipio, diga-se—devendo submeter á decisão da Presidencia a quantia que arbitrar.»

Foi approvado o dito artigo e a emenda.

O Sr. Freitas Guimarães apresentou um artigo para logar conveniente concebido nos seguintes termos:

E' prohibido o derrubar arvores nos leitos dos igarapés, lançar madeira ou qualquer outros corpos sobre os leitos dos mesmos, de forma a impedir o curso das agoas; o infractor pagará a multa de 20\$000, ou soffrerá 8 dias de prisão.»

O qual, posto a votos, foi regeitado.

São approvados os demais artigos da lei do orçamento municipal, e bem assim o projecto todo para passar á 3.ª discussão.

Entram em 1.ª discussão os projectos ns. 12 e 13, e são approvados.

Por nada mais haver a tratar-se o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de comissões.

2.ª Parte:—2.ª leitura do projecto n. 15; 2.ª discussão dos projectos ns. 12 e 13; discussão da redacção do de n. 7 e 3.ª discussão do de n. 8.

E levanta-se a sessão.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 19 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Estulano, João Ignacio, Michilles, Padre Seixas, Pão Brazil, Agostinho, Clementino e Braule Pinto.

Aberta a sessão e lida a acta da antecedente, foi approvada.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu deus officios do Secretario do Governo. de 13 do corrente, um communicando, de ordem do mesmo Exm.º Sr., que se deu conhecimento á Fazenda Provincial de haver o porteiro da Secretaria d'esta Assembléa, Martiniano Ferreira dos Anjos, entrado no gozo de seis mezes de licença, com os respectivos vencimentos, no dia 3 d'este mez, segundo foi communicado em officio n.º 17, da mesma data; outro remetendo o officio por copia, enviado pela Camara Municipal, no qual o arrematante do caes e aterro da praça da Imperatriz lembra a necessidade da construcção de um cano subterraneo para esgoto das agoas na mesma praça.

O Sr. Presidente mandou o primeiro d'estes officios á archivar-se, e o segundo á Commissão de Obras Publicas.

PRIMEIRA PARTE

Nada houve.

SEGUNDA PARTE

O Sr. Presidente pôz em discussão a redacção do projecto n.º 7; e não havendo quem pedisse a palavra, o Sr. Presidente pôz a votos, e foi approvada.

Houve a 2.ª leitura do projecto n.º 15.

O Sr. Freitas Guimarães pediu dispensa dos intersticios do mesmo projecto para ir a imprimir-se e entrar em discussão, o que tambem foi approvado.

Teve 2.ª discussão o projecto n.º 12, que foi igualmente approvado.

O Sr. Presidente pôz tambem em discussão os arts. 1.º a 5.º do projecto n.º 13.

O Sr. Braule Pinto, pedindo a palavra, enviou á mesa a seguinte emenda, que teve approvação:

«No art. 4.º supprimam-se as palavras —de qualquer adiantamento — o mais como está, assim como os demais artigos.»

O Sr. Presidente pôz em 3.ª discussão a lei do orçamento municipal com as emendas que lhe diziam respeito.

O Sr. Miranda Leão mandou a emenda seguinte ao § 1.º do art. 1.º:

«Em lugar de —amanuense— diga-se —dous amanuenses á 800\$000 réis 1:600\$000 réis.»

Posto a votos, foi approvado.

Mandou tambem o Sr. Miranda Leão um artigo substitutivo ao projecto n.º 8 da lei do orçamento municipal:

«A diaria dos presos pobres sustentados pelas Camaras será no maximo de 400 réis, e no minimo de 200 réis.»

O Sr. Freitas Guimarães remetteu a emenda seguinte ao § 1.º do art. 1.º:

«Ao medico 400\$000 réis.»

O Sr. Braule Pinto mandou tambem a seguinte emenda:

«Na tabella B, a que se refere o § 2.º do art. 2.º do projecto n.º 8 accrescente-se—Alvará sobre qualquer canôa empregada na conducção de pedras e outros materiaes 4\$000 réis, imposto sobre os mesmos 6\$000 réis.»

O Sr. Clementino enviou outra emenda ao § 1.º do art. 1.º:

«Em lugar de aferidor diga-se—gratificação ao porteiro para aferições de pesos, medidas e balanças, 100\$000 réis. Igual emenda a respeito de todas as Camaras, reduzindo-se a metade as garantias que eram marcadas para os aferidores Elimine-se o art. 20.»

O Sr. Michilles mandou um additivo ao § 7.º do art. 1.º:

«Na rubrica—ordenado—accrescente-se: ao porteiro, servindo de continuo, 80\$000 réis.»

O Sr. Estulano mandou igualmente as seguintes emendas:

«Na tabela B, augmente-se por cada pessoa empregada no fabrico da manteiga de ovos de tartaruga, 200 réis. Por cada feitoria empregada na fabricação de peixe pirarucu, réis 2\$000.»

O Sr. Presidente pôz a votos todo o projecto n.º 8 juntamente com as emendas, o que teve approvação.

Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte —Requerimentos, indicações e pareceres das comissões.

2.ª Parte:—3.ª discussão dos projectos ns. 12 e 13.

Para constar se lavrou esta acta. —*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Dr. Leovigildo Coelho, Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Estu-

Cano de esgoto

lano, Michilhes, Agostinho, Braule Pinto, João Ignacio, Pao Brazil, Padre Seixas e Clementino; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Gustavo, Soares e Innocencio, e sem ella os Srs. Amazonas, Coutinho, Honorio e Juvencio.

Abre-se a sessão e lida a acta da antecedente foi approvada, depois de uma emenda apresentada pelo Sr. Freitas Guimarães.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA.

Entrando-se na 1.^a parte e não havendo trabalho algum relativo á mesma, o Sr. Presidente passou á

SEGUNDA PARTE.

O Sr. Presidente pôz em discussão o projecto n.º 12.

O Sr. Michilhes, pedindo a palavra, fallou sobre o projecto.

O Sr. Braule Pinto enviou á mesa a seguinte emenda:

«Supprimam-se as palavras—e bem assim a dois exercicios futuros—; o mais como está»

O Sr. Michilhes ainda reflexionou no sentido em que havia fallado.

O Sr. Presidente pôz a votos a emenda apresentada pelo Sr. Braule Pinto, a qual foi rejeitada.

Sendo posto a votos e approvado o relerido projecto, o Sr. Presidente mandou envia-lo á Comissão de Redacção.

O Sr. Presidente pôz tambem em 3.^a discussão o projecto n.º 13.

O Sr. Miranda Leão enviou á mesa a emenda seguinte:

«No artigo 3.º supprimam-se as palavras—as sobras das verbas do orçamento.»

O Sr. Michilhes mandou igualmente uma outra emenda:

«No artigo 3.º, depois das palavras—sobra das verbas do orçamento—diga-se—quaesquer quantias que forem applicadas á dita obra, e elimine-se o resto.»

O Sr. Miranda Leão ainda apresentou algumas razões.

O Sr. Presidente pôz a votos a emenda enviada pelo Sr. Miranda Leão, a qual foi rejeitada, tendo approvação a do Sr. Michilhes.

O Sr. Presidente pôz a votos o mencionado projecto com as emendas; o qual sendo approvado, mandou que fosse á Comissão de Redacção.

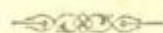
Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando a seguinte ordem do dia:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—O que apparecer.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim*

Leovigildo de Sousa Coelho, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.



SESSÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Dr. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Estulano, João Ignacio, Pão Brazil, Michilhes, Padre Seixas, Agostinho, Clementino e Braule Pinto, faltando com causa os Srs. Dr. Gustavo, D. Antonio, Dr. Soares e Innocencio, e sem ella os Srs. Honorio, Juvencio, Dr. Amazonas, e Dr. Coutinho.

Abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente foi approvada.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu um officio do Sr. Secretario da Presidencia, communicando de ordem do Exm. Sr. Presidente da provincia, que se transmittio á Fazenda Provincial o contracto celebrado com o director do jornal «A Voz do Amazonas», o qual havia sido remittido pela mesa desta Assembléa.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

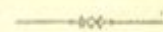
O Sr. Braule Pinto pedio a palavra e leu a redacção dos projectos ns. 8, 12 e 13.

Nada mais havendo á tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—Discussão da redacção dos projectos ns. 8, 12 e 13 e 1.^a do de n. 15.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.



SESSÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 1866.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume compareceram os Srs. deputados Dr. Leovigildo Coelho, Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Michilhes, Agostinho, Padre Seixas, Braule Pinto, Clementino e Pão Brazil, faltando com causa os Srs. Dr. Gustavo, D. Antonio, Dr. Soares e Innocencio, e sem ella os Srs. João Ignacio, Honorio, Juvencio, Dr. Coutinho e Dr. Amazonas.

Abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente foi approvada.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA.

Entrando-se na 1.^a parte, e não havendo quem pedisse a palavra, o Sr. Presidente passou á

SEGUNDA PARTE.

O Sr. Presidente pôz em discussão a redacção dos projectos ns. 8, 12 e 13, que foi approvada.

Houve a 1.^a discussão do projecto n.º 15, que teve approvação.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de comissões

2.^a Parte:—2.^a discussão do projecto n.º 15.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 24 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Provincial, compareceram os Srs. Leovigildo Coelho, Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Clementino, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Innocencio, Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Srs. Honório, Amazonas, Coutinho e Juvencio.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 25 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Clementino, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Michilles, Padre Seixas e Innocencio, e sem ella os Srs. Amazonas, Honório, Coutinho e Juvencio.

Por falta de numero legal o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 26 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Clementino, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Innocencio, Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Sr. Honório, Amazonas, Coutinho e Juvencio.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 27 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Clementino, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Innocencio, Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Srs. Honório, Amazonas, Coutinho e Juvencio.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 29 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, Freitas Guimarães, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Innocencio, Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Srs. Honório, Amazonas, Coutinho e Juvencio.

Por falta de numero legal de Srs. deputados o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 30 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, Freitas Guimarães, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e

Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Innocencio, Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Srs. Honorio, Amazonas, Coutinho e Juvencio.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 31 dias do mez de Outubro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Clementino, Freitas Guimarães, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Innocencio, Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Srs. Honorio, Amazonas, Coutinho e Juvencio.

Por falta de numero legal de Srs. deputados o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 2 dias do mez de Novembro de 1866, no Paço da Assembléa, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Clementino, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Innocencio, Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Srs. Honorio, Amazonas, Coutinho e Juvencio.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 3 dias do mez de Novembro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Clementino, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Innocencio, Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Srs. Honorio, Amazonas, Coutinho e Juvencio.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

Aos 5 dias do mez de Novembro de 1866, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, compareceram os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Façanha Filho, Freitas Guimarães, Clementino, João Ignacio, Estulano, Agostinho, Braule Pinto e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. D. Antonio, Soares, Gustavo, Michilles, Padre Seixas e Innocencio, e sem ella os Srs. Amazonas, Honorio, Coutinho e Juvencio.

Por falta de numero legal o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Raymundo Façanha Filho*, 2.º Secretario.

SESSÃO PREPARATORIA DE 14 DE MAIO DE 1867.

A's 9 1/2 horas da manhã, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, fazendo-se a chamada, e reconhecendo-se haver numero sufficiente dos Srs. deputados, o Sr. Presidente abre a sessão.

Achando-se na sala immediata os Srs. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira e Luiz Martins da Silva Coutinho, que deixaram de tomar assento na sessão passada, o Sr. Presidente nomeia uma commissão de tres membros para os receber, os quaes sendo introduzidos na sala com as formalidades do estylo, prestaram juramento e tomaram assento.

Em seguida o Sr. Presidente declara que se vae proceder á eleição da mesa, que tem de presidir os trabalhos da presente sessão.

Correndo para esse fim o escrutinio, e recolhidas doze cédulas, obtem votos para Presidente os Srs. Leovigildo 6, Gustavo 4, Estulano e Clementino 1 cada um.

Não tendo nenhum dos votados reunido numero sufficiente de votos para ser eleito Presidente, e indo-se proceder a segunda votação, suscitou-se uma questão de ordem sobre o resultado do primeiro escrutinio, em cuja discussão tomaram parte os Srs. Agostinho, Clementino, Gustavo, Innocencio e Braule Pinto.

Finda que foi a mesma discussão, teve logar a segunda votação, que deu um resultado identico ao da primeira.

N'esta occasião pediu a palavra o Sr. Gustavo, e declarou, depois de agradecer a prova de confiança que acabava de receber, que

declinava dos votos que tinham recabido em seu nome em favor do Sr. Clementino, apresentando ao mesmo tempo as razões que o levavam a tomar esta resolução.

Procedendo-se pela terceira vez á votação, e recebidas doze cedulas, obtiveram votos os Srs. Leovigildo 7, Gustavo 3, Estulano e Clementino 1 cada um; sendo por tanto declarado Presidente o Sr. Leovigildo.

Passou-se depois a proceder-se á votação de Vice-Presidente, cujo escrutinio, apuradas doze cedulas, deu o seguinte resultado: Freitas Guimarães 5, Clementino 3, João Ignacio e Gustavo 2 cada um.

Não havendo maioria absoluta, procedeu-se a nova eleição, sendo votado os Srs. Freitas Guimarães 7, Clementino 2, João Ignacio e Gustavo 1 cada um; pelo que foi declarado Vice-Presidente o Sr. Freitas Guimarães.

Finalmente, para 1.º e 2.º Secretarios, correu o escrutinio, recolhendo-se doze cedulas, havendo em uma d'ellas um unico nome. Obtiveram votos os Srs. Miranda Leão 8, Coutinho 7, Braule Pinto 5, João Ignacio, Pão Brazil e Gustavo 1 cada um; á vista do que foram declarados 1.º Secretario o Sr. Miranda Leão, 2.º dito o Sr. Coutinho.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou que se ia participar ao Exm.º Sr. Presidente da provincia haver numero sufficiente e se achar constituida a mesa, afim de que o mesmo Exm.º Sr. se dignasse marcar a hora em que devia ter logar a abertura da Assembléa; e bem assim convidou os Srs. deputados presentes para comparecerem amanhã, afim de assistirem á missa do Espirito Santo.

Levanta-se a sessão á 1 hora da tarde.

Para constar se lavrou esta acta. — *Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. — *José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario. — *Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE INSTALAÇÃO EM 15 DE MAIO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

Às 10 horas da manhã, achando-se no Paço da Assembléa os Srs. deputados, dirigiram-se á igreja de N. S. dos Remedios para assistirem á missa do Espirito Santo, finda a qual voltaram á mesma Assembleia, tendo então logar a chamada, verificou-se acharem-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Clementino, Gustavo, Innocencio, Estulano, Braule Pinto, Pão Brazil, João Ignacio e Agostinho, faltando sem causa os Srs. D. Antonio, Padre Seixas, Faça-

nha Filho, Soares, Michilles, Honorio, Juvenicio e Amazonas.

Abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente e posta a votos é approvada, com uma emenda proposta pelo Sr. Gustavo e de accôrdo ás observações feitas pela Sr. Agostinho.

EXPEDIENTE.

O Sr. 1.º Secretario leu um officio da Presidencia, em resposta ao que hontem lhe foi dirigido, marcando para hoje, á 1 hora da tarde, a abertura da Assembléa Legislativa Provincial, e sciificando que ficavam expedidas as ordens necessarias para que ás 10 horas da manhã tenha logar a missa do Espirito Santo.

Não havendo mais expediente, o Sr. Presidente nomea os Srs. Agostinho, Freitas Guimarães, Estulano, Braule Pinto e Clementino para a commissão que tem de receber a S. Exc.ª o Sr. Presidente da Provincia.

Suspende-se a sessão ás 11 e meia horas.

À hora designada, chegando S. Exc.ª, é recebido pela dita Commissão, sendo por ella acompanhado até á sala com todas as honras devidas, e tomando assento ao lado direito do Presidente, procede á leitura do relatorio, a qual terminada, S. Exc.ª declara installada a Assembléa Legislativa Provincial, retirando-se depois com o mesmo ceremonial observado na sua chegada.

O Sr. Presidente dá para ordem do dia seguinte a eleição de commissões, e levanta a sessão ás 2 horas da tarde.

Para constar se lavrou esta acta. — *Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. — *José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario. — *Luiz Martins da Silva Goutinho*, 2.º Secretario.

Aos 16 dias do mez de Maio de 1867, ás 10 horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Innocencio, Agostinho, Pão Brazil e Estulano; faltando com causa os Srs. Gustavo e Braule Pinto, e sem ella os Srs. Clementino, João Ignacio, Honorio, Juvenicio, Amazonas, Michilles, Soares, D. Antonio, Façanha Filho e Padre Seixas.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

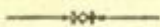
Para constar se lavrou este termo. — *Joaquim Leovigildo de Souza Coelho*, Presidente. — *José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario. — *Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

Aos 17 dias do mez de Maio de 1867, ás 10 horas da manhã, feita a chamada, acham-se

presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Agostinho, Estulano, Braule Pinto, Innocencio, Pão Brazil e Gustavo; faltando com causa o Sr. Clementino, e sem ella os Srs. João Ignacio, Soares, Façanha Filho, D. Antonio, Michilles, Amazonas, Padre Seixas, Honorio e Juvenio.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.



Aos 18 dias do mez de Maio de 1867, ás 10 horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Coutinho, João Ignacio, Clementino, Estulano, Innocencio, Braule Pinto e Agostinho; faltando com causa os Srs. Freitas Guimarães, Pão Brazil e Gustavo, e sem ella os Srs. D. Antonio, Soares, Façanha Filho, Michilles, Amazonas, Padre Seixas, Honorio e Juvenio.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.



SESSÃO DE 20 DE MAIO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 10 horas da manhã, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Innocencio, Estulano, Gustavo, Braule Pinto, Clementino, João Ignacio e Agostinho; faltando sem causa os Srs. Pão Brazil, D. Antonio, Façanha Filho, Honorio, Soares, Padre Seixas, Michilles, Juvenio e Amazonas.

Abre-se a sessão, e lida e posta a votos a acta da sessão de 15, foi approvada.

O Sr. 1.º Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE.

Um officio de 25 de Outubro do anno passado, do Secretario do Governo, remettendo, por ordem da Presidencia, duas collecções das leis e decisões do Governo de 1865. — A archivar-se.

Officio do mesmo de 26 do dito mez, remettendo o balanço de receita e despeza da Camara Municipal da villa de Serpa, pertencente ao anno financeiro de 1865 a 1866, e

outros documentos relativos á mesma camara. — A' Commissão de Camaras.

Officio do mesmo de 3 de Novembro do anno passado, communicando que S. Exc.^a havia sancionado e mandado publicar como leis da provincia as proposições enviadas pela mesa da Assembléa em 20 e 23 de Outubro. — Inteirada e a archivar-se.

Officio do mesmo de igual data, communicando que o Presidente mandára publicar a lei do orçamento das Camaras Municipaes da provincia no exercicio de 1866 a 1867. — Inteirada e a archivar-se.

Officio do mesmo de 5 de Novembro, communicando que o Presidente mandára pagar pela Fazenda Provincial as contas enviadas a 3 do mez, assim como a quantia de 49\$600 réis vencida pelo collaborador d'esta Assembléa, Romão José Negrão. — Inteirada e a archivar-se.

Outro do mesmo Secretario, de 9 de Novembro, communicando que n'aquella data se expediram as ordens precisas á Fazenda Provincial para serem pagos o collaborador, o editor do jornal *A Voz do Amazonas*, e a folha do subsidio dos Srs. deputados. — O mesmo destino.

Outro do mesmo de igual data, communicando que o Presidente ficava sciente de se ter encerrado a Assembléa no dia 5 do mez. — O mesmo destino.

Outro do mesmo, de 28 de Dezembro, remettendo, por ordem da Presidencia, 21 exemplares da collecção de Leis da Provincia sancionadas n'aquelle anno, para serem distribuidos pelos Srs. deputados e archivo. — Fez-se a distribuição e archivoou-se.

Outro do mesmo, de 7 de Janeiro d'este anno, communicando ficar a Presidencia inteirada de se ter apresentado o Porteiro da Secretaria d'esta Assembléa, Martiniano Ferreira dos Anjos, renunciando o resto da licença concedida por esta Assembléa. — Inteirada e a archivar-se.

Officio de 12 de Janeiro d'este anno, do official maior da Secretaria da Camara dos Deputados, remettendo, por deliberação da mesma Camara, a collecção dos Actaes d'aquella corporação das sessões de 1865 a 15 de Setembro de 1866. — Communicou-se o recebimento.

Officio de 26 de Fevereiro do Secretario do Governo da provincia, remettendo, por ordem da Presidencia, copia da portaria d'aquelle dia, pela qual foi a reunião da Assembléa adiada para 29 de Abril. — Inteirada.

Officio do mesmo, de 13 de Março, remettendo, por ordem da Presidencia, 22 exemplares do relatorio com que passou no dia 23 de Junho do anno findo a administração da Provincia ao 1.º Vice Presidente, Dr. Gustavo

Adolpho Ramos Ferreira, para serem distribuidos pelos Srs. deputados e archivo.—Fez-se a distribuição e archiou-se.

Officio do mesmo, de 16 de Abril, remetendo, por ordem da Presidencia, a obra composta pelo Dr. Antonio Pereira Pinto, intitulada—Apontamentos para o direito internacional—alim de que a Assembléa declare o que entender conveniente ácerca de sua adopção no Imperio.—Respondou-se que não se tendo recebido a dita obra, nada se pôde dizer sobre a conveniencia de ser ella ou não adoptada.

Officio do mesmo, de 26 de Abril, enviando, por ordem da Presidencia, a copia da portaria pela qual foi a reunião da Assembléa novamente addiada para 15 de Maio.—Inteirada e a archivar-se.

Um officio de 27 de Abril, do Exm.^o Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, agradecendo a felicitação que a mesa da Assembléa lhe dirigiu por ordem da mesma Assembléa.—O mesmo destino.

Um officio, de 5 de Maio, do deputado Padre Manuel Justiniano de Seixas, communicando não poder comparecer ás sessões por motivos de molestia.—Inteirada.

Outro, de 8 de Maio, do Secretario do Governo, remetendo, por ordem da Presidencia, copia do contracto celebrado em 20 de Abril, com João Francisco Fernandes, para factura de uma rampa no caes da Praça da Imperatriz.—A' Commisão de Obras Publicas.

Outro, de 16 de Maio, do deputado Gustavo, communicando não poder comparecer n'aquelle dia aos trabalhos da Assembléa em consequencia de incommodo de saude.—Inteirada.

Dito, de 18 do mesmo, do deputado Pão Brazil, communicando não lhe ser possível comparecer n'aquelle dia aos trabalhos da Assembléa por ter sido notificado para assistir á audiencia do Dr. Juiz de Direito.—Inteirada.

Um officio de igual data do Secretario do Governo, communicando que o Presidente mandára pagar, pela repartição competente, a importancia da folha de ajuda de custo de vinda e volta do Sr. deputado Estulano.—Inteirada.

Outro, do mesmo dia, do dito Secretario, remetendo, por ordem da Presidencia, a petição do amanuense archivista d'aquella Secretaria, Francisco Antonio de Carvalho, pedindo seis mezes de licença com todos os vencimentos para tratar de sua saude.—Mandou-se archivar o officio e reconhecer a petição.

Outro, de igual data, do mesmo Secretario, remetendo, por ordem da Presidencia, uma representação da Camara Municipal de Tefé, e informações annexas relativas aos limites do districto policial de Codajás.—Remettida á Commisão de Camaras Municipaes.

Um requerimento de 16 d'este mez, de Fe-

lismino Rodrigues Coimbra, pedindo uma subvenção para estudar em uma das universidades da Belgica o curso de pedagogia.—Foi enviado á Commisão de Instrucção Publica.

Outro, de igual data, de Joaquim José Paes da Silva Sarmento, pedindo tres annos de licença, e um subsidio conveniente, para estudar em Bruxellas o curso de pedagogia.—O mesmo destino.

Outro, da mesma data, de José de Britto Inglez, pedindo seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.—Remettido á Commisão de Fazenda Provincial.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

Passou-se á nomeação de Comissões, e, correndo o escrutinio, foram eieitos para a de Poderes e de infracção da constituição e das leis—Clementino, Guimarães e Gustavo.

Fazenda Provincial — Guimarães, Braule e Agostinho.

Agricultura, Commercio e Artes—Pão Brazil, João Ignacio e Innocencio.

Propostas e Representações das Camaras—Guimarães, Clementino e Pão Brazil.

Catechese, Estatística e civilisação dos indigenas—Clementino, Padre Seixas e João Ignacio.

Instrucção Publica —Clementino, Gustavo e Agostinho.

Obras Publicas—Estulano, Innocencio e Pão Brazil

Negocios Ecclesiasticos — Agostinho, Padre Seixas e D. Antonio.

Força Provincial—Guimarães, Innocencio e Estulano.

Redacção—Braule Pinto, Gustavo e Agostinho.

Nada mais haendo a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—2.^a discussão do projecto n.^o 15 do anno passado.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 21 DE MAIO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 10 ¹/₂ horas da manhã, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Conti-

nho, Clementino, Innocencio, João Ignacio, Estulano, Braule Pinto, Agostinho e Pão Brazil; faltando sem causa os Srs. Gustavo, D. Antonio, Michilles, Façanha Filho, Soares, Honório, Amazonas, Padre Seixas e Juvencio.

Abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente foi approvada.

O Sr. 1.º Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um requerimento assignado por José Miguel de Lemos, em que, como procurador do ex-professor de musica do estabelecimento dos educandos artifices d'esta provincia, pede que se lhe mande pagar a quantia de 115\$856 rs. differença para menos d'aquella que legitimamente pertencia ao dito ex-professor, segundo a tabella da Lei Provincial n.º 145 de 5 de Outubro de 1865.—A' Commisão de Fazenda Provincial.

Outro de Francisco Antonio de Carvalho, já lido na sessão passada, e que então não teve o conveniente destino por lhe faltar uma das formalidades da lei.—O mesmo destino.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Estulano pede a palavra para apresentar o seguinte requerimento:

«Que se autorise a mesa para contractar um porteiro para servir no impedimento de Martiniano Ferreira dos Anjos, e um servente, em quanto durar a presente sessão.»

Foi approvado com uma emenda do Sr. Clementino assim concebida: «quanto ao porteiro, depois da palavra—contractar—diga-se—nomear.»

O Sr. Freitas Guimarães pede tambem a palavra para ler o requerimento que se segue:

«Que se autorise a mesa d'esta Assembléa para contractar com uma das typographias d'esta cidade a impressão de actas, projectos, etc.»

Foi approvado.

SEGUNDA PARTE.

Entrou em 2.ª discussão o projecto n.º 15 de 17 de Outubro do anno passado, e foi sem debate approvado com a seguinte emenda offrecida pelo Sr. Braule Pinto:

«Ao art. 3.º em lugar de—271\$460 réis—diga-se—71\$460 réis—e logo mais as seguintes palavras—resto da—e o mais como está.»

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte.—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres das commissões.

2.ª Parte:—O que occorrer.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

A's 10 1/2 horas da manhã, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Clementino, Pão Brazil, Estulano, Agostinho e Braule Pinto.

Não havendo numero sufficiente de Srs. deputados, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia a mesma já anteriormente designada.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 23 DE MAIO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 10 1/2 horas da manhã, verificou-se acharem-se presentes os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Pão Brazil, João Ignacio, Gustavo, Innocencio, Estulano e Braule Pinto; faltando sem causa os Srs. Agostinho, D. Antonio, Soares, Honório, Michilles, Padre Seixas, Façanha Filho Juvencio e Amazonas.

O Sr. Presidente abriu a sessão.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Estulano pediu a palavra e apresentou o seguinte requerimento:

«Que se requirite ao Governo informações sobre os projectos que elevam á freguezia a povoação de Codajás, e o que regula o regimen interno do cemiterio de Tefé.

Foi approvado.

O Sr. Braule Pinto procedeu, como Relator da Commisão de Fazenda Provincial, á leitura do parecer sobre a petição de José de Britto Inglez, acompanhando o seguinte projecto, que tomou o n.º 1:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

Art. Unico. O Presidente da provincia fica autorisado, desde já, a conceder seis mezes de licença, com o ordenado unicamente, ao amanuense da Administração da Fazenda Provincial, José de Britto Inglez, para tratar de sua saude onde lhe convier. Revogam-se as disposições em contrario.

S. R.—Sala das commissões da Assembléa

Provincial, 23 de Maio de 1867. — *José Justino Braule Pinto*. — *João José de Freitas Guimarães*. — *Agostinho Rodrigues de Sousa*. »

O Sr. Estulano leu também o parecer da Comissão de Obras Publicas a respeito do contracto celebrado pela Presidencia com João Francisco Fernandes, para a construcção de uma rampa no caes da praça da Imperatriz.

Ambos entraram na ordem dos trabalhos, para serem discutidos opportunamente.

Nada occorrendo na 2.^a parte, o Sr. Presidente levantou a sessão, depois de ter marcado para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de comissões.

2.^a Parte:—Discussão do parecer da Comissão de Obras Publicas; 1.^a leitura do projecto n. 1; e 3.^a discussão do de n. 15 do anno passado.

Para constar lavrou-se esta acta. — *Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. — *José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario. — *Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 24 dias do mez de Maio de 1867, ás 10 horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Braule Pinto, Estulano, Innocencio, Gustavo, Pão Brazil e Agostinho.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo. — *Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. — *José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario. — *Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 25 DE MAIO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 10 ¹/₂ horas da manhã, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Clementino, Estulano, Innocencio, Agostinho, Braule Pinto, Pão Brazil e Façanha Filho; faltando sem causa os Srs. Gustavo, João Ignacio, D. Antonio, Michilles, Padre Seixas, Soares, Honório, Juvencio e Amazonas.

Abre-se a sessão.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Braule Pinto, pedindo a palavra, fundamentou e leu o seguinte requerimento:

«Que se nomeie uma Comissão de 5 membros, na Côte do Imperio, para, em nome d'esta Assembléa, agradecer e complimentar

a S. M. O Imperador, pela sabia e grandiosa medida—a abertura do Amazonas ao estrangeiro.»

Foi aprovado, depois de fallarem sobre elle os Srs. Agostinho e Clementino.

SEGUNDA PARTE.

Foram approvados—o parecer da Comissão de Obras Publicas, e, em 3.^a discussão, o projecto n.º 15 do anno passado; sendo o 1.^o remettido á Comissão de Fazenda para ser incluído no orçamento provincial, e o 2.^o á Comissão de Redacção.

Procedeu-se depois á 2.^a leitura do projecto n.º 1, e não havendo mais nada a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de comissões.

2.^a Parte:—3.^a leitura do projecto n.º 1 e o mais que occorrer.

Para constar lavrou-se esta acta. — *Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. — *José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario. — *Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 27 DE MAIO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 10 horas da manhã, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Innocencio, Estulano, Braule Pinto, Façanha Filho, Agostinho, João Ignacio e Pão Brazil; faltando sem causa os Srs. Clementino, D. Antonio, Soares, Honório, Michilles, Padre Seixas, Juvencio e Amazonas.

Compareceu logo depois o Sr. Gustavo.

Abre-se a sessão, e lida e posta a votos a acta da sessão antecedente, foi approvada, com a rectificação proposta pelo Sr. Façanha Filho.

O Sr. 1.^o Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do Sr. deputado José Bernardo Michilles, communicando não ter podido vir assistir á abertura da Assembléa por circumstancias alheias á sua vontade, e que mais tarde esperava o fazer afim de tomar parte nos trabalhos da mesma. — Inteirada e a archivar-se.

ORDEM DO DIA.

Nada occorrendo na 1.^a parte passou-se á

SEGUNDA PARTE.

Teve logar a 3.^a leitura do projecto n.º 1, e fez-se a distribuição do mesmo.

O Sr. Presidente nomeou a Commissão que tem de felicitar e agradecer a S. M. O Imperador, a qual ficou composta dos Exm.^{os} Srs. Senador Thomaz Pompeo de Sousa Brazil, deputados Dr. Antonio Epaminondas de Mello, Dr. José Maria de Albuquerque Mello, Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda e Dr. Aureliano Candido Tavares Bastos.

Não havendo mais nada a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—O que occorrer.

Para constar se lavrou esta acta. —*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. —*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario. —*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 28 DE MAIO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 10 ¹/₄ da manhã, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Estulano, Façanha Filho, Braule Pinto, Agostinho, Gustavo, Pão Brazil e Innocencio; faltando sem causa os Srs. João Ignacio, Clementino, D. Antonio, Honorio, Soares, Michilles, Juvencio, Padre Seixas e Amazonas.

Abre-se a sessão e lida a acta da antecedente, foi approvada.

O Sr. 1.^o Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Uma petição de João Francisco Fernandes, em que solicita mais seis mezes além do prazo marcado no contracto celebrado com o Exm.^o Sr. Presidente da Provincia, para o aterro da praça da Imperatriz, apresentando ao mesmo tempo os motivos que o embarçaram de concluir essa obra dentro do dito prazo.—A' Commissão de Obras Publicas.

ORDEM DO DIA.

Nada occorrendo na 1.^a e 2.^a parte, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—1.^a discussão do projecto n.^o 1 e o mais que occorrer.

Para constar se lavrou esta acta. —*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. —*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario. —*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 29 DE MAIO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 10 ¹/₂ horas da manhã, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Innocencio, Estulano, Pão Brazil, Braule Pinto, Façanha Filho, Agostinho e Clementino; faltando sem causa os Srs. João Ignacio, Gustavo, D. Antonio, Michilles, Padre Seixas, Honorio, Soares, Juvencio e Amazonas.

Abre-se a sessão e lida a acta da antecedente, é approvada.

O Sr. 1.^o Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE.

Um officio de Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, em que, como procurador do Tenente Coronel José Bernardo Michilles, pede que se lhe marque o dia e hora para prestar juramento de 2.^o Vice-Presidente d'esta provincia.

Marcou-se o dia 31 do corrente, ás 11 horas da manhã.

Um requerimento de Ignacio do Rego Barros Pessoa, professor de geographia e historia do lyceu d'esta cidade, em que allega achar-se com direito a percepção da differença de vencimentos de 600 e 500\$000 réis para os vencimentos marcados pela lei de 24 de Outubro de 1866, e pede que se lhe mande pagar a dita quantia, que orça por 430\$815 réis.—A' Commissão de Fazenda Provincial.

Outro de Henrique Barbosa de Amorim, professor de grammatica da lingua nacional e arithmetica do lyceu d'esta cidade, sob o mesmo assumpto, sendo a quantia a que se julga com direito de receber de 459\$672 réis.—O mesmo destino.

ORDEM DO DIA

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Braule Pinto pediu a palavra e leu o seguinte parecer:

«A Commissão de Fazenda, a quem foi presente a petição de Jeronymo Emiliano de França, em que pede pagamento de 115\$856 réis, de vencimentos que diz ter de menos recebido quando professor de musica dos educandos artifices; para poder dar o seu parecer a respeito da pretensão do supplicante, necessita que elle prove com documentos authenticos o que allega.

Sala das commissões da Assembléa Provincial do Amazonas, 29 de Maio de 1867.—*José Justiniano Braule Pinto*. —*João José de Freitas Guimarães*. —*Agostinho Rodrigues de Sousa*.»

Ficou sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

SEGUNDA PARTE.

Entrou em 1.^a discussão o projecto n.º 1, e foi sem debate approvedo.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, depois de ter marcado a seguinte ordem do dia:

1.^a Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de comissões.

2.^a Parte:—Discussão do parecer da Comissão de Fazenda; e 2.^a discussão do projecto n.º 1.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 31 dias do mez de Maio de 1867, ás 10 ¹/₂ horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Innocencio, Agostinho, Pão Brazil, Braule Pinto, João Ignacio e Gustavo.

O Sr. Presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Souza Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 1.^o DE JUNHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 10 ¹/₂ horas da manhã, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Clementino, Braule Pinto, Façanha Filho, Estulano, Innocencio, Gustavo e Agostinho; faltando sem causa os Srs. João Ignacio, Pão Brazil, D. Antonio, Michilles, Honorio, Soares, Padre Seixas, Juvencio e Amazonas.

Abre-se a sessão.

O Sr. 1.^o Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio de 28 de Maio ultimo, do Secretario interino do Governo, em resposta ao que lhe foi dirigido, communicando, por ordem de S. Exc.^a o Sr. Vice Presidente, que n'aquella data se mandou pagar ao typographo Antonio da Cunha Mendes, a importancia da 1.^a prestação a que tem direito, em virtude do contracto que celebrou para a publicação dos trabalhos d'esta Assembléa. — Inteirada e a archivar-se.

Outro, de igual data, do mesmo Secretario, communicando, por ordem de S. Exc.^a, já ter-se mandado pagar a importancia da folha de

ajuda de custo de vinda e volta do Sr. deputado Façanha Filho.—A archivar-se.

Um requerimento de Bonifacio José Pereira Campos, allegando achar-se com direito á percepção da quantia de 83\$452 réis, que de menos recebeu desde 11 de Maio de 1866 até 11 de Setembro do mesmo anno, em que serviu interinamente os logares annexos de escrivão e professor de primeiras lettras do estabelecimento dos educandos artifices d'esta provincia, e pede que se lhe mande pagar a dita quantia.—A' Commissão de Fazenda Provincial.

Outro do mesmo, pedindo que se lhe mande abonar uma gratificação rasoavel á vista da lei n.º 167 de 24 de Outubro do anno passado, que separou os logares de escrivão e professor, os quaes servia cumulativamente.—A' mesma Commissão.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Innocencio, pedindo a palavra, leu o seguinte requerimento:

«Requeiro que por intermedio da Presidencia da provincia se requisiite ao Director da Instrução Publica uma relação nominal dos alumnos que tendo frequentado as aulas de instrução secundaria nos annos de 1860 a 1866, fizeram exames publicos nos ditos annos, com declaração das materias em que foram approvedos; bem como um mappa demonstrativo dos alumnos que n'aquelles annos frequentaram as diversas aulas do citado ensino secundario, com as precisas observações relativas á frequencia e aproveitamento dos respectivos alumnos.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 1.^o de Junho de 1867. — O deputado, *Innocencio.*»

Tendo entrado este requerimento em discussão, o Sr. Gustavo participou não poder continuar a assistir á sessão, por se achar incommodado.

Tendo comparecido á sessão sómente onze membros, não pôde, com a retirada do Sr. Gustavo, proseguir nos seus trabalhos a Assembléa, pelo que o Sr. Presidente levantou a sessão, depois de marcar a mesma ordem do dia para a seguinte.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 3 dias do mez de Junho de 1867, ás 10 ¹/₂ horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão,

Braule Pinto, Gustavo, Freitas Guimarães, João Ignacio, Estulano, Façanha Filho, Innocencio e Pão Brazil; faltando com causa o Sr. Coutinho e sem ella os Srs. Clementino, Agostinho, D. Antonio, Michilles, Honorio, Soares, Padre Seixas, Juvencio e Amazonas.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 2.º Secretario interino.

SESSÃO DE 4 DE JUNHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's 10 1/2 horas da manhã, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Innocencio, Estulano, Pão Brazil, Braule Pinto, Façanha Filho, Agostinho, Clementino e João Ignacio; faltando sem causa os Srs. D. Antonio, Michilles, Padre Seixas, Juvencio, Honorio, Soares e Amazonas.

Abre-se a sessão e lida a acta da antecedente, é approvada.

Compareceu depois o Sr. Gustavo.

O Sr. 1.º Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do Sr. Secretario interino do Governo, em resposta ao que lhe foi dirigido, communicando, por ordem de S. Exc.^a, já ter participado para os fins devidos á competente repartição a nomeação de Eduardo Marques dos Reis, para servir de Porteiro da Secretaria d'esta Assembléa durante a presente sessão.—Inteirada e a archivar-se.

Outro, do mesmo Secretario, respondendo, por ordem da Presidencia, ao officio que foi enviado cobrindo a folha do subsidio vencido pelos Srs. deputados, e communicando que n'aquella data ficavam expedidas as ordens precisas para o devido pagamento.—Inteirada e o mesmo destino.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

Continúa a discussão do requerimento do Sr. Innocencio interrompida na sessão antecedente Ninguém pedindo a palavra, e pondo-se a votos o requerimento, é approvado.

O Sr. Freitas Guimarães pede a palavra para apresentar o seguinte requerimento:

«Requeiro que esta Assembléa consinta que

na acta da sessão de hoje, seja inserida a seguinte declaração:

«Que não votou contra o requerimento apresentado para felicitar a S. M. O Imperador, pelo facto da abertura do Amazonas a todas as nações amigas, como declarou o periodico *Cathochista* na synopsis que publicou dos trabalhos da sessão em que se tratou de semelhante assumpto. Que não podia deixar de applaudir um acto tão meritorio do Governo Imperial.

Pago da Assembléa Provincial do Amazonas, 4 de Junho de 1867.—*Freitas Guimarães.*»

Posto a votos é approvado, depois de fallarem sobre a materia os Srs. Gustavo e Freitas Guimarães.

O Sr. Braule Pinto, pedindo a palavra, apresentou o seguinte:

A redacção do projecto n.º 15 do anno passado; e um projecto que tomou o n.º 2, concebido n'estes termos:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

Art. Unico. O Presidente da provincia fica desde já autorizado a mandar dar como dote a cada uma das filhas do fallecido Tenente Coronel Manuel Thomaz Pinto, D. Amelia e D. Rita, a quantia de 1:000\$000 réis, logo que casarem, abrindo o credito preciso para esta despesa; revogam se as disposições em contrario.

S.R.—Pago da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 4 de Junho de 1867.—*José Justiniano Braule Pinto.*»

O primeiro ficou sobre a mesa para opportunamente entrar em discussão; e o segundo teve a 1.ª leitura e ficou tambem sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O mesmo Sr. deputado apresentou o seguinte projecto da lei do orçamento, que tambem teve a 1.ª leitura e tomou o n.º 3:

TITULO I.

Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorizado a despender no exercicio de 1867 á 1868, com os serviços abaixo declarados, a quantia de reis:

Corpo Legislativo

§ 1.º Subsidio aos membros da Assembléa e ajuda de custo para as despesas de viagem	6:500\$000
§ 2.º Vencimentos dos empregados da Secretaria....	2:000\$000
§ 3.º Expediente, compra de mobilia e outros serviços...	2:500\$000
	11:000\$000

Secretaria do Governo

§ 4.º Vencimentos dos empregados, inclusive 400\$000 de gratificação annual ao Secretario	7:800\$000
---	------------

dote para casamento

<i>Transporte....</i>	7:800\$000	11:000\$000
§ 3.º Expediente, impressão de leis, regulamentos e relatórios.....	2:000\$000	
§ 6.º Subsídio ao jornal que publicar os actos officiaes...	1:000\$000	10:800\$000
Instrucção Publica		
§ 7.º Vencimentos dos empregados da directoria.....	1:600\$000	
§ 8.º Idem a quatro professores do ensino secundario.	4:000\$000	
§ 9.º Prestação ao Seminario Episcopal.....	3:600\$000	
§ 10. Gratificação ao Reitor do Seminario, ficando dispensado da apresentação de attestado.....	400\$000	
§ 11. Subsídio a cinco meninos, desta provincia que estudam na Europa sciencias ecclesiasticas....	2:500\$000	
§ 12. Vencimentos dos professores do ensino primario, de conformidade com as disposições anteriores.....	10:000\$000	
§ 13. Expediente da directoria, utensis e materiaes para as escolas.....	600\$000	22:700\$000
Culto Publico		
§ 14. Congruas e gratificação dos empregados ecclesiasticos, a saber: vigario geral.....	800\$000	
coadjutor da capital 400\$000		
ao sacristão.....	120\$000	
	1:320\$000	
§ 15. Para a festa da semana Santa.....	400\$000	
§ 16. Gui-amentos e alfaias para as matizes.....	1:000\$000	2:700\$000
Saude e Caridade Publica		
§ 17. Para o tratamento de presos pobres e indigentes....	1:000\$000	
§ 18. Gratificação á pessoa que se encarregar do tratamento dos infelizes atacados de elephantiasis.....	600\$000	
§ 19. Para o tratamanto dos mesmos infelizes.....	800\$000	2:400\$000
Obras Publicas		
§ 20. Vencimentos dos empregados, a saber:		
Director, ordenado 800\$		
gratificação 400\$		
Administrador, ordenado 600\$		
gratificação 300\$		
Escrivão, ordenado 400\$		
gratificação 200\$		
	2:700\$000	
§ 21. Com diversas obras:		
Matriz da capital... 20:000\$		
Caes da praça da Imperatriz.....	16:000\$	
Auxilio á camara municipal da capital para calçamento das ruas..	10:000\$	46:000\$000
§ 22. Expediente da reparação	200\$000	48:900\$000
		98:520\$000

<i>Transporte.....</i>	98:520\$000
Administração da Fazenda Provincial	
§ 23. Vencimentos dos empregados	12:000\$000
§ 24. Expediente, compra de livros etc.....	800\$000
§ 25. Comissão á collectores e escrivães.....	\$
§ 26. Idem a empregados da Recebedoria da provincia do Pará e das collectorias de Santarem. Obidos e outros lugares, pela arrecadação de direitos desta, 20 %	\$
§ 27. Vencimentos dos empregados aposentados.....	1:845\$927
	15.245\$927
Estabelecimento dos Educandos	
§ 28. Vencimentos dos empregados, a saber:	
Director, ordenado	1:000\$
Gratificação de exercicio	500\$
Escrivão, ordenado	600\$
Gratificação de exercicio.....	200\$
Professor de 1.ª letras, ordenado	400\$
Gratificação de exercicio	200\$
Professor de musica, conforme o contracto celebrado com a presidencia da provincia, gratificação de exercicio.....	1:200\$
	4:100\$000
§ 29. Costeio do estabelecimento e jornaes aos mestres das officinas.....	20:000\$000
§ 30. Obras do estabelecimento.....	3:000\$000
	27:100\$000
Diversas Despezas.	
§ 31. Exercicios findos...	600\$000
§ 32. Condução de presos de justiça.....	500\$000
§ 33. Reposições e restituições.....	\$
§ 34. Eventuaes.....	2:000\$000
	3:100\$000
	143:965\$927

TITULO II.

Art. 2.º O Presidente da provincia fará arrecadar no exercicio de 1867-1868 os seguintes impostos:

Exportação.

§ 1.º 15 0/0 sobre a borracha, de qualquer forma fabricada.

§ 2.º 5 0/0 sobre café, maqueiras ou redes de qualquer qualidade, algodão e azeites vegetaes.

§ 5.º 10 0/0 sobre todo e qualquer genero que se exportar da provincia não mencionado nos §§ 1.º e 2.º

Interior.

- § 4.º Decimas de predios urbanos.
- § 5.º 25 0/0 sobre o consumo d'aguardente ou outra qualquer bebida alcoolica fabricada no paiz.
- § 6.º Imposto sobre armazens, lojas, tavernas, quitandas e casas da pasto, a saber:
- | | | |
|-------------|------------|---------|
| Até..... | 1:000\$000 | 10\$000 |
| De mais de. | 1:000\$000 | 20\$000 |
| De mais de. | 2:000\$000 | 30\$000 |
- § 7.º 40\$000 por armazem de grosso trato.
- § 8.º 30\$000 por casas de bilhares.
- § 8.º 30\$000 por loja ambulante, excepto as que venderem viveres.
- § 10 100\$000 por caixa, bahu, lata e etc. em que se venderem joias pelas ruas.
- § 11. 30\$000 por qualquer casa de negocio fora dos povoados.
- § 12. 50\$000 por canôa de regatão.
- § 13. 1\$000 por tonelada de embarcação.
- § 14. 500 reis por pessoa de tripolaão das mesmas.
- § 15. 20\$000 por açougue ou padaria na capital e 10\$000 nas cidades, villas e freguezias do interior.
- § 16. 10 0/0 de herança e legados com excepção dos ascendentes e descendentes.
- § 17. 6 0/0 de insinuação e doação, quando a cousa doada exceder de 400\$000.
- § 18. 10 0/0 na compra e venda de escravos.
- § 19. 3 0/0 sobre fianças criminaes.
- § 20. 2\$000 por folha corrida, não sendo para impetrar graça ou mercê.
- § 21. 5 0/0 sobre o provimento dos empregos provinciaes, inclusive os collectores e escrivães.
- § 22. 10\$000 por licença para tirar esmolas, nas cidades, villas, freguezias etc., com excepção das irmandades que tiverem compromissos.
- § 23. 10 0/0 deduzidos dos valores das passagens que forem concedidas na Companhia do Amazonas ou de qualquer outra subvencionada pela governo, não sendo a empregados publicos.
- § 24. 5\$000 por carro de luxo ou de condução.
- § 25. Cobrança da divida activa.
- § 26. Rendimentos de estabelecimentos provinciaes.
- § 27. Multas por infracções de leis e regulamentos.
- § 28. Productos da venda de leis, regulamentos e relatorios
- § 29. Emolumentos das repartições provinciaes. Os da Secretaria da instrucção publica farão parte da mesma renda.

Extraordinaria.

- § 30. Premios e donativos.
- § 31. Renda não classificada.
- § 32. Rendimento do evento.
- § 33. Reposições, restituições e alcances.

TITULO III.

Disposições geraes.

Art. 3.º As decimas dos predios urbanos, somente na capital, continuam a fazer parte da receita municipal, cujo producto será applicado especialmente no calçamento das ruas. A dos predios occupados por seus proprietarios, permanentemente, terão o abatimento de 20 0/0.

Art. 4.º Fica approvada a portaria da presidencia de 18 de Janeiro do corrente anno, que mandou dar á sociedade *Thalia* a quantia de 300\$000.

Art. 5.º Ficam supprimidos na Administração da Fazenda Provincial, logo que vagarem, um logar de chefe de secção, dois de amanuense e um de guarda; revertendo os vencimentos delles para os cofres.

Art. 6.º Fica approvado o contracto celebrado entre a presidencia da provincia e João Francisco Fernandes, para a construcção de uma rampa na praça da Imperatriz.

Art. 7.º Fica desde já creada nesta cidade mais uma cadeira de ensino primario para o sexo masculino, com os mesmos vencimentos da que existe actualmente.

Art. 8.º Os professores do ensino secundario, quer effectivos, quer intermos, terão os vencimentos marcados nesta lei.

Art. 9.º Os commerciantes estrangeiros, de negocio a retalho, pagarão mais 50 0/0, que os nacionaes, dos impostos constantes dos §§ 6.º, 9.º 11, e 12 do art. 2.º desta lei.

Art. 10. Revógam-se as disposições em contrario.

Sala das Comissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 4 de Junho de 1867.—*José Justiniano B-aule Pinto*.—*Agostinho Rodrigues de Souza*.—*João José de Freitas Guimarães*, com restricção sobre a disposição do art. 9.º por ser inconstitucional.

SEGUNDA PARTE.

Entrou em 2.ª discussão o projecto n.º 1 d'este anno.

O Sr Miranda Leão apresentou a emenda que se segue:

«Ao artigo unico do projecto, depois da palavra—convier—acrescente-se—igual favor ao amanuense da Secretaria do Governo Francisco Antonio de Carvalho—e o mais como está.»

Posta em discussão, fallaram sobre ella os

Srs. Clementino e Gustavo; sendo depois approvada, o Sr. Clementino declarou que tendo duvida acerca da votação que acabava de ter lugar, pedia que de novo se submettesse a emenda a votação, e que esta fosse nominal.

Decidindo a Casa no sentido d'esta reclamação, o resultado foi o seguinte:

Votaram a-favor da emenda os Sr. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Gustavo e Estulano; e contra os Srs. Agostinho, Clementino, Façanha Filho, Innocencio, João Ignacio e Pão Brazil.

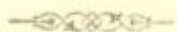
Em seguida entrou em discussão o parecer da Comissão de Fazenda Provincial relativo á pretensão de Jeronymo Emiliano de França. Foi approvado. Como apparecesse o documento exigido foi de novo devolvida a mesma petição á dita Comissão para dar novo parecer.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte.—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres das comissões.

2.^a Parte: — Discussão da redacção do projecto n.^o 15 do anno passado; e 2.^a leitura dos projectos ns. 2 e 3.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.



SESSÃO DE 5 DE JUNHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Innocencio, Estulano, Braule Pinto, Façanha Filho, Agostinho, Clementino e Pão Brazil; faltando sem causa os Srs. João Ignacio, D. Antonio, Soares, Honorio, Michilles, Padre Seixas, Juvencio e Amazonas.

O Sr. Presidente abriu a sessão.

Compareceu logo depois o Sr. Gustavo.

Não é apresentada a acta da antecedente e isto por motivos que a Casa reconheceu attendíveis.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Estulano apresentou, como relator da Comissão de Obras Publicas, o seguinte parecer acompanhado de projecto:

«A Comissão de Obras Publicas, a quem foi presente o requerimento de João Francisco Fernandes, contractador do aterro da pra-

ça da Imperatriz, em que ponderando os obstaculos com que tem lutado e reconhecendo não lhe ser possivel concluir o dito aterro até Setembro do anno corrente, como está marcado no respectivo contracto celebrado pelo Presidente da provincia com o supplicante ; pede a esta Assembléa que lhe conceda mais seis mezes além do prazo supracitado. Esta Comissão considerando attendiveis os motivos allegados pelo supplicante, é de parecer que se lhe conceda mais seis mezes na forma requerida; e por isso apresenta a seguinte resolução:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

«Art. Unico. Fica prorogado por mais seis mezes o prazo marcado pelo artigo do contracto celebrado pela Presidencia da provincia com João Francisco Fernandes, para a conclusão do aterro da praça da Imperatriz; revogam-se as disposições em contrario.

«Sala das comissões da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 4 de Junho de 1867.—*Estulano Alves Carneiro*.—*João Marcelino Taveira Pão Brazil*.—*Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo* »

Tomou o n.^o 4 e teve a 1.^a leitura.

O Sr. Clementino, pedindo a palavra, apresentou tambem, como relator da Comissão de Instrucção Publica, o seguinte parecer, acompanhado do respectivo projecto:

«A Comissão de Instrucção Publica, a quem foram presentes os requerimentos de Joaquim José Paes da Silva Sarmiento e Felismino Rodrigues Coimbra, em que pedem a esta Assembléa, o 1.^o tres annos de licença sem vencimentos e uma subvenção para ir á Europa estudar pedagogia, e o 2.^o tambem uma subvenção para o mesmo fim; examinou a materia d'estas pretensões, e rendendo homenagem á generosa idéa de dotar a provincia dos melhoramentos moraes de que tanto necessita para seu engrandecimento, achou aproveitavel o pensamento dos peticionarios, e n'este sentido é de parecer que se submeta á consideração da Casa o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

«Art. 1.^o O Presidente da provincia fica autorizado a mandar a Europa estudar o curso de Pedagogia os estudantes Joaquim José Paes da Silva Sarmiento e Felismino Rodrigues Coimbra, ou dous outros jovens que com aquelles, por exame prévio se julgarem habilitados, além das materias exigidas para o ensino primario, mais os preparatorios de latim, francez, inglez, philosophia, rhetorica, algebra, geometria e historia patria.

«Art. 2.^o Para occorrer ás despesas com esta aprendizagem, se abonará a cada um dos ditos estudantes uma subvenção de 1:200\$000

réis, em prestações trimestraes adiantadas.

«Art. 3.º Pelas quantias que forem percebendo prestarão os ditos estudantes fiança idonea que responda aos cofres provinciaes por essas quantias se não attingirem os mesmos estudantes o fim a que se prepoem.

«Art. 4.º Os ditos estudantes, depois de concluirem os seus estudos, serão obrigados a servir a provincia por espaço de seis annos, ou a indemnizarem os seus fladores, os cofres provinciaes do quanto houverem despendido com a sua educação.

«Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

«Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 4 de Junho de 1867.—*Clementino José Pereira Guimarães.*—*Gustavo Adolpho Ramos Ferreira.*—*Agostinho Rodrigues de Souza.*»

Tomou o n.º 4 e teve a 1.ª leitura.

O Sr. Freitas Guimarães, como relator da comissão de Camaras Municipaes, devolve todos os papeis concernentes á representação da Camara Municipal de Tefé, por não ser da competencia da mesma Commissão o conhecimento do assumpto de que elles tratam. São remettidos á Commissão de Estatística.

SEGUNDA PARTE.

Procede-se á leitura da redacção do projecto n.º 15 do anno passado, e entrando em discussão, é sem debate approved, e fica sobre a mesa para ter o destino conveniente.

Procede-se tambem á 2.ª leitura do projecto n.º 2, e bem assim ao da lei do orçamento.

O primeiro foi regeitado por não ser julgado objecto de deliberação e o 2.º vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Não havendo mais nada a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.ª Parte:—2.ª leitura dos projectos ns. 4 e 5; 3.ª do de n.º 3; e 3.ª discussão do projecto n.º 1.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 6 DE JUNHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Estulano, Façanha Filho, Braule Pin-

to, Agostinho, Gustavo, Páo Brazil, Innocencio e João Ignacio; faltando sem causa os Srs. Clementino, D. Antonio, Honório, Soares, Michilles, Juvencio, Padre Seixas e Amazonas.

Abre-se a sessão e lida a acta do dia 5, foi approveda, bem como a da antecedente.

O Sr. 1.º Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio de 4 do corrente mez, do Secretario interino do Governo, communicando, por ordem da Presidencia, que n'aquella data ficavam dadas as ordens precisas á repartição da fazenda provincial, para o pagamento das contas que acompanharam o officio que lhe foi dirigido.—Inteirada e a archivar-se

ORDEN DO DIA.

Nada occorrendo na 1.ª Parte passa-se á

SEGUNDA PARTE.

Procede-se á 2.ª leitura dos projectos ns. 4 e 5, e bem assim tem logar a 3.ª leitura do projecto n.º 3.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 1. E' sem debate approved, e vae á Commissão de Redacção.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, depois de ter marcado a seguinte ordem do dia:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.ª Parte:—3.ª leitura dos projectos ns. 4 e 5 e o mais que occorrer.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 7 DE JUNHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Clementino, Estulano, Agostinho, Gustavo, Braule Pinto, Páo Brazil e Façanha Filho; faltando sem causa os Srs. João Ignacio, Innocencio, D. Antonio, Michilles, Padre Seixas, Soares, Honório, Juvencio e Amazonas.

Abre-se a sessão.

Não houve expediente.

ORDEN DO DIA.

Nada occorrendo na 1.ª parte, passa-se á

SEGUNDA PARTE.

Procede-se á 3.ª leitura dos projectos ns. 4 e 5, e da distribuição do projecto n.º 3.

Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Presidente levanta a sessão, marcando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—O que occorrer.

Para constar se lavrou esta acta. —*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. —*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario. —*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 8 DE JUNHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Freitas Guimarães, Coutinho, Clementino, Braule Pinto, Façanha Filho, Estulano, Innocencio, Agostinho e Pão Brazil; faltando sem causa os Srs. Gustavo, João Ignacio, D. Antonio, Michilles, Honorio, Soares, Padre Seixas, Juvencio e Amazonas.

Abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente foi approvada.

Não ha expediente.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Freitas Guimarães pede a palavra para apresentar o seguinte projecto da lei de orçamento municipal:

«A Assembléa Legislativa Provincial decreta:

CAPITULO I.

DESPEZAS MUNICIPAES.

Art. 1.^o As camaras municipaes desta provincia ficam autorizadas a despende no anno financeiro de 1867-1868 as quantias, que, á cada uma d'ellas, vão designadas na presente lei, a saber:

§ 1.^o Camara da capital:

Ordenados:—Ao Secretario.....	1:200\$000
A um Amanuense.....	800\$000
Ao Medico de partido.....	400\$000
Ao Fiscal.....	900\$000
Ao Porteiro, Continuo e Aferidor.....	600\$000
Ao Engenheiro.....	600\$000
Ao Administrador do cemiterio.....	500\$000
Ao Capellão do mesmo.....	240\$000
Porcentagens:—Ao procurador e aos fiscaes de fóra da cidade 10 % do que arrecadarem.....	\$
Expediente.....	400\$000
Custas judiciais, jury e eleições.....	1:200\$000
Luzes, sustento e vestuario dos presos pobres e indigentes.....	2:500\$000
Festas do culto divino e regosijo publico e do cemiterio.....	300\$000
Limpeza de ruas, praças e estradas.....	1:000\$000

10:640\$000

Transporte.... 10:640\$000

Desapropriação de terrenos por utilidade publica.....	1:000\$000
Obras—a saber: Pagamento da 2. ^a prestação do cemiterio de S. José.....	4:175\$142
Dito do caes de Tamandaré.....	8:000\$000
Dito do calçamento da rua Brasileira...	4:000\$000
Com o prolongamento do calçamento da dita rua.....	4:000\$000
Jornaes aos coveiros do cemiterio.....	720\$000
Eventuaes.....	4:000\$000

36:535\$142

§ 2.^o Camara municipal de Teffé:

Ordenados:—Ao Secretario.....	500\$000
Ao Fiscal.....	200\$000
Ao Porteiro, Continuo e Aferidor.....	150\$000
Ao Coveiro do cemiterio.....	80\$000
Porcentagens:—Ao Procurador e Fiscaes de fóra 10 % do que arrecadarem.....	\$
Festa do Culto Divino e regosijo publico.	200\$000
Luz para a cadeia, vestuario, sustento e curativo de presos pobres.....	500\$000
Limpeza de ruas, praças e cemiterios da cidade e freguezias do município.....	300\$000
Aluguel da casa que serve de paço da Camara.....	350\$000
Custas judiciais, jury e expediente da Camara.....	950\$000
Com o começo da edificação de um predie para a cadeia.....	4:000\$000
Com os reparos do cemiterio e capella..	500\$000
Eventuaes.....	100\$000

7:830\$000

§ 3.^o Camara Municipal da Villa de Serpa:

Ordenados:—Ao Secretario.....	400\$000
Ao Fiscal.....	200\$000
Ao Porteiro, Continuo e Aferidor.....	170\$000
Ao Administrador do cemiterio.....	120\$000
Porcentagens:—Ao Procurador e aos Fiscaes de fóra da villa, 10 % do que arrecadarem.....	\$
Com os reparos da casa onde funcção o paço da Camara.....	1:000\$000
Com a construção de uma rampa no porto da villa.....	3:000\$000
Custas judiciais, jury, eleições e expediente da Camara.....	500\$000
Festas do culto divino e regosijo publico.	150\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres.....	500\$000
Limpeza de ruas, praças e cemiterio....	300\$000
Com a conclusão da obra do cemiterio..	800\$000
Com a compra de mobilia.....	300\$000
Eventuaes ..	100\$000

7:540\$000

§ 4.^o Camara Municipal da Villa de Silves:

Ordenados:—Ao Secretario.....	360\$000
Ao Fiscal.....	120\$000
Ao Porteiro, Continuo e Aferidor.....	130\$000
Ao Administrador do cemiterio.....	80\$000
Porcentagens:—Ao Procurador e aos Fiscaes de fóra da villa, 10 % do que arrecadarem.....	\$
Custas judiciais, jury, eleições e expediente da Camara.....	150\$000
Festas do culto divino e regosijo publico.	100\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres.....	150\$000
Limpeza de ruas e praças.....	100\$000
Eventuaes.....	100\$000

1:290\$000

§ 5.º Camara Municipal da V. Bella da Imperatriz:	
Ordenados—Ao Secretario.....	500\$000
Ao Fiscal.....	200\$000
Ao Porteiro, Continuo e Aferidor.....	150\$000
Ao Administrador do cemiterio.....	120\$000
Ao Capellão do mesmo.....	200\$000
Porcentagens—Ao Procurador e aos Fiscaes de fóra da villa, 10 % do que arrecadarem.....	\$
Festas do culto divino e regosijo publico.....	200\$000
Custas judiciais, jury e expediente da Camara.....	500\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres.....	200\$000
Limpeza das praças, ruas, cemiterio, inclusive 100\$000 para o mesmo fim na freguezia do Anderá.....	400\$000
Concerto da casa da Camara, cadeia civil e augmento de mais uma sala do mesmo edificio.....	2:400\$000
Com a compra da mobilia.....	200\$000
Eventuaes.....	100\$000
	5:170\$000

§ 6.º Camara Municipal da Villa da Conceição:	
Ordenados—Ao Secretario.....	400\$000
Ao Fiscal e Administrador do cemiterio.....	300\$000
Ao Porteiro, Continuo e Aferidor.....	250\$000
Porcentagens—Ao Procurador e Fiscaes de fóra da villa, 10 % do que arrecadarem.....	\$
Custas judiciais, jury, eleições e expediente da Camara.....	200\$000
Festas do Culto Divino e regosijo publico.....	100\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres.....	250\$000
Limpeza de ruas e praças.....	200\$000
Com reparos da capella e melhoramentos do cemiterio.....	1:000\$000
Com a compra da casa de Antonio Joaquim Leite para ser demolida em utilidade municipal.....	650\$000
Com a continuação da obra da Camara e cadeia.....	1:000\$000
Com a compra de mobilia.....	300\$000
Eventuaes.....	100\$000
	4:750\$000

§ 7.º Camara Municipal de Barcellos:	
Ordenados—Ao Secretario.....	300\$000
Ao Fiscal.....	160\$000
Ao Porteiro, Continuo e Aferidor.....	130\$000
Porcentagens—Ao Procurador e Fiscaes de fóra da villa, 10 % do que arrecadarem.....	\$
Custas judiciais, jury, eleições e expediente.....	60\$000
Festas do Culto Divino e regosijo publico.....	40\$000
Luz para a cadeia, sustento, vestuario e curativo dos presos pobres.....	100\$000
Eventuaes.....	50\$000
	830\$000

CAPITULO II

DAS RENDAS MUNICIPAES

Art. 2.º As Camaras Municipaes desta provincia farão arrecadar no anno financeiro de 1867-1868 as rendas seguintes:

§ 1.º Aferição de balanças, pezos e medidas na forma da tabella-A- annexa á presente lei.

§ 2.º Alvará de licença, e impostos diversos, conforme a tabella-B- junta a esta lei.

§ 3.º Tres por cento de todos os generos que se exportarem para fóra da provincia.

Este valor será deduzido do valor que tiverem os mesmos generos nas pautas fornecidas pela administração da fazenda provincial.

§ 4.º Multas por infracções de leis e regulamentos geraes, provinciaes e municipaes.

§ 5.º Saldo dos annos anteriores.

§ 6.º Prestações e donativos.

§ 7.º Rendimento dos cemiterios.

§ 8.º Idem das companhias de pescadores que se acharem creadas na forma da lei n.º 84 de 4 de outubro de 1858.

§ 9.º Divida activa.

§ 10. Decima dos predios urbanos. Este imposto será arrecadado unicamente pela Camata Municipal da capial conforme dispõe o artigo 6.º da lei n.º 144 de 4 de Agosto de 1865.

CAPITULO III

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 3.º As sommas fixadas na presente lei não poderão jamais ser excedidas pelas Camaras, devendo estas, quando as quantias votadas não forem sufficientes, representar com a devida antecedencia sobre o augmento que se fizer necessario em qualquer das rubricas das despesas.

Art. 4.º A' vista da conta demonstrativa da necessidade do augmento e as das razões apresentadas pelas Camaras o Presidente da provincia o autorisará por sua portaria, fazendo sciente á Assembléa Legislativa Provincial na sua primeira reunião de todos os augmentos que houver autorizado durante o anno.

§ 5.º A diaria dos presos pobres continuará a ser de 400 reis no maximo e no minimo de 200 reis.

Art. 6.º A presente lei regerá no exercicio financeiro 1867-1868, bem como do 1.º de Julho de 1868 ao ultimo de Junho de 1869, se para este exercicio não tiver sido promulgada nova lei do orçamento.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala dos trabalhos da Commissão de Camaras, no Paço da Assembléa Provincial do Amazonas, em 8 de Junho de 1867.—*João José de Freitas Guimarães.*—*João Marcellino Taveira Pdo Brazil.*—*Clementino José Pereira Guimarães.*»

TABELLA-A-

Pela aferição de cada uma medida desde a oitava de quarta até alqueire.....

\$200

Idem de cada uma medida de liquido desde um oitavo de quartilho até

canada.....	§200
Idem de cada uma medida de comprimento—covado, vara, jarda, metro.....	§200
Idem de balança de marco com seos pezos.....	1§600
Idem de dito de meia quarta até uma arroba com os seos pezos.....	2§400
Idem de dito de meia arroba até quintal, idem.....	3§600
Idem de cada medida ou pezo avulso.....	§400

A aferição será feita annualmente até fim de Julho, e sempre que tiver de se fazer uso de balanças, pezos e medidas ainda não aferidas.

Sala dos trabalhos da commissão de Camaras, no Paço da Assembléa Provincial do Amazonas, em 8 de Junho de 1867.—*João José de Freitas Guimarães.*—*João Marcellino Taveira Pão Brazil.*—*Clementino José Pereira Guimarães.*

TABELLA-B— A QUE SE REFERE O § 2.º DO ART 2.º DA PRESENTE LEI.

Alvará de licença para armazens, botequins, escriptorios de agentes de leilão, ditos de commissões e outros, casa de cambios, bilhares, casas de negocios fóra dos povoados, canôas de regatão, ditas para tirar esmolas, pelas irmandades que não tenham compromisso, para armar redes de lançar peixe-boi, foguetarias, theatros, ou outro qualquer divertimento não gratuito..	8§000
Dito por cada carro de conducção...	10§000
Dito de licença a cada joalheiro....	8§000
Idem idem para lojas, tavernas, quitandas, feitorias para fabricação de gomma elastica, açougues e padarias.....	3§000
Idem idem por cada canôa ou outra qualquer embarcação, empregada na conducção de pedras.....	6§000
Idem idem para casas de officinas mecanicas, taboleiros, gamelas, cestos, panellas, e outra qualquer cousa em que se venderem fructas, e outros comestiveis, e por cada feitoria de fabrico de azeite animal, e de salga de peixe.....	2§000
Impostos sobre qualquer casa de negocio fóra do povoado, canôas de regatão e casas em que se venderem fogos artificiaes.....	12§000
Idem sobre açougues, padarias e canôas empregadas na conducção de pedras....	10§000
Idem sobre lojas, tavernas e quitandas	8§000
Idem sobre armazens, botequins, escriptorios de agentes de leilão, di-	

tos de commissões, e outras casas de cambios e bilhares.....	10§000
Idem sobre qualquer espectaculo, que são seja gratuito.....	20§000
Idem para tirar esmolas nas cidades, villas, freguezias e seos districtos para festividades de igrejas, e para irmandades que não tenham compromisso approved.....	20§000
Idem sobre lojas ambulantes de fazendas seccas, molhados ou miudezas.....	10§000
Idem sobre venda de joias de ouro, prata e pedras preciosas (por cada mascate).....	50§000
Idem por cada carro de conducção, ou que se empregar a vender agua..	15§000

Salas dos trabalhos da commissão de Camaras, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, em 8 de Junho de 1867.—*João José de Freitas Guimarães.*—*João Marcellino Taveira Pão Brazil.*—*Clementino José Pereira Guimarães.*

Teve a 1.ª leitura e tomou o n.º 6.

O mesmo Sr. apresenta o seguinte requerimento:

«Requeiro dispensa das leituras e interstícios do projecto da lei do orçamento municipal, para ir a imprimir, e entrar em discussão.

Paço da Assembléa Provincial do Amazonas, 8 de Junho de 1867.—*Freitas Guimarães.*»

E' approved.

Faz-se a distribuição dos projectos ns. 4 e 5. Nada occorrendo na 2.ª parte, o Sr. Presidente levanta a sessão dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, projectos, indicações e pareceres de commissões.

2.ª Parte:—1.ª discussão dos projectos ns. 3, 4 e 5.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 10 DE JUNHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Braule Pinto, Estulano, Agostinho, Innocencio, Gustavo, João Ignacio, Clementino e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Srs. Freitas Guimarães, Façanha Filho, D. Antonio, Soares, Juvencio, Amazonas e Honório.

Abre-se a sessão.
Não ha expediente.

ORDEM DO DIA.

Nada occorrendo na 1.^a parte, passa-se á

SEGUNDA PARTE.

Faz-se a leitura dos projectos ns. 3, 4 e 5.
Entram em 1.^a discussão e são sem debate approvados.

Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Presidente levanta a sessão, marcando para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—O que occorrer.

Para constar selavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 11 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Coutinho, Braule Pinto, Freitas Guimarães, Estulano, Agostinho, Façanha Filho, Innocencio e Clementino; faltando sem causa os Srs. Gustavo, João Ignacio, Pão Brazil, D. Antonio, Michilles, Padre Seixas, Juvencio, Honorio, Soares e Amazonas.

Não havendo numero sufficiente de Srs. deputados, o Sr. Presidente declara não haver sessão, dando para ordem do dia a mesma já anteriormente designada e mais a 2.^a discussão dos projectos ns. 3, 4 e 5.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario

Aos 12 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Gustavo, Pão Brazil, Innocencio e Façanha Filho; faltando com causa os Srs. Estulano, Agostinho, Michilles e Padre Seixas, e sem ella os Srs. Soares, Honorio, Amazonas, Juvencio, João Ignacio, Clementino e D. Antonio.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 13 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Clementino, Innocencio, Braule Pinto, Façanha Filho e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. Michilles, Estulano, Agostinho e Padre Seixas, e sem ella os Srs. D. Antonio, Soares, Amazonas, Honorio, Gustavo, João Ignacio e Juvencio.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 14 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, acham-se presentes os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Gustavo, Pão Brazil, Braule Pinto, João Ignacio, Façanha Filho e Innocencio, faltando com causa os Srs. Estulano, Padre Seixas, Michilles e Agostinho, e sem ella os Srs. Clementino, D. Antonio, Soares, Honorio, Amazonas e Juvencio.

Por falta de numero legal de Srs. deputados o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 15 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, acham-se presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Innocencio, Gustavo, Clementino, Façanha Filho e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. Michilles, Padre Seixas, Estulano e Agostinho, e sem ella os Srs. João Ignacio, D. Antonio, Soares, Honorio, Juvencio e Amazonas.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Gustavo, Clementino,

João Ignacio, Innocencio, Pão Brazil e Façanha Filho; faltando com causa os Srs. Agostinho, Michilles, Estulano e Padre Seixas, e sem ella os Srs. D. Antonio, Amazonas, Honorio, Soares e Juvencio.

Abre-se a sessão e lida a acta da antecedente, é approvada.

O Sr. 1.º Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do Sr. deputado Agostinho Rodrigues de Souza participando que por motivos urgentes retira-se temporariamente para o cidade de Obidos e pede para isso a precisa licença.—Fica sobre a mesa para ser discutido na 1.ª sessão.

Outro do Sr. deputado Estulano Alves Carneiro sciencificando que, por motivos de molestias, segue para o Pará afim de medicar-se.—Sciencie e a archivar-se.

Outro do Secretario do Governo communicando haver S. Exc. sancionado como lei a proposição que ao mesmo Exm. Sr. foi remetida no dia 6 do corrente mez.—Sciencie e a archivar-se.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Braule Pinto pede a palavra para apresentar os seguintes pareceres:

1.º «A Comissão de Fazenda Provincial á vista das razões que expôz Bonifacio José Pereira Campos, escrivão do Estabelecimento dos Educandos Artifices, na petição inclusa, em que pede uma gratificação qualquer por ter servido de professor em diversos periodos, como prova com attestado do Director d'esse Estabelecimento; é de parecer que se autorise a Presidencia á lhe dar uma gratificação razoavel por esse trabalho.

Sala das Commissões, 17 de Junho de 1867.—*José Justiniano Braule Pinto.*—*João José de Freitas Guimarães.*»

2.º «A Comissão de Fazenda Provincial, a quem foi presente a petição junta de Bonifacio José Pereira Campos, escrivão do Estabelecimento dos Educandos Artifices, em que pede pagamento de reis 83\$452, que suppõe ter de menos recebido; para dar seu parecer necessita que o peticionario apresente certidão do officio da Presidencia n.º 105 de 17 de Maio de 1866.

Sala das Commissões, 17 de Junho de 1867.—*José Justiniano Braule Pinto.*—*João José de Freitas Guimarães.*»

3.º «A Comissão de Fazenda Provincial, á vista do documento que juntou á sua petição Jeronymo Emiliano de França, é de parecer que se autorise a Presidencia a lhe mandar

pagar a quantia a que tiver direito pela differença de vencimentos como professor da musica dos educandos artifices.

Sala das Commissões da Assembléa Provincial do Amazonas, 17 de Junho de 1867.—*José Justiniano Braule Pinto.*—*João José de Freitas Guimarães.*»

Todos são lidos e ficam sobre a mesa para entrarem na ordem dos trabalhos.

O Sr. Freitas Guimarães, pedindo a palavra, lê e manda a mesa o seguinte parecer:

«A Comissão de Fazenda Provincial, á quem foram presentes as petições de Henrique Barbosa de Amorim e Ignacio do Rego Barros Pessoa, professores do Lycéu desta cidade, é de parecer que se autorise a Presidencia da provincia a mandar pagar aos supplicantes os vencimentos a que tiverem direito.

Sala das Commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 17 de Junho de 1867.—*João José de Freitas Guimarães.*—*José Justiniano Braule Pinto.*»

É lido e tem o mesmo destino.

O Sr. Gustavo pede a palavra para apresentar a redacção do projecto n.º 1, que é como se segue:

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

«Art. Unico. O Presidente da provincia fica autorisado desde já, a conceder seis mezes de licença com ordenado, unicamente, aos empregados provinciaes, José de Britto Inglez e Francisco Antonio de Carvalho, para tratarem de sua saude onde lhes convier; revogam-se quaesquer disposições em contrario.

Sala das Commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 17 de Junho de 1867.—*Gustavo Adolpho Ramos Ferreira.*—*Agostinho Rodrigues de Souza.*—*José Justiniano Braule Pinto.*»

É lida e fica sobre a mesa para entrar opportunamente em discussão.

O Sr. Clementino apresentou tambem o seguinte parecer:

«A Comissão de Estatistica a quem foi presente, com o officio do Secretario do Governo, uma representação da camara de Telfé acerca do conflicto que se deu com a mesma camara e o subdelegado do districto das Barreiras de Codajaz por causa do acto da Presidencia de 7 de Junho de 1866, que alterou os limites policiaes da dita povoação, e a proposito da nomeação de um commandante de praia, examinou com attenção o negocio sujeito ao seu juizo e a conveniencia ou não da promulgação de um acto desta Assembléa harmonisando os limites civis do districto desta capital e da freguezia de Alvellos da comarca do Solimões com a alteração fei-

ta pelo dito acto da Presidencia em relação aos referidos limites policiaes.

Em primeiro lugar dirá a commissão que, accitando os limites civis e policiaes taes como se acham estabelecidos para a povoação de Codajaz e Alvellos, não havia fundamento algum para o conflicto que se deu, entre a camara de Tefé e o subdelegado das Barreiras.

Na parte civil estava livre e muito no seu direito a camara de Tefé nomear seus agentes fiscaes em localidades que estivessem dentro da esphera de sua jurisdicção embora taes localidades pertencessem policialmente a outro districto como talvez as conveniencias do serviço publico o exigissem.

Nada tinham que entender com taes nomeações e fiscalização as autoridades policiaes de semelhantes districtos, e o subdelegado de Codajaz fazendo-o attentou contra uma attribuição legitima da camara de Tefé a pretexto de cortar abusos como se vê da sua informação annexa á representação e em que, confundindo districtos policiaes com districtos civis, firma a indebita intervenção, na requisição que lhe diz fizera o fiscal da camara da capital, que não só não a podia fazer por não pertencer civilmente a ella os lugares do conflicto, como porque não tinha competencia para lhe fazer taes requisições e sim a mesma camara quando tivessem cabimento.

Em referencia ao assumpto principal para que foi provocada a intervenção desta Assembléa na questão de que se trata dirá a commissão que os limites civis da provincia, em geral foram ainda em 29 de Julho e 25 de Agosto de 1865 sob as leis n.ºs 132 e 151 regulados novamente.

A nova divisão attendeu tanto quanto era conveniente a boa arrumação dos districtos e o interesse dos seus habitantes, pois foi decretada depois de acurado exame, mediante circunstanciadas informações das camaras municipaes e de todas as autoridades dos municipios da provincia.

Pelo primeiro d'aquelles actos foi declarado limite civil da freguezia desta capital com a de Alvellos da comarca do Solimões, o lago —Mihua—que é o centro entre as duas freguezias e o mais notavel e natural ponto de extrema conhecido.

Nenhuma razão de conveniencia publica ha que aconselhe a alteração deste limite, pelo contrario deve ser mantido como o melhor, e pois, é a commissão de parecer que nem uma innovação se faça nas leis n.ºs 132 e 151 de 29 de Julho e 25 de Agosto de 1865 que em ultimo lugar fixaram os limites geraes e civis da provincia e a cujas leis ficaram subordinadas a de n.º 92 de 6 de Novembro de 1858 e a deliberação da Presidencia

de 25 de Outubro de 1859 a que se refere o Dr. Chefe de Policia em sua informação.

Sala das Commissões da Assembléa Provincial do Amazonas, 17 de Junho de 1867. *Clementino José Pereira Guimarães.*—*João Ignacio Rodrigues do Carmo.*»

É lido, e, a requerimento do Sr. Freitas Guimarães, vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

SEGUNDA PARTE.

Entra 2.ª discussão do projecto n.º 3 da lei do orçamento provincial para o exercicio de 1867-1868.

São lidas as seguintes emendas:

«O § 3.º do art. 1.º—substitua-se pelo seguinte:—Expediente e publicação dos trabalhos 1:000\$000 reis—*Pereira Guimarães.*»

«Ao § 17. Depois da palavra—e indigentes—diga-se:—que forem recolhidos a enfermaria por ordem da Presidencia.—*Pereira Guimarães.*»

«Subemenda.—Ao mesmo §.—Antes da palavra indigentes—leia-se—somente—o mais como está na emenda.—*Ramos Ferreira.*»

«Ao 21.—Depois das palavras—auxilio a camara municipal da capital— diga-se:—para a continuação do calçamento da rua Brasileira, e supprima-se o resto.—*Pereira Guimarães.*»

«Ao mesmo §.—Accrescente-se tambem:—Matriz da villa de Silves 400\$000 reis.—*Luiz Coutinho.*»

«Ao § 30.—Em vez de—Obras do estabelecimento—diga-se:—reparos de casas de estabelecimentos 1:000\$000 reis, supprima-se o mais.—*Pereira Guimarães.*»

Depois de fallarem sobre a materia os Srs. Pereira Guimarães, Braule Pinto, Freitas Guimarães, Façanha Filho e Ramos Ferreira, é approvedo o art. 1.º e seus §§, conjunctamente com as emendas exceptuando a ultima do Sr. Pereira Guimarães que foi regeitada.

Achando-se a hora adiantada, o Sr. Presidente levanta a sessão, marcando para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.ª Parte:—Discussão da licença do deputado Agostinho Rodrigues de Souza.—Discussão dos 4 pareceres da Commissão de Fazenda.—Discussão da redacção do projecto n.º 1.—Continuação da 2.ª discussão do projecto n.º 3.—2.ª discussão dos de ns. 4 e 5.

Para constar se lavrou esta acta. —*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

Aos 18 dias do mez de Junho de 1867, às horas do costume, acham-se presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Clementino, Pão Brazil e Innocencio; faltando com causa os Srs. Agostinho, Michilles, Estulano, Padre Seixas, Gustavo e Braule Pinto, e sem ella os Srs. João Ignacio, Façanha Filho, D. Antonio, Soares, Honório, Amazonas e Juvencio.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Paraconstar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 19 DE JUNHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Gustavo, João Ignacio, Pão Brazil, Clementino, Innocencio e Façanha Filho; faltando com causa os Srs. Michilles, Agostinho, Estulano e Padre Seixas, e sem ella os Srs. D. Antonio, Soares, Honório, Amazonas e Juvencio.

Abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente foi approvada.

Não ha expediente.

ORDEN DO DIA.

Nada occorrendo na 1.ª parte, passa-se á

SEGUNDA PARTE.

Entra em discussão a redacção do projecto n.º 1.

E' approvado e fica sobre a mesa para ter o conveniente destino.

Entra tambem em 2.ª discussão o projecto n.º 4.

O Sr. Gustavo, tendo pedido a palavra, e querendo fallar a respeito, exigio o contracto celebrado para construcção da obra, e como elle não apparecesse apresentou o seguinte requerimento:

«Requeiro adiamento do projecto em discussão por 24 horas, afim de que seja apresentada a copia do contracto a que se refere.—*Gustavo*»

Posto a votos, foi approvado.

Entra igualmente em 2.ª discussão o projecto n.º 5.

Ao art. 1.º o Sr. Freitas Guimarães manda a seguinte emenda:

«Depois da palavra curso, diga-se engenha-

ria civil, que comprehenda construcção. etc., ao estudante Joaquim José Paes da Silva Sarmiento. Elimine-se o resto do artigo.—*Freitas Guimarães.*»

Posto a votos, é approvado.

O art. 2.º soffreu a seguinte emenda apresentada pelo Sr. Braule Pinto:

«Supprimam-se as palavras—a cada um dos estudantes—o mais como está.—*Braule Pinto.*»

Com a approvação d'esta emenda ficou prejudicada a seguinte, apresentada pelo Sr. Freitas Guimarães:

«Em logar a cada um dos estudantes diga-se—ao estudante Joaquim José Paes da Silva Sarmiento—o mais como está.»

O Sr. Braule Pinto manda á mesa o seguinte substitutivo ao art. 3.º:

«Pelas quantias que fôr percebendo prestará o dito estudante fiança idonea, que responda aos cofres provinciaes por ella, se não atingir o fim a que se propõe.—*Braule Pinto.*»

E' approvado

O mesmo Sr. apresenta o substitutivo que se segue ao art. 4.º:

«O dito estudante, depois de concluir os seus estudos, será obrigado a servir na provincia por espaço de seis annos, ou a indemnizar os seus fiadores, os cofres provinciaes do dispendido.—*Braule Pinto.*»

O art. 6.º é approvado como está.

O projecto, com todas as emendas approvadas, fica sobre a mesa para entrar opportunamente em 3.ª discussão.

Lê-se o autographo do projecto n.º 1, que é remettido á sancção.

Entra em discussão o parecer da Comissão de Fazenda relativamente á pretensão de Henrique Barbosa de Amorim e Ignacio do Rego Barros Pessôa.

E' approvado com a seguinte emenda:

«Depois das palavras—a pagar aos supplicantes—diga-se—a differença de vencimentos que reclamam, incluindo-se uma tal disposição na lei do orçamento provincial.—*Clementino.*»

O parecer com a emenda é remettido á respectiva commissão para ter aquelle destino.

Entra tambem em discussão o parecer da mesma commissão sobre a pretensão de Jeronymo Emiliano de França.

E' approvado e tem o mesmo destino.

Tambem se approva e tem igual destino um outro parecer da referida commissão ácerca da gratificação pedida por Bonifacio José Pereira Campos.

E' approvado igualmente outro parecer da dita commissão relativo á quantia de 83\$452 réis pedida pelo dito Campos.

Entra em discussão o requerimento do Sr. deputado Agostinho.

Concede-se a licença pedida.

Continúa a 2.^a discussão do orçamento provincial.

O Sr. Façanha Filho manda á mesa a seguinte emenda:

«Ao § 1.^o do art. 2.^o—Diga-se 12 0/0 sobre a borracha—o mais como está.»

Entrando em discussão fallam sobre ella os Srs. Façanha Filho, Freitas Guimarães e Gustavo, sendo finalmente approvada.

Como comparecessem sómente 11 membros e se retirasse em seguida o Sr. Páo Brazil, o Sr. Presidente levanta a sessão depois de marcar para ordem do dia o seguinte:

1.^a Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—2.^a discussão do projecto n.^o 4; 3.^a do de n.^o 5; e continuação da 2.^a discussão do orçamento provincial.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 21 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, acham-se presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, João Ignacio, Páo Brazil e Façanha Filho; faltando com causa os Srs. Michilles, Estulano, Agostinho, Padre Seixas, Clementino e Innocencio, e sem ella os Srs. Gustavo, D. Antonio, Amazonas, Honorio, Soares e Juvencio.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal, e dá para ordem do dia seguinte a mesma designada para hoje.

Faz-se a distribuição do parecer da commissão de estatística e do projecto da lei do orçamento municipal.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 22 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, acham-se presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Innocencio, Gustavo, Clementino, Façanha Filho e Páo Brazil.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal, depois de marcar para ordem do dia 25 a mesma já designada para hoje, e mais a discussão do parecer da commissão de estatística e 1.^a discussão do orçamento municipal.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 25 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, acham-se presentes os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Gustavo, Páo Brazil, Braule Pinto, Façanha Filho, Innocencio e Clementino.

Por falta de numero legal de Srs. deputados o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 26 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Braule Pinto, João Ignacio, Freitas Guimarães, Façanha Filho, Páo Brazil e Innocencio.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.^o Secretario.—*João Ignacio Rodrigues do Carmo*, servindo de 2.^o Secretario.

Aos 27 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Coutinho, Gustavo, Innocencio, Façanha Filho, Páo Brazil e Braule Pinto.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 28 dias do mez de Junho de 1867, ás horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo Coelho, Coutinho, Braule Pinto, Innocencio, Gustavo, Clementino, Façanha Filho e Páo Brazil.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, servindo de 1.^o Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 2.^o Secretario.

Ao 1.^o dia do mez de Julho de 1867, ás horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule

Pinto, João Ignacio, Clementino, Innocencio, Façanha Filho e Páo Brazil.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 2 DE JULHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Clementino, Innocencio, Braule Pinto, Façanha Filho, Páo Brazil, João Ignacio e Gustavo; faltando com causa os Srs. Agostinho, Estulano, Padre Seixas e Michilles, e sem ella os Srs. Amazonas, Juvencio, Honório, D. Antonio e Soares.

Lê-se e approva-se a acta da sessão de 19 do mez findo.

O Sr. 1.º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do Secretario interino do Governo, remettendo, por ordem da Presidencia, os balanços da receita e depeza das camaras municipaes de Villa Bella, Silves e Serpa.—Á Commissão de Camaras.

Outro do mesmo, communicando, haver S. Exc. sancionado como lei a proposição enviada pela mesa desta Assembléa no dia 29 do mez proximo passado.—Sciente, a archivar-se.

Outro do mesmo enviando, por ordem da Presidencia, as copias dos officios, nos quaes a camara municipal desta capital solicita autorisação para vender o proprio municipal que se acha na proximidade do cemiterio publico, e bem assim a do officio em que communica a votação de 2:000\$000 reis para a construcção de uma barraca que sirva de ribeira de comestiveis.—A' Commissão de Camaras.

Outro do mesmo, remettendo, por ordem do mesmo Exm. Sr., a copia do contracto celebrado entre a Presidencia e o mestre de musica do Estabelecimento dos Educandos Artifices.—A' quem fez a requisição.

Outro do mesmo, communinando, por ordem da Presidencia, ficarem expedidas as convenientes ordens para o pagamento da folha do subsidio dos deputados, e bem assim o da gratificação do servente da Secretaria da Assembléa.—Sciente, a archivar.

Uma petição de Raymundo José Ferreira de

Alcantara em que pede uma subvenção afim de poder mandar educar uma de suas filhas em um dos collegios estabelecidos na capital da cidade do Pará.—A' Commissão de Instrucção Publica.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Innocencio pede a palavra para apresentar o parecer da Commissão de Agricultura, Commercio e Artes—que é como se segue:

«A Commissão de Agricultura, Commercio e Artes, a quem foi presente a proposta de Luiz I. Gerard, datada de 27 de Abril deste anno, na qual declarando o proponente que, o Governo Imperial, ha oito mezes esforça-se para introduzir a emigração americana, pagando excessivamente a agentes, sem tirar resultado satisfactorio, propõe o meio que julga ser o unico que poderá ter bom exito:

E então depois de algumas ponderações, pede que além dos offerecimentos feitos pelo Governo Central, a provincia dê um auxilio pecuniario emprestando quantia sem premio, por espaço de dois annos e sufficiente para ser distribuida á cada familia proporcionalmente ao numero de seus membros etc.

Esta commissão tendo apreciado devidamente a supradita proposta de Luiz I. Gerard, e seus bons desejos de ser util a seus compatriotas e a este Paiz, sente profundamente que as rendas e recursos desta nascente provincia não permittam a concessão do auxilio pedido, para a realisação de uma empreza, cuja importancia está fóra de toda e qualquer duvida.

Em taes circumstancias, esta commissão reconhecendo que o assumpto de que se trata encaminha-se pelo menos a facilitar a resolução de um tão grande problema social do qual depende incontestavelmente o futuro engrandecimento desta importante provincia, convencida firmemente que ella tem de produzir notaveis beneficios, promovendo o melhoramento tão em harmonia com as aspirações mais ingentes destas opulentas e abençoadas regiões; é de parecer que seja submettida á consideração do Governo Imperial a proposta acima citada.

Manãos 23 de Junho de 1867.—*João Marcellino Taveira Pdo Brazil*.—*Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo*.—*João Ignacio Rodrigues do Carmo*.»

A requerimento do Sr. Façanha Filho, vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

SEGUNDA PARTE.

O Sr. Façanha Filho, pedindo a palavra, apresenta o seguinte requerimento:

«Requeiro que se discuta com preferencia o projecto de lei do orçamento provincial, e que sejam dispensados os interstícios para que entre em 3.^a discussão na sessão seguinte.»

É approvedo; entrando em seguida em 2.^a discussão o referido orçamento.

São apresentadas as seguintes emendas ao titulo II:

«Ao § 6.^o—Depois da palavra bilhares—augmente-se:—outro qualquer jogo licito.—*Pereira Guimarães.*»

«Ao § 10.—Em vez de 100\$000 reis—diga-se:—200\$000 reis.—*Façaanha Filho.*»

«Ao § 17.—Diga-se 4 0/0 de insinuação e doação, quando a coisa doada exceder a taxa legal de 360\$000 reis.—*Façaanha Filho.*»

«Ao § 18.—Diga-se 6 0/0 na compra e venda de escravos.—*Façaanha Filho.*»

«Elimine-se o § 23.—*Façaanha Filho.*»

Sendo todas approvedas, excepto a 1.^a do Sr. Façaanha Filho que foi regeitada.

Tambem se apresentaram os seguintes additivos ás disposições geraes do mesmo orçamento:

«Continua em vigor a autorisação dada pelo § 2.^o do art. 4.^o da lei n.^o 167 ao Presidente da provincia para reformar a Administração da Fazenda Provincial, adoptando-a ás necessidades que sobrevierem com a abertura do Amazonas.—*Pereira Guimarães.*»

«No art. 5.^o—em lugar de que está—leia-se:—como se acha no § 2.^o do art. 4.^o da lei n.^o 167 de 24 de Outubro do anno proximo passado.—*Ramos Ferreira.*»

«Supprima-se o art. 6.^o—*Pereira Guimarães.*»

«Elimine-se o art. 9.^o do titulo III—das disposições geraes do projecto de lei do orçamento provincial.—*Pereira Guimarães.*»

«Art. —O Presidente da provincia fica autorisado a mandar pagar a Henrique Barbosa de Amorim, professor de grammatica da lingua nacional e arithmetica, e a Ignacio do Rego Barros Pessôa, professor de geographia e historia: ao primeiro a differença de vencimentos entre a quantia de 500\$000 reis annuaes que lhe tem sido paga pela Fazenda Provincial, desde 31 de Março de 1866 até 30 de Abril proximo findo, e a de reis 800\$000, estabelecida pela lei n.^o 134 de 1.^o de Agosto de 1865. E ao segundo a differença de vencimentos de 600\$000 reis e de 500\$000 reis que se tem pago pela referida repartição de Fazenda, para os vencimentos marcados pela lei de 24 de Outubro de 1866, que foram elevados á quantia de 1:000\$000 reis, cuja differença é de reis 430\$805.—*Freitas Guimarães.*»

«Art.—O Presidente da provincia fica autorisado a mandar dar a quantia de 50\$000

reis, como gratificação ao empregado da repartição da Fazenda Provincial que confeccionou os trabalhos concernentes á Receita e Despesa do ultimo exercicio financeiro.—*Luiz Coutinho.*»

«Art. 1.^o Os emolumentos da Secretaria do Governo, que em virtude do art. 4.^o § 3.^o da lei n.^o 40 de 7 de Setembro de 1854, passaram a fazer parte da renda provincial, ficam desde já pertencendo, como dantes, á mesma Secretaria, revogado o artigo referido da citada lei.—*Luiz Coutinho.*»

Todos foram approvedos, excepto a emenda do Sr. Ramos Ferreira por ficar prejudicada, e o ultimo art. additivo apresentado pelo Sr. Luiz Coutinho.

Depois de fallarem sobre a materia os Srs. Pereira Guimarães, Freitas Guimarães, Façaanha Filho, Braule Pinto e Ramos Ferreira, é o projecto approvedo.

E achando-se adiantada a hora, o Sr. Presidente levanta a sessão, dando para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte:—Indicações, requerimentos, projectos e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—2.^a discussão do projecto n.^o 4, 3.^a da de n.^o 5, 1.^a da do projecto da lei do orçamento municipal, discussão do parecer da Comissão de Estatistica e 3.^a discussão do orçamento provincial.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 3 DE JULHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Gustavo, João Ignacio, Páo Brazil, Clementino, Innocencio e Façaanha Filho; faltando com causa os Srs. Michilles, Agostinho, Estulano e Padre Seixas, e sem ella os Srs. D. Antonio, Soares, Honorio, Amazonas e Juvencio.

Abre-se a sessão.

Não ha expediente.

ORDEM DO DIA.

Nada occorrendo na 1.^a parte, passa-se á

SEGUNDA PARTE.

Entra em 2.^a discussão o projecto n.^o 4.

E' approvedo, depois de fallarem os Srs. Innocencio, Façaanha Filho e Gustavo, apresen-

tando este ultimo a seguinte emenda, que foi regeitada:

«Ao art. unico do projecto n.º 4. Em lugar das palavras—Fica prorogado por mais seis mezes—diga-se—Fica autorisada a Presidencia da provincia a prorogar pelo tempo que julgar conveniente—o mais como está.»

Entra em 1.ª discussão o projecto n.º 6, que é sem debate aprovado.

Entra em discussão o parecer da Commissão de Estatistica.

Posto a votos, é regeitado, depois de fallar o Sr. Clementino.

O Sr. Freitas Guimarães apresenta como emenda substitutiva do referido parecer o seguinte projecto.

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

Art. 1.º O districto de Codajaz limita-se com a freguezia de Coary pela margem esquerda do Solimões, desde o furo do lago do Trocary até a sua foz, que ficam pertencendo a Codajaz; e pela margem direita a extrema será o lago Camará, entre os dois districtos.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Provincial do Amazonas, em Manáos, 3 de Julho de 1867.—*Freitas Guimarães.*»

E' approvedo, e sendo considerado objecto de deliberação, ficou sobre a mesa para entrar opportunamente em discussão.

Entra, finalmente, em 3.ª discussão o projecto de lei do orçamento provincial.

E' approvedo com as seguintes emendas:

«Ao § 28. Quando tratar do professor de musica dos Educandos, em lugar de gratificação diga-se—ordenado.—*Gustavo.*»

«Ao § 35. Gratificação ao carcereiro da cadeia da capital 240\$000 réis.—*Braule Pinto.*»

«Aos §§. Com o principio da edificação de uma casa de mercado 10:000\$000 réis.

Com a aquisição ou principio da edificação de uma casa para Paço da Assembléa réis 15:000\$000.—*Clementino.*»

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 5.

N'essa occasião retirando-se o Sr. Pão Brazil, não pôde continuar a sessão por falta de numero legal, pelo que o Sr. Presidente a levanta, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.ª Parte:—3.ª leitura do projecto n.º 7; 3.ª discussão do projecto n.º 5 e 2.ª do da lei do orçamento municipal.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

Aos 4 dias do mez de Julho de 1867, ás horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Coutinho, Braule Pinto, Freitas Guimarães, Façanha Filho, Gustavo, Pão Brazil, Clementino e Innocencio.

Não havendo numero sufficiente de Srs. deputados, o Sr. Presidente declara não haver sessão, dando para ordem do dia a mesma já anteriormente designada.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 5 DE JULHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Gustavo, Clementino, João Ignacio, Innocencio, Pão Brazil e Façanha Filho; faltando com causa os Srs. Agostinho, Michilles, Estulano e Padre Seixas, e sem ella os Srs. D. Antonio, Amazonas, Honorio, Soares e Juvenio.

Abre-se a sessão, e lidas as actas das sessões dos dias 2 e 3, são approvadas.

Não ha expediente.

ORDEM DO DIA.

Nada occorrendo na 1.ª parte, passa-se á

SEGUNDA PARTE.

Faz-se a 3.ª leitura do projecto n.º 7, e vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 4, e é sem debate approvedo, sendo remettido á Commissão de Redacção.

Entra em 2.ª discussão o projecto de lei do orçamento municipal, e é lida a seguinte emenda do Sr. Coutinho:

«Ao § 7.º Limpeza de ruas e praças.»

E' approvada, depois de fallarem os Srs. Gustavo e Coutinho.

O mesmo Sr. apresenta o seguinte artigo additivo ao mesmo projecto:

«Art. A Camara Municipal fica autorisada a estabelecer, desde já, um curro publico n'esta capital, escolhendo o lugar mais apropriado para esse fim, e procedendo, na fôrma da lei, ás desapropriações que forem necessarias.—*Coutinho.*»

Retirando-se em seguida o Sr. Pão Brazil, o Sr. Presidente levanta a sessão por não haver numero legal, não só para votar esse artigo

additivo, como também para concluir a discussão do projecto da lei do orçamento municipal que ficou approvado até ao art. 6.º inclusive das disposições geraes.

A ordem do dia seguinte é:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.ª Parte:—Continuação da 2.ª discussão do projecto da lei do orçamento municipal; 3.ª discussão do projecto n.º 5; e o mais que occorrer.

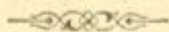
Para constar selavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.



Aos 6 dias do mez de Julho de 1867, às horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Clementino, Pão Brazil, Innocencio e Façanha Filho.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.



Aos 8 dias do mez de Junho de 1867, às horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Pão Brazil, Innocencio e Façanha Filho.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 9 DE JULHO DE 1867.

Présidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Clementino, Braule Pinto, Agostinho, Padre Seixas, Façanha Filho, João Ignacio, Innocencio e Pão Brazil; faltando com causa os Srs. Michiles e Estulano, e sem ella os Srs. D. Antonio, Honorio, Soares, Amazonas e Gustavo.

Abre-se a sessão, e lida a acta da do dia 5 foi approvada.

Não ha expediente.

Achando-se na sala immediata o Sr. Juvenio, o Sr. Presidente nomêa os Srs. Agos-

tinho de Souza, Eustaquio de Araujo e João Ignacio para recebel-o; o qual sendo introduzido, presta juramento e toma assento.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Braule Pinto, pedindo a palavra, apresenta as redacções dos projectos n.ºs 3 e 4.

Ficam sobre a mesa para entrarem opportunamente em discussão.

O Sr. Freitas Guimarães apresenta também o seguinte projecto, que toma o n.º 8.

«Estando a calçar-se a rua Brazileira, e sendo necessaria a construcção de uma rampa, em seguimento á travessa da Imperatriz, para dar facil transitio; apresento á consideração da casa o seguinte projecto:

Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorisado a despendar a quantia necessaria com a construcção de uma rampa no largo da Imperatriz, em seguimento á travessa do mesmo nome.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario

Paço da Assembléa Provincial do Amazonas, 9 de Julho de 1867.—*Freitas Guimarães.*»

Fica sobre a mesa para seguir as tramites estabelecidos.

SEGUNDA PARTE.

Continua a 2.ª discussão do orçamento municipal.

É submettido á votação o art. additivo apresentado na sessão passada pelo Sr. Luiz Coutinho.

É approvado.

É apresentado o seguinte art. additivo:

«Art. As camaras municipaes da provincia que não tiverem os padrões e punções necessarios para a aferição de balanças, pesos e medidas do commercio de seus municipios, providenciarão dentro do prazo de 6 mezes, a contar da publicação da presente lei, á aquisição desses padrões, representando ao presidente da provincia incontinentemte sobre essa necessidade e pedindo autorisação para tal despeza. O presidente das respectivas camaras que não cumprirem com esta disposição no prazo determinado, serão processados pela falta de cumprimento de deveres.

Paço da Assembléa Provincial do Amazonas, 9 de Julho de 1867.—*Luiz Coutinho.*»

É approvado, assim como as tabellas annexas á referida lei.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 5.

O Sr. Coutinho apresenta duas emendas seguintes:

«Igual favor ao estudante Caetano Luiz Sympson.—*Luiz Coutinho.*»

«A mesma concessão ao estudante Felismino Rodrigues Coimbra para estudar pedagogia.—*Luiz Coutinho.*»

O Sr. Agostinho envia à mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que se eleja uma comissão especial para refundir o presente projecto, attendendo às emendas apresentadas.—*Rodrigues de Souza.*»

É aprovado.

Em seguida procede-se a votação da comissão; correndo o escrutínio e recolhidas 11 cédulas, obtem maioria os Srs. Agostinho de Souza, Façanha Filho e Padre Seixas, ficando deste modo composta a dita comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, depois de ter marcado a seguinte ordem do dia:

1.^a Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de comissões.

2.^a Parte.—2.^a leitura do projecto n.^o 8; 3.^a discussão do projecto n.^o 6; discussão da redacção dos projectos n.^{os} 3 e 4.

Para constar lavrou-se esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 10 dias do mez de Julho de 1867, às horas do costume, acham-se presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Agostinho, Innocencio, Juvencio e Façanha Filho; faltando com causa os Srs. Michilles e Braule Pinto, e sem ella os Srs. D. Antonio, Honório, Gustavo, Pão Brazil, Padre Seixas, Clementino, Freitas Guimarães, João Ignacio, Amazonas, Estulano e Soares.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 11 dias do mez de Julho de 1867, às horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Braule Pinto, Agostinho, Façanha Filho e Juvencio.

Não havendo numero legal dos Srs. deputados, o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 2.^o Secretario.

Aos 12 dias do mez de Julho de 1867, às

horas do costume, acham-se presentes os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Braule Pinto, Juvencio, Clementino, Agostinho e Innocencio; faltando com causa os Srs. Michilles e Estulano, e sem ella os Srs. Freitas Guimarães, Amazonas, João Ignacio, Honório, Gustavo, Soares, D. Antonio, Pão Brazil, Padre Seixas e Façanha Filho.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 13 dias do mez de Julho de 1867, às horas do costume, acham-se presentes os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Juvencio, Agostinho, Clementino, Innocencio e Padre Seixas; faltando com causa os Srs. Michilles e Estulano, e sem ella os Srs. Amazonas, João Ignacio, Honório, Gustavo, D. Antonio, Pão Brazil, Façanha Filho e Soares.

Não havendo numero sufficiente de Srs. deputados, o Sr. Presidente declara não haver sessão, dando para ordem do dia a mesma já anteriormente designada.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 15 DE JULHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

Às horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Clementino, Innocencio, Braule Pinto, Façanha Filho, Pão Brazil, João Ignacio, Gustavo, Agostinho, Padre Seixas e Juvencio; faltando com causa os Srs. Estulano e Michilles, e sem ella os Srs. Amazonas, Honório, D. Antonio e Soares.

Abre-se a sessão.

Lê-se e approva-se a acta da sessão de 9 do corrente.

O Sr. 1.^o Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do Secretario do Governo comunicando haver S. Exc.^a prorogado a Assembléa Provincial por mais cinco dias.—Sciencie, a archivar-se.

Nada occorrendo na 1.^a parte, passa-se á

SEGUNDA PARTE.

Entra em discussão a redacção do projecto

n.º 4; é sem debate approvada, e vai á sancção.

Entra tambem em discussão a do projecto n.º 3, é igualmente approvada e tem o mesmo destino.

Tem 2.ª leitura o projecto n.º 8; é julgado objecto de deliberação.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 6.

Fallam sobre elle os Srs. Façanha Filho e Coutinho, apresentando o primeiro a seguinte emenda:

«Elimine-se o artigo additivo relativo ao estabelecimento de um curro publico n'esta capital.»

E' regeitado depois de fallar o Sr. Coutinho.

O Sr. Miranda Leão apresenta tambem a emenda que se segue:

«Ao § 1.º do art. Em vez de um amanuense 800\$000 réis—diga-se—dois amanuenses 1:600\$000 réis.»

E' approvada.

Finalmente, é approvado o projecto, sendo remettido á Commissão de Redacção.

Não havendo mais nada a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia o seguinte:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.ª Parte:—3.ª leitura do projecto n.º 8; 1.ª discussão do projecto n.º 7; e discussão do parecer da Commissão de Agricultura.

Para constar se lavrou esta acta.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

SESSÃO DE 16 DE JULHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Agostinho, Clementino, Braule Pinto, Juvencio, Padre Seixas, Innocencio e João Ignacio; faltando com causa os Srs. Michilles e Estulano, e sem ella os Srs. Façanha Filho, Páo Brazil, Gustavo, D. Antonio, Honorio, Soares e Amazonas.

Abre-se a sessão.

Lê-se e approva-se a acta da antecedente. Não ha expediente.

ORDEM DO DIA.

PRIMEIRA PARTE.

O Sr. Braule Pinto pede a palavra para apresentar a redacção do projecto n.º 6.

Fica sobre a mesa para entrar opportunamente em discussão.

O Sr. Padre Seixas, pedindo a palavra, re-

quer que se lhe marque dia e hora para lêr o parecer da commissão especial, de que é relator.

Nesta occasião o Sr. Freitas Guimarães manda á mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro urgência para ser lido hoje o parecer da commissão, cujo relator acaba de pedir dia e hora para cumprir essa formalidade.»

É approvado; tendo lugar em seguida a leitura do dito parecer, que é como se segue:

«A Commissão especial nomeada para refundir o projecto n.º 5 em virtude do requerimento approvado pela casa substituiu o dito nos seguintes termos:

A Assembléa Legislativa Provincial decreta:

Art. 1.º O Presidente da provincia fica autorizado a mandar á Europa estudar o curso de engenharia civil que comprehenda construcção naval os estudantes Joaquim José Paes da Silva Sarmento e Caetano Luiz Symphon.

Art. 2.º Para occorrer as despesas com este ensino se abonará aos ditos estudantes uma subvenção de 1:200\$000 réis por anno, em prestações trimestraes.

Art. 3.º Pelas quantias que forem percebendo, prestarão os ditos estudantes fiança idonea que responda por ellas os cofres provinciaes, se não attingirem o fim á que se propõem.

Art. 4.º Fica extensivo o mesmo favor da lei ao estudante da Felismino Rodrigues Coimbra para estudar o curso de Pedagogia, observando-se a seo respeito a disposição do artigo precedente.

Art. 5.º Os ditos estudantes, depois de concluidos os seus estudos, serão obrigados a servirem na provincia pelo espaço de 6 annos, ou a indempisarem os seus fiadores os cofres provinciaes das quantias que houverem despendido.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala das commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 15 de Julho de 1867.—*Manuel Justiniano de Seixas*.—*Agostinho Rodrigues de Souza*.»

Fica sobre a mesa para ter só uma discussão, conforme decidio a casa.

SEGUNDA PARTE.

Tem a 3.ª leitura o projecto n.º 8.

Vai á imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Retirando-se alguns Srs. deputados, o Sr. Presidente levanta a sessão por não poder continuar por falta de numero.

A ordem do dia seguinte é:

1.ª Parte:—Requerimentos, indicações, projectos e pareceres de commissões.

2.^a Parte:—Discussão do parecer da comissão de redacção do orçamento municipal; discussão do parecer da comissão de Agricultura; 3.^a discussão do projecto n.º 5 e 1.^a do de n.º 7.

Para constar se lavrou esta acta. —*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. —*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario. —*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

Aos 17 dias do mez de Julho de 1867, às horas do costume, feita a chamada, acham-se presentes os Srs. Leovigildo, Miranda Leão, Coutinho, Braule Pinto, Juvencio, Agostinho, João Ignacio, Innocencio, Padre Seixas e Façanha Filho; faltando com causa os Srs. Michilles e Estulano, e sem ella os Srs. D. Antonio, Soares, Freitas Guimarães, Honorio, Amazonas, Clementino, Pão Brazil e Gustavo.

Por falta de numero legal de Srs. deputados o Sr. Presidente declarou não haver sessão.

Para constar lavrou-se este termo. —*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. —*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario. —*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario

Aos 18 dias do mez de Julho de 1867, às horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Juvencio, Innocencio, Padre Seixas, Clementino e Agostinho; faltando com causa os Srs. Michilles e Estulano, e sem ella os Srs. Braule Pinto, Pão Brazil, Gustavo, D. Antonio, Honorio, Soares, Amazonas, Façanha Filho e João Ignacio.

O Sr. Presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar lavrou-se este termo. —*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente. —*José Coelho de Miranda Leão*, 1.^o Secretario. —*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.^o Secretario.

SESSÃO DE 19 DE JULHO DE 1867.

Presidencia do Sr. Leovigildo Coelho.

A's horas do costume, feita a chamada, responderam a ella os Srs. deputados Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Freitas Guimarães, Braule Pinto, Clementino, Agostinho, João Ignacio, Innocencio, Padre Seixas e Juvencio; faltando com causa os Srs. Michilles e Estulano, e sem ella os Srs. Pão Brazil, Façanha Filho, Gustavo, D. Antonio, Honorio, Amazonas e Soares.

Abre-se a sessão, e lida e posta a votos a acta da sessão antecedente, foi approvada.

O Sr. 1.^o Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE:

Um officio do Secretario interino do Governo, communicando haver S. Exc. sancionado com lei a proposição desta Assembléa prorogando por mais 6 mezes o prazo marcado no contracto celebrado com João Francisco Fernandes.—Sciente, a archivar-se.

ORDEM DO DIA.

Nada occorrendo na 1.^a parte, passa-se á

SEGUNDA PARTE

Entra a discussão da redacção do projecto de lei do orçamento municipal.

É sem debate approvedo.

Entra igualmente a discussão do parecer da Comissão de Agricultura, Commercio e Artes.

O Sr. Agostinho de Souza, pedindo a palavra, fundamenta e manda á mesa o seguinte projecto:

«Sendo a colonisação, quer estrangeira, quer nacional, o problema que mais convém resolver para o desenvolvimento das forças naturaes do valle do Amazonas, offereço á consideração da Assembléa, para substituir o parecer em discussão da Comissão da Agricultura, Commercio e Artes, o seguinte projecto:

«Art. 1.^o O Governo da provincia fica autorizado a dár por emprestimo, sem juros, a Luiz Gerald a quantia de cinco contos de reis para occorrer as despesas da colonisação que pretende estabelecer nesta provincia, prestando o agraciado fiança idonea que responda por essa quantia aos cofres provinciales.

Art. 2.^o O prazo do emprestimo não excederá a tres annos a contar da data do recebimento da quantia emprestada.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 19 de Julho de 1867.—*Agostinho Rodrigues de Souza.*»

É regeitado depois de fallar o Sr. Innocencio, sendo finalmente approvedo o referido parecer.

Tem lugar a 3.^a discussão do projecto n.º 5.

E' approvedo.

Entra em 3.^a discussão o projecto n.º 7.

O Sr. Clementino manda á mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro addiamento do projecto em discussão.»

É approvedo, depois de fallarem os Srs. Freitas Guimarães e Clementino.

O Sr. Luiz Coutinho pede a palavra para apresentar a seguinte indicação:

«Indico que fique a mesa autorizada para —durante o impedimento do porteiro desta Assembléa, Martiniano Ferreira dos Anjos, nomear interinamente a Eduardo Marques dos Reis para exercer esse cargo.

Paço da Assembléa Provincial do Amazonas, 19 de Julho de 1867.—*Luiz Coutinho.*»

Nada mais havendo a tratar-se o Sr. Presidente levanta a sessão depois de convidar os Srs. presentes para comparecerem no dia seguinte, afim de assistirem ao encerramento das sessões da Assembléa.

Para constar lavrou-se este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

Aos 20 dias do mez de Julho de 1867, ás horas do costume, acham-se presentes os Srs. Leovigildo Coelho, Miranda Leão, Coutinho, Braule Pinto, Clementino, Innocencio, Agostinho, Padre Seixas e Juvencio; faltando com causa os Srs. Estulano e Michilles, e sem ella os Srs. D. Antonio, Soares, Façanha Filho, João Ignacio, Amazonas, Pão Brazil, Gustavo, Ilonorio e Freitas Guimarães.

Lê-se e approva-se a acta da sessão antecedente.

O Sr. Presidente declara que ficam encerrados os trabalhos da presente sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho*, Presidente.—*José Coelho de Miranda Leão*, 1.º Secretario.—*Luiz Martins da Silva Coutinho*, 2.º Secretario.

FFMM.

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**